

OS MIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - CODESUL

PRESIDENTE - JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA

Governador do Rio Grande do Sul

VICE-PRESIDENTE - NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA

Governador do Paraná

VICE-PRESIDENTE - JORGE KONDER BORNHAUSEN

Governador de Santa Catarina

MEMBROS - EDUARDO E. MAURELL MULLER

Representante do Rio Grande do Sul

VÉSPERO MENDES

Representante do Paraná

MARCOS BICHLER

Representante de Santa Catarina

ODILON TULIO VARGAS

Presidente do BRDE

LEODEGAR JOST

Secretário Executivo.

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executivo - LEODEGAR JOST

Secretários Assistentes:

RS. - CARLOS ROBERTO MARTINS BRASIL

PR. - ARIO TABORDA DERGINT

SC. - AMURI CAMILO CANTO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
1 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	15
1.1 - HISTÓRICO.....	15
1.2 - ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES.....	23
2 - ESTRUTURA POPULACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES.....	26
2.1 - CONCEITOS E LIMITES.....	26
2.2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL - COMPATIBILIZAÇÃO E RESULTADOS.....	29
2.2.1 - Compatibilização.....	29
2.2.2 - Resultados Encontrados.....	31
2.3 - ESTRUTURA ETÁRIA E SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL....	36
2.4 - OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A RMC.....	49
2.4.1 - Região de Nascimento.....	49
2.4.2 - Área de Procedência.....	58
2.4.3 - Migrações Paranaenses para a RMC.....	67
2.4.4 - Situação do Domicílio Anterior.....	75
2.4.5 - Tempo de Residência.....	86
2.5 - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO FLUXO MIGRATÓRIO....	98
3 - INSERÇÃO DOS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO URBANO.....	101

3.1 - CENCEITOS E LIMITES.....	102
3.2 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	111
3.3 - MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	125
3.4 - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC.....	148
3.5 - MIGRANTES E NATURAIS - UM PROBLEMA DESLOCADO.....	161
4 - CONCLUSÕES.....	164
ANEXO ESTATÍSTICO.....	170
ANEXO METODOLÓGICO - ESQUEMA DE AMOSTRAGEM UTILIZADO	
PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DE 1976....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	216
EQUIPE TÉCNICA.....	218

LISTA DE TABELAS

- A. 1 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO PARANÁ E CURITIBA - 1900 - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 (ABSOLUTO)
- A. 2 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 3 - POPULAÇÃO TOTAL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 4 - POPULAÇÃO TOTAL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 5 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 6 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 7 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 8 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 9 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A. 10 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

- A.11 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.12 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR REGIÃO DE NASCIMENTO, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.13 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 (ABSOLUTOS)
- A.14 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 (PERCENTUAIS)
- A.15 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.16 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.17 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.18 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR - 1976 - RMC - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.19 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - RMC - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.20 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.21 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (PERCENTUAIS)
- A.22 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976

- A.23 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.24 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - RMC - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.25 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.26 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1970 - 1976
- A.27 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1970 - 1976 (PERCENTUAIS)
- A.28 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADES - CURITIBA - 1970 - 1976 - (PERCENTUAIS)
- A.29 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO OUTRA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.30 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA TOTAL POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.31 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MIGRANTE POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.32 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NATURAL POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.33 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.34 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.35 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SE-

GUNDO A RENDA - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

- A.36 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAL E MIGRANTE, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.37 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.38 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA. - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (PERCENTUAIS)
- A.39 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.40 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)
- A.41 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

APRESENTAÇÃO

A região metropolitana de Curitiba, por abrigar a capital do Estado, sofre, de forma sistemática, um fluxo migratório que a cada instante exige atitudes de política econômica as mais inesperadas. As causas são complexas e, na maior parte, encontram-se fora dos limites de sua área. As medidas a serem tomadas, nem sempre fáceis, necessitam de um conhecimento, senão total, pelo menos, o mais aproximado dos principais mecanismos responsáveis por aquele fenômeno.

Daf, a conveniência do Governo do Estado dispor do presente estudo, onde sejam caracterizados os principais aspectos daquela circunstância, assim passando a ter um suporte para suas decisões.

Estudos desta natureza servirão também de subsídios para as outras Capitais do Extremo-Sul do País, em seus aspectos comparativos e como elemento para o melhor equacionamento da problemática comum.

Curitiba, agosto de 1979.

INTRODUÇÃO

A constatação de que a população brasileira concentra-se cada vez mais nas áreas metropolitanas e de que a migração contribui de forma decisiva para esta concentração, gerou a necessidade de estudar o peso desse fenômeno na estrutura populacional da Região Metropolitana de Curitiba.

Já em 1970, praticamente quatro em cada dez moradores da RMC não haviam nascidos no município onde residiam. Em seis anos esta relação se altera: para cada dez habitantes, seis são migrantes.

Apenas esses dados já deixam antever a importância da migração na constituição populacional da área e, a partir delas, podem ser colocadas questões fundamentais, como o papel social que esta população tem na área, e os porquês desse afluxo de pessoas.

Em decorrência destas questões, parte-se do pressuposto de que os migrantes não se constituem num ônus social. Mas, ao contrário, a migração é resultado necessário do desenvolvimento capitalista que, dessa maneira, coloca à disposição do processo produtivo urbano um contingente de mão-de-obra barata, sempre maior que a sua real capacidade de absorção.

Nesta perspectiva, os determinantes do processo migratório são as alterações nas relações de produção, concretizadas pelas realocações espaciais e setoriais das atividades econômicas que forçam e acentuam o deslocamento de determinados grupos sociais.

Porém, compreender o processo migratório implica não apenas em conhecer as alterações que colocam um grupo em movimento, mas também as condições deste grupo como força de trabalho urbana.

Parte-se da hipótese de que existem alterações econômicas concretas que forçam uma população a se colocar em movimento, e que a sua direção é condicionada pelas possibilidades reais ou não, de conseguir alguma melhoria de vida. Cabe investigar, portanto de que forma essas possibilidades se materializam numa determinada área e para os diversos estratos dos migrantes.

Se o sistema econômico não pode absorver toda a população disponível, o excedente não poderá ser considerado pelo prisma de migrantes ou naturais, e sim, como inerente ao sistema capitalista que necessita de "reserva" de mão-de-obra para sua própria manutenção. Ainda assim a questão do migrante vem à tona, na medida em que este aumenta o estrato mais desprivilegiado da população.

Longe de ser encarado como um desequilíbrio para o sistema, os migrantes se constituem na condição necessária do processo de acumulação. O processo que os abrigou a migrar é o

mesmo que os coloca à disposição no mercado de trabalho urbano, contribuindo para manter os níveis salariais mais baixos.

A colocação corrente de que os migrantes não têm condições de competir em igualdade com os naturais, pois vêm de uma experiência de trabalho diferenciada, também é uma questão que merece ser discutida. Em primeiro lugar, é extenso o número de atividades urbanas a que se vinculam e que geralmente não exigem especialização, sendo que aí existem tanto migrantes como naturais. Em segundo lugar, há que se considerar que do lado das atividades econômicas, há os momentos de expansão e de retração dessas atividades. Nesse caso, tanto migrantes como não-migrantes, especializados ou não, podem, em determinadas épocas, ficar sem condições de trabalho, menos por uma pretensa incapacidade individual que por decorrência da dinâmica do processo produtivo.

Sob esta orientação geral, e procurando demonstrar a importância dos migrantes para o processo produtivo da Região Metropolitana de Curitiba, é que se pretende desenvolver este trabalho.

A preocupação central, em termos operacionais é verificar a ocorrência de alterações no processo migratório para a Região, após o último Censo, através da análise das condições sócio-econômicas da população migrante e não-migrante residente na MRC.

São utilizadas informações coletadas pela Fundação IBGE, para realização do Censo Demográfico de 1970, e os resultados da

pesquisa de campo realizada pela Fundação IPARDES em 1976, para execução do Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Curitiba.*

A análise divide-se em três etapas. A primeira trata, de forma sucinta, do processo histórico de povoamento da área e da participação das diversas migrações ocorridas e situa também a região em termos das atividades econômicas predominantes na atualidade.

Em seguida são analisadas as variáveis sobre o fluxo migratório (origem, procedência e tempo de residência) e a composição populacional dos migrantes e naturais, enfatizando as possíveis alterações ocorridas no período. Ao mesmo tempo, investigam-se os fatores determinantes desses movimentos populacionais, tomados ao nível das principais áreas de origem do fluxo.

Por último, investiga-se a participação dos migrantes, comparados aos naturais, no mercado de trabalho urbano metropolitano. As variáveis consideradas são a composição da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa, o Vínculo empregatício, os Ramos de Atividade e os Níveis de Rendimento.

*Esta pesquisa é resultado de Convênio entre o Governo do Estado do Paraná (Secretaria do Interior e IPARDES) e o Banco Nacional da Habitação. Foi desenvolvida entre 1976 e 78, e os seus procedimentos metodológicos (esquema de amostragem) encontram-se em anexo, no final deste trabalho.

Finalmente, cabe agradecer à Assessoria de Pesquisa do BNH a gentileza na execução graciosa de uma tabulação especial, sem a qual não seria possível a realização deste estudo.

1 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1.1 - HISTÓRICO

A área que compreende hoje a Região Metropolitana de Curitiba faz parte de um território de colonização mais antiga no Estado. O núcleo inicial surgiu espontaneamente, a partir da fixação de alguns moradores vindos de São Paulo e de Paranaguá, à procura de ouro, principalmente. Aos poucos este povoamento se organizou em comunidade, mantendo relações com Paranaguá o que resultou em um pequeno intercâmbio de bens.

A principal atividade da população desse núcleo era a mineração, que se estendeu por todo o século XVII e primeiras décadas do século XVIII. A partir de 1668 introduziu-se a criação de gado. "Os rebanhos eram pequenos porque, em virtude do isolamento em que se encontrava, Curitiba não mantinha relações comerciais com outros centros do país."¹ Este isolamento começa a ser rompido quando seus antigos moradores "atingem os Campos Gerais através da Mata de Araucária correspondente à zona de Campo Largo, devassada pelos exploradores de ouro, e passaram a levar gado para vender em São Paulo. No entanto, o grande incremento da criação de gado dar-se-ia após a abertura do 'cami-

¹FIBGE - Geografia do Brasil, Região Sul, volume 5. p. 149

nho do Sul', quando Curitiba se tornou 'registro'. À medida que se comprovaram os lucros de negócios de gado, processou-se a transformação econômica dos campos de Curitiba; aos poucos, mineradores se fizeram tropeiros, invernistas e criadores. Da necessidade de subsistência surgiu a agricultura; apropriou-se, ainda, a extração da erva-mate no extremo oriental desses campos..."²

Com a consolidação da ocupação dos campos de Curitiba, tornou-se necessária a presença de autoridades coloniais na região. Também o crescimento da população exigia um poder local, sendo então realizadas eleições em 1.693 para a administração da vila, de juizes, vereadores, procurador do Conselho, e um escrivão da câmara.

A jurisdição da Câmara de Curitiba se estendeu por todo o planalto. A vila era o centro não só das decisões, mas principalmente o local de abastecimento da população residente nos sítios vizinhos. Esta população vivia praticamente da lavoura de subsistência e do pouco ouro que encontravam nas velhas lavras.

Para os latifúndios campeiros que se desenvolviam paralelamente, a vila de Curitiba se constituía no centro político da sociedade tradicional paranaense.

A expansão da ocupação se deu lentamente, e o povoamento ficou restrito à vila de Curitiba e às freguesias de São

²op. cit. nota 1, p. 149

José dos Pinhais, Lapa e Castro, até o fim do século XVIII.

O tropeirismo foi um fator de crescimento para Curitiba, pois aqui estava o centro econômico, social e político dos campos e sertões situados em sua vizinhança e por onde passavam e eram negociadas as tropas.

O crescimento do comércio do gado e a exportação do mate em 1820, via porto de Paranaguá, deram a Curitiba, por ficar no caminho de escoamento do mate, condições excepcionais de crescimento.

Em 1842, juntamente com Paranaguá, Curitiba foi elevada à condição de cidade.

Por ocasião da instalação da Província, devido ao desmembramento de São Paulo, Curitiba foi escolhida para capital, em 1854. Nesta época era pequena cidade-com mais ou menos 6.000 habitantes-sem qualquer infra-estrutura para suportar os serviços públicos necessários à instalação da administração provincial.

Até a primeira metade do século XIX o crescimento de Curitiba foi bastante lento, o que viria se alterar com a entrada de imigrantes estrangeiros. A primeira leva se constituiu de alemães que reemigraram de Rio Negro, fixando-se nos arredores de Curitiba. Este ingresso alterou a composição da população curitibana, bem como propiciou uma melhoria nos métodos agrícolas e o conseqüente aumento de produção.

Devido ao sucesso alcançado por esta colonização espontânea, o governo provincial elabora e põe em prática um plano colonizador destinado a criar uma agricultura de abastecimento, atendendo às condições da província e visando colonizar intensamente a Região de Curitiba.

O plano fundamentava-se no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores, atingindo principalmente o mercado consumidor da capital, num raio de 30 quilômetros.

Os bons resultados alcançados na colonização dos arredores curitibanos atraí imigrantes de outras regiões do Paraná, onde a colonização foi mal sucedida. A intensidade em criar novas colônias tendeu a diminuir a partir de 1870, pela saturação da área e pelas mudanças na política imigratória paranaense que se reorienta no sentido de fixar os imigrantes em outras regiões do Estado.

Desde o início da imigração em 1869 até as últimas ocorridas em 1948, vieram para a área de Curitiba, cerca de 11.000 pessoas, distribuindo-se entre o município da capital, Araucária, Campo Largo, Contenda e São José dos Pinhais. Compunham-se de alemães, italianos e poloneses em maior número, embora também tivessem vindo franceses, ingleses, suíços e outros.

No final do século XIX já existiam as vilas que dariam origem aos municípios de Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Colombo e Piraquara, além dos quatro já citados anteriormente.

Os imigrantes que aqui se fixaram representam fator im-

portante no incremento populacional da capital, que passa de 5.819 pessoas em 11.850 para 40.755 em 1900. Ainda nesse período, Curitiba sofre vários desmembramentos sendo constituídos os municípios de Araucária, Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais e Campo Largo.

Entre 1900 e 1940 a população de Curitiba triplica, passando de pouco mais de 40.000 pessoas para 127.278. Embora tenha crescido no período, Curitiba, ao passar dos anos, diminui a sua representatividade na população do Estado, passando de 12,45% em 1900 para 10,29% em 1940 conforme tabela 1(1) a seguir.

TABELA 1(1) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE CURITIBA NA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - 1900 - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 - (PERCENTUAIS)

POPULAÇÃO	ANOS				
	1900	1940	1950	1960	1970
Pop. Urbana	-	33,57	26,73	26,45	22,94
Pop. Total	12,45	10,29	8,53	8,41	8,79

FONTE: Tabela A.1.

No período 40/70, Curitiba tanto decresce a sua participação na população total do Estado como, da mesma forma, cai de uma participação de 33,57% na população urbana em 1940 para 22,94%, em 1970.

Isso não significa entretanto que sua população não tenha crescido: passa de 127.278 pessoas em 1940 para 609.026 em 1970, ou seja, sua população mais que quadruplicou. Entretanto, no mesmo período, com a ocupação do Norte e Oeste do Estado, o Paraná passa de 1.236.276 pessoas para 6.929.868, ou seja, au-

mentou em quase seis (6) vezes o volume de pessoas de 1940.

O grande crescimento populacional havido tanto para o Paraná como para Curitiba, ocorreu na década de 50, tendo a população duplicado nesse período, conforme tabela 1(2).

TABELA 1(2) INCREMENTO POPULACIONAL 1900 A 1970 - PARANÁ E CURITIBA.

		INCREMENTO			
		1900/1940	1940/1950	1950/1960	1960/1970
Paraná	Pop.Urbana	-	74,77	151,37	91,78
	Pop. Total	277,90	71,12	103,08	61,30
Curitiba	Pop.Urbana	-	39,15	148,72	66,39
	Pop. Total	212,30	41,87	101,61	68,56

FONTE: Tabela A.1.

Mesmo sabendo-se que o aumento populacional do Estado se deu através da ocupação de áreas rurais do Norte e Oeste, a esse processo correspondeu também o surgimento de inúmeras cidades no interior, uma vez que o incremento da população urbana do Paraná foi sempre maior que o da população total. Igual processo de urbanização ocorre em Curitiba, pois na década de 50, enquanto a população urbana cresceu 148,72%, a população total aumentou em 101,61%.

Para o Paraná, nas três últimas décadas a população rural quadruplicou, ao passo que a urbana se multiplicou em mais de sete(7). No mesmo período a população de Curitiba quintuplicou.

No crescimento havido na capital, há que se considerar que à medida que seus distritos foram se tornando cidades, ocorreram vários desmembramentos, o que de certa forma diminuiu a sua população. A título de exemplo, a área que, a grosso modo, correspondia a Curitiba, em 1900 foi desmembrada em seis (6) municípios, passando para nove (9) em 1950 e, em 1961, já se constituía nos atuais 14 municípios, conforme pode ser observado no Quadro 1 a seguir.

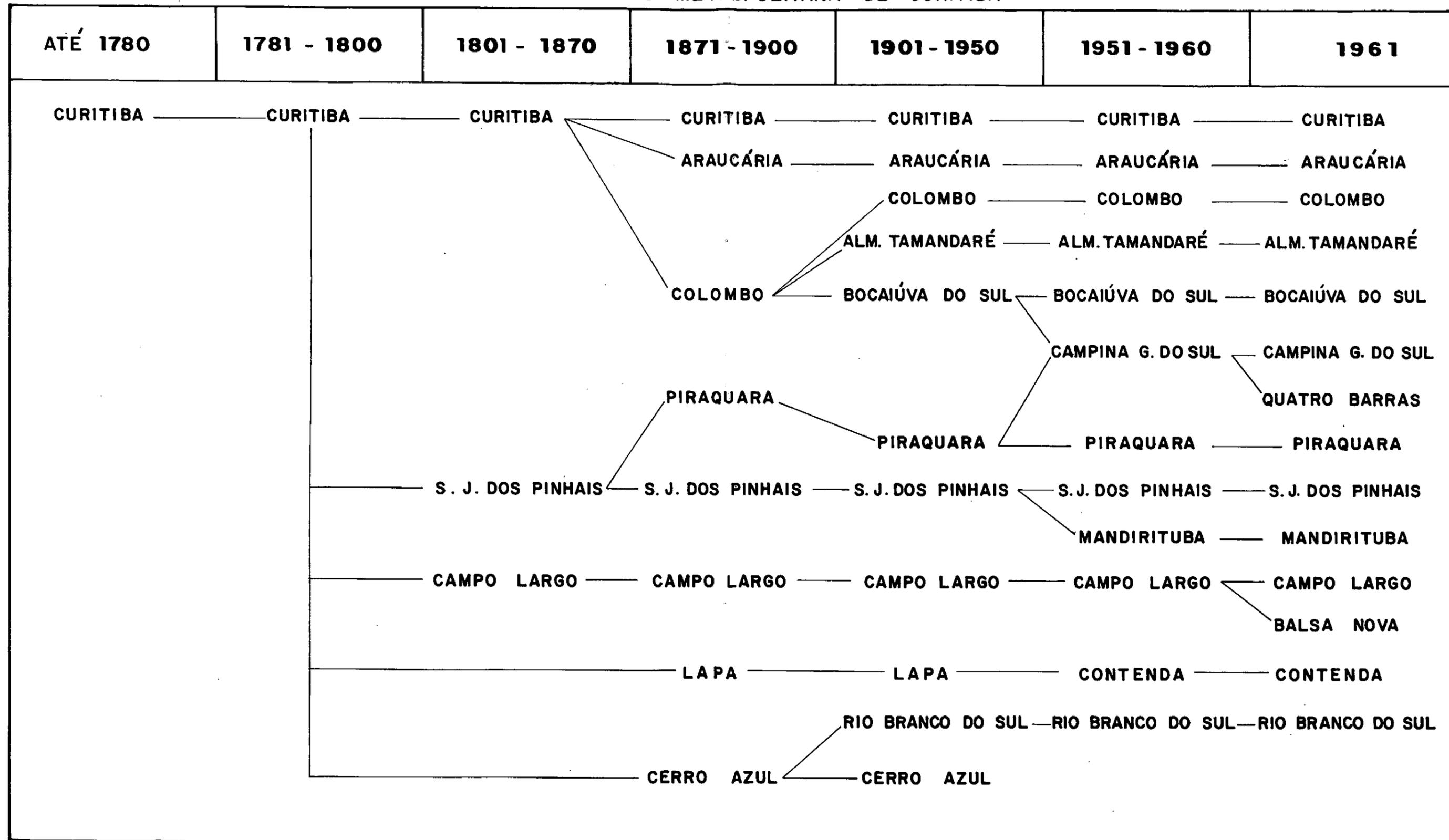
O crescimento que esses municípios apresentaram nestas três décadas também é significativo, em se tratando do município onde a maioria de sua população reside em zona rural e se dedica basicamente a uma produção voltada para a própria região. Passam de 91.896 pessoas em 1940,* para 212.207 em 1970. Ainda assim, o grande aumento populacional havido na região se deveu ao ingresso de pessoas em Curitiba.

Como se depreende dessas informações, o crescimento de Curitiba deve-se em grande medida pela imigração, sendo nas últimas décadas principalmente de brasileiros. Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC³, no período 50/60, para um saldo vegetativo de 52.120 pessoas, ocor-

*Deve-se considerar que por ocorrerem desmembramentos de municípios entre um e outro ano de comparação, este incremento não pode ser tomado rigidamente e sim como uma indicação de crescimento.

³IPPUC - Estimativa e Projeção de Crescimento Populacional de Curitiba. Míneo. O saldo vegetativo corresponde ao crescimento endógeno da população ocorrido no período (nascimentos menos óbitos) e o saldo migratório corresponde às entradas menos as saídas de população.

QUADRO 1 - DESMEMBRAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: FAMEPAR - DADOS E INFORMAÇÕES ÚTEIS. DOCUMENTO Nº 10. 2ª EDIÇÃO SET. 1977.
 TRATAMENTO DOS DADOS BRUTOS IPARDES.

teve um saldo migratório de 128.614 pessoas. Na década seguinte, para um saldo vegetativo de 97.796 pessoas, houve um saldo migratório de 149.921.

Portanto, uma vez que o crescimento verificado na capital é significativo, cabe conhecer agora em que base econômica se deu esse ingresso constante de população.

1.2 - ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES

Os três setores participam de forma bem diferenciada no espaço geográfico que compõe a atual Região Metropolitana.

O setor primário está predominantemente voltado ao abastecimento da própria região; sendo desenvolvido fruticultura, milho, batata, hortigrangeiros e pecuária, em todos os municípios, exceto Bocaiúva do Sul. Estas atividades são realizadas principalmente por mão-de-obra familiar.

A região de suinocultura e de agricultura de subsistência engloba o município de Bocaiúva do Sul, partes de Campina Grande do Sul e de Rio Branco do Sul. O solo aí é bem mais acidentado, não se prestando a culturas mais intensivas.

Curitiba é o município onde estão concentradas as indústrias da região, especialmente de minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, têxtil, madeira e produtos alimentares.

"A estrutura econômica da Área Metropolitana está baseada na atividade industrial e a percentagem das pessoas eco-

economicamente ativas empregadas nas indústrias (26,4%) expressa este fato. Entretanto, este percentual é dado muito mais pelo núcleo central do que pelos outros municípios da Área Metropolitana. Estes ainda têm expressiva parcela de seus habitantes economicamente ativos dedicada às atividades primárias. Apenas Quatro Barras e Piraquara são exceções, tendo menos de 30% "das pessoas economicamente ativas nas atividades primárias".⁴

Os municípios de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Colombo dedicam-se também à extração de calcário e fabricação de cimento, enquanto Campo Largo, além de explorar o calcário, se caracteriza pela existência de indústria de materiais para construção (revestimento em especial).

Algumas alterações deverão ocorrer com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba e da Refinaria da Petrobrás e Centro Industrial de Araucária. É de se esperar que para Araucária haja um aumento significativo de pessoal ocupado na indústria, o mesmo devendo ocorrer em Curitiba.

Com relação ao terciário, além das atividades que todas as cidades possuem (comércio, administração, atividades sociais), se sobressaem Curitiba e Piraquara. A primeira, por ser capital do Estado e ter funções que são decorrentes disto, possui uma oferta de serviços bastante diversificada; seja a nível de saúde, educação e comércio, estando aí ocupada mais da metade de toda a mão-de-obra empregada.

⁴Op. cit. nota 1, p. 516

Piraquara se caracteriza pela existência de serviços penais e hospitalares especializados que servem a todo o Estado. Estes serviços aí se localizam devido a sua proximidade à capital, sendo na verdade uma extensão dos serviços de Curitiba.

Em síntese, Curitiba aparece, não só na Região como no Estado, como a cidade que concentra o maior número de indústrias. Ao mesmo tempo não possui um grau de conurbação semelhante aos das grandes metrópoles, muito embora o seu crescimento populacional permita inferir esta ocorrência a curto prazo.

É necessário porém, conhecer em que medida a sua população tem crescido na atualidade e que papel vem tendo a migração nesse processo.

2 - ESTRUTURA POPULACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

O objetivo geral deste item é verificar a ocorrência de alterações na composição populacional da Região Metropolitana entre 1970 e 1976, com base na entrada dos não-naturais.

Em termos específicos trata-se de verificar em que medida a migração contribui para o aumento da população em idade adulta, ao mesmo tempo em que se procura conhecer o caráter que esta migração tem. Além disso, são analisadas todas as informações disponíveis sobre o fluxo migratório nos dois anos em estudo, no sentido de se observar a manutenção ou alteração na tendência histórica de ingresso de população oriunda de áreas urbanas e relativamente próximas à capital. É também objetivo deste estudo, analisar a forma de reordenação da população na área metropolitana.

2.1 - CONCEITOS E LIMITES

As variáveis utilizadas na caracterização da população trazem alguns problemas conceituais que estabelecem limites na análise, derivados, basicamente, da forma de coleta das informações.

Uma dessas limitações refere-se à grande heterogeneida-

de da população definida como migrante. Nas duas fontes utilizadas, migrante é todo aquele não natural do município onde reside, na data da coleta. Com este conceito exclui-se um dos movimentos migratórios básicos que é o rural-urbano dentro de um mesmo município. Por outro lado, incluem-se pessoas que deixaram seu local de nascimento com muito pouca idade, não tendo sido submetidas diretamente aos fatores sócio-econômicos determinantes do processo migratório.

Assim, segundo esta conceituação, a pessoa que nasceu, por exemplo, em Colombo e, na data da coleta das informações, residia no município de Curitiba tem a mesma classificação que uma outra pessoa que nasceu no Nordeste e vive atualmente na Região Metropolitana de Curitiba.

Qualquer estudo de migrações deveria levar em conta não apenas o fato da pessoa residir em um município diferente daquele onde nasceu, mas também as diversas mudanças realizadas, o destino de cada movimento desta população e principalmente a área onde tenha nascido. Embora não se possa afirmar categoricamente que região de nascimento seja igual a região de origem (pois esta expressão envolve variáveis como o tempo que a população aí viveu, de que forma se deu a sua inserção no mercado local, dentre outras), por absoluta falta de dados, utiliza-se região de nascimento como sendo igual à região de origem dos migrantes.

Com os dados, seja do Censo Demográfico, seja do Diagnóstico Habitacional, os únicos pontos existentes da série de movimentos realizados pela população são: a região onde nasceu

e o último município onde morou antes de se dirigir a um dos quatorze municípios da RMC. Em vista disso, são analisadas as regiões de nascimento da população migrante e a região onde se localizou o último domicílio, tanto para 1970 como para 1976, relacionando-a com o município de residência atual.

Para os brasileiros natos, utilizou-se o critério de agregação do IBGE, agrupando-se os estados em 10 regiões distintas e considerando-se numa categoria específica, os brasileiros naturalizados e os estrangeiros.

A agregação adotada é a seguinte:

- Região I: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;
- Região II: Maranhão e Piauí;
- Região III: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha;
- Região IV: Sergipe e Bahia;
- Região V: Minas Gerais e Espírito Santo;
- Região VI: Rio de Janeiro e Guanabara;
- Região VII: São Paulo;
- Região VIII: Paraná;
- Região IX: Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- Região X: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Outra séria limitação é a dificuldade de analisar a natureza dos determinantes da migração. Essa dificuldade reside não apenas no conceito de origem, mas também na dificuldade de identificar a época em que ocorre a expulsão. Ao mesmo tempo, não se dispõe de qualquer informação sobre as condições sócio-

econômicas a que estavam submetidas os migrantes em seu local de origem.

Da mesma forma, os dados disponíveis também não permitem uma abordagem da migração como um processo. Além da falta de referência espaço-temporal do início do deslocamento, não se tem informações que possam caracterizar a história migratória dos indivíduos, a não ser uma indicação de seu último movimento.

2.2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL - COMPATIBILIZAÇÃO E RESULTADOS

2.2.1 - Compatibilização

Alguns ajustes tiveram que ser realizados, a fim de se compatibilizar as duas fontes utilizadas, pois, para cada ano em estudo, o conceito de população urbana não é totalmente comparável.

No Censo Demográfico considerou-se como população urbana a recenseada em Cidades e Vilas, sendo considerada como área urbana aquela definida pelas Leis Municipais de limites de perímetro urbano. Estes limites nem sempre coincidem com a malha urbana, havendo casos de loteamentos e vilas que, por este critério, ficam incluídos na zona rural, e por outro lado, áreas tipicamente rurais (chácaras e pequenos sítios) algumas vezes são incluídas como urbanas.

Assim, em 1970, tem-se como urbana todas as sedes de municípios somadas às sedes de distritos. Estes entretanto, re-

presentam apenas 0,6% do total da população urbana da região metropolitana, nesse ano.

Já no Diagnóstico Habitacional da RMC, consideraram-se como zona urbana as áreas onde existisse "malha urbana", ou seja, arruamentos bem definidos. Assim, a área da pesquisa foi definida como a malha urbana das sedes dos municípios, incluindo aí o distrito de Pinhais no município de Piraquara, os aglomerados urbanos de Almirante Tamandaré e Colombo, que em todos os três casos, são extensão da malha urbana de Curitiba. O município de Curitiba foi incluído por inteiro, uma vez que praticamente todo ele tem características urbanas. Foram excluídos da área da pesquisa todos os distritos que não estivessem ligados a alguma sede de município, uma vez que a coleta seria dificultada e, principalmente, por não ser objetivo daquele diagnóstico realizar estudos em comunidades muito pequenas.

Para a utilização das informações foram necessários alguns ajustes ou adaptações, especificados a seguir:

Para se calcular o crescimento da população entre 1970-1976 os dados foram compatibilizados através de alguns critérios. Em primeiro lugar consideraram-se as informações sobre Curitiba tal como se apresentavam. Isto porque em Curitiba praticamente inexistente zona rural, sendo, portanto, coincidentes a área de pesquisa do Censo Demográfico e do Diagnóstico Habitacional. Como, porém, este Diagnóstico não inclui os distritos, a população aí residente foi excluída das informações de 1970, com exceção do distrito de Pinhais, que estava incluído nas duas fontes.

Após a aplicação destes critérios, ao invés de 656.469 pessoas residentes em zona urbana em 1970, obteve-se um total de 677.064, que foi considerada como "população urbana comparável". Observe-se que a população aumentou em função deste ajuste e não diminuiu como seria de se esperar. Isto se deve ao fato de ter-se passado a considerar toda a população residente em Curitiba como urbana tendo-se para isto agregado aproximadamente 24.000 pessoas que haviam sido consideradas, no Censo de 1970, como habitantes de zona rural.

Com estes procedimentos tornou-se possível calcular as taxas de crescimento entre 1970 e 1976.

2.2.2 - Resultados encontrados

Primeiramente, situa-se a RMC em termos da participação da população urbana e rural por municípios em 1970 e, posteriormente, são apresentados os resultados obtidos pela comparação dos dados de 70. Já ajustados com os resultados da pesquisa Diagnóstico Habitacional da RMC realizada em 1976.

Pelos dados censitários, em 1970, a RMC apresentava uma população total de 821.233 pessoas, sendo que 656.469, ou 79,9% destas, residiam em zona urbana. No entanto, a distribuição da população rural e urbana se dá de forma bem diferenciada entre os quatorze municípios. De um lado está Curitiba, que como núcleo detém 74,2% da população, da qual, a grande maioria (96%) reside em zona urbana. Dada a importância de Curitiba, os outros municípios têm pequena participação na população total, e menor ainda na urbana (tabela A.1.2.).

Mesmo excetuando Curitiba, nos outros treze municípios existem diferenças significativas: de um lado, encontram-se municípios como São José dos Pinhais, Piraquara e Campo Largo, com, respectivamente, 62,9%, 57% e 46,3% da população total residindo em zona urbana; e de outro, municípios onde a população urbana é bem inferior à rural, como Campina Grande do Sul 4%, Colombo 5,7%, Mandrituba 12,4%, Bocaiúva do Sul 13,2% e Contenda com 15,5%.

Curitiba, embora detenha grande parte da população urbana em 70, também é responsável pela maior participação de população rural na RMC, se bem que de forma menos dominante. Rio Branco do Sul, Campo Largo e Colombo são também municípios que possuem maior participação no total da população com percentuais entre 11 e 12%.

Em síntese, até 1970, os dados demonstram uma concentração de população urbana na RMC, residindo em sua maioria em Curitiba. Os outros municípios são pouco expressivos, tendo a sua maioria um volume maior de população rural.

Utilizando os dados já compatibilizados, verifica-se que a população urbana da RMC apresentou um incremento de 44,7% em seis anos, passando de 677.064 para 979.500 pessoas, conforme tabela 2.(1) a seguir e gráfico 1.

TABELA 2. (1) - POPULAÇÃO URBANA E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC - 1970 - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS] 70=100

MUNICÍPIOS	1970 ¹		1976		TAXA DE CRESCIMENTO
	ABS	%	ABS	%	
Alm. Tamandaré	3.857	0,6	10.258	1,0	166,0
Araucária	5.103	0,8	11.823	1,2	131,7
Balsa Nova	635	0,1	935	0,1	47,2
Boc. do Sul	734	0,1	1.193	0,1	62,5
Campina G. do Sul	319	0,0	778	0,1	143,9
Campo Largo	15.402	2,3	17.900	1,8	16,2
Colombo	1.092	0,2	28.458	2,9	2.506,0
Contenda	1.047	0,1	2.694	0,3	157,3
Curitiba	609.026	90,0	831.800	84,9	36,6
Mandirituba	792	0,1	1.482	0,2	87,1
Piraquara	12.113	1,8	35.787	3,7	195,4
Quatro Barras	719	0,1	406	0,0	(-43,5)
R.Branco do Sul	5.041	0,7	7.734	0,8	53,4
S.J. dos Pinhais	21.184	3,1	28.252	2,9	33,4
TOTAL DA RMC	677.064	100,0	979.500	100,0	44,7

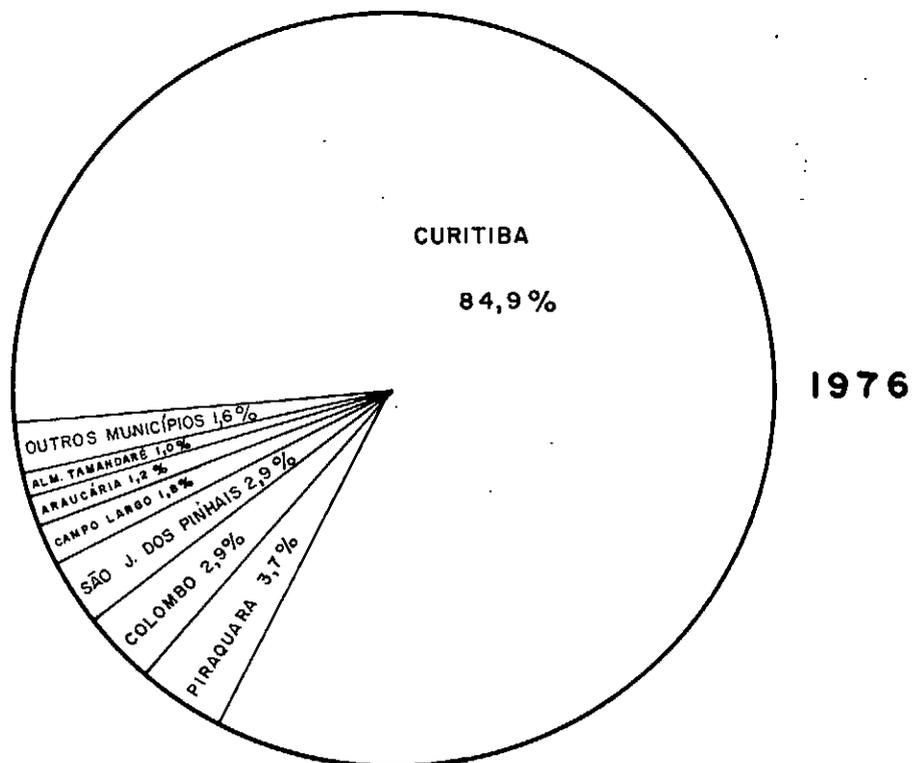
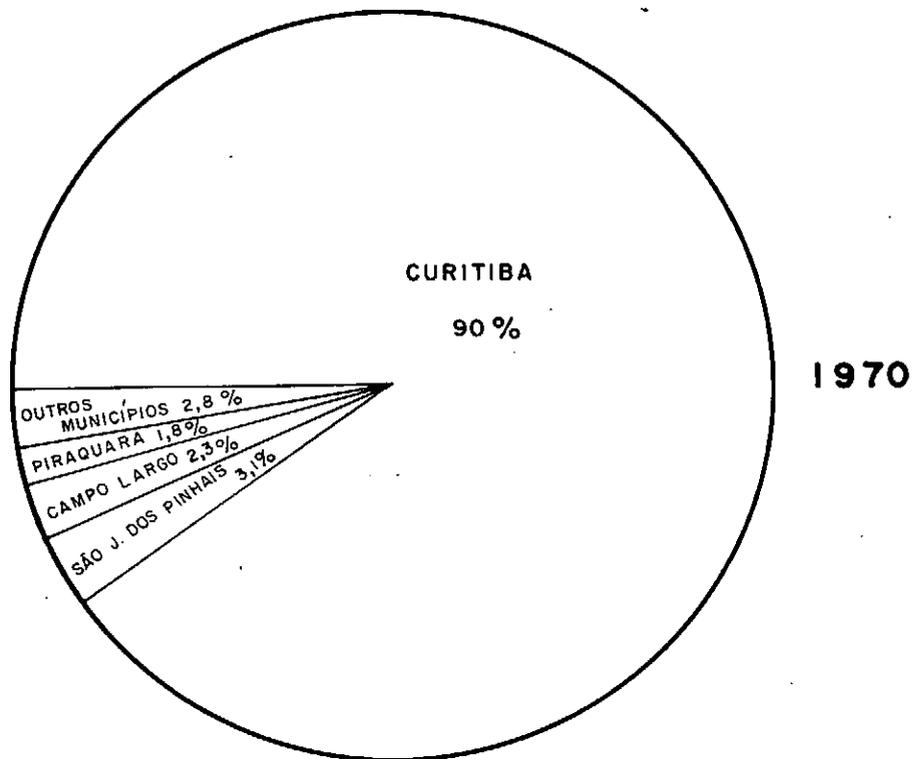
FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - Diagnostico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais.

¹Dados ajustados

GRÁFICO 1

POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC 1970-1976



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

Curitiba, apresenta um incremento de 222.774 pessoas, embora em termos relativos tenha aumentado menos que a Região.

O que fica mais em evidência é que nos municípios mais próximos à Curitiba, e que em consequência são os mais integrados a ela, ocorreram os maiores crescimentos. Ou seja, Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré e Araucária pelo menos dobraram sua população em seis anos. Com algumas exceções, os municípios mais distantes da cidade-núcleo foram os que apresentaram menor crescimento, juntamente com Campo Largo que é, de todos os próximos a Curitiba, o mais independente em termos de atividades econômicas.

Na verdade, o crescimento populacional dos municípios vizinhos deve-se muito mais à formação de aglomerados urbanos decorrentes da expansão das fronteiras de Curitiba sobre eles, do que ao desenvolvimento de alguma atividade econômica. Constituem-se assim nos casos clássicos de "cidades-dormitórios", cuja população aí reside, mas trabalha na sua maioria na capital. No caso específico de Colombo em 1976, a população desses "aglomerados" era dez vezes maior que a sede do município.

Os dados também demonstram um crescimento de população urbana bastante acelerado, não só nesses três municípios já citados, como também em Araucária, Campina Grande do Sul e Contenda, onde, em 6 anos, a população no mínimo dobrou.

Em decorrência desse crescimento diferenciado, os municípios de Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo e Piraquara aumentaram a sua participação na população total, passando

junto de 3,4% em 1970, para 8,8% em 1976. Curitiba, embora tenha crescido e continue de longe sendo o grande centro da região, decresce a sua participação no total de população urbana, passando de 90% para 84,9%.

É interessante observar em todos esses dados que a RMC aumentou a sua população como um todo, embora, em termos relativos, os municípios que mais cresceram sejam os que se apresentam hoje tipicamente como cidades-dormitórios, seja a sua sede, seja os aglomerados que surgiram nos seus limites, resultante de um crescimento horizontal de Curitiba sobre eles.

2.3 - ESTRUTURA ETÁRIA E SEXO DA POPULAÇÃO TOTAL

A inserção deste item tem como objetivo apresentar alguns dados sobre a base demográfica da RMC nos dois momentos estudados e, ao mesmo tempo, verificar em que medida esta sua estrutura pode ter se alterado no período. Com base nos dados de 76, procura-se conhecer o papel das migrações na composição da atual população. É também de interesse desse trabalho verificar diferenças ou não na composição etária de Curitiba com relação aos outros municípios.

A população da RMC em 70, era composta de 821.233 pessoas, sendo 50,9% mulheres e 49,1% homens. Em 1976, aumenta, em termos relativos, o volume de mulheres. Das 979.500 pessoas residentes 51,5% são do sexo feminino e 48,5% do masculino (tabelas 2(2) e 2(3)).

TABELA 2(2) - POPULAÇÃO TOTAL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA -
RMC - 1970 - (PERCENTUAIS).

FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE RESIDÊNCIA					
	CURITIBA		OUTROS MUNICÍPIOS		RMC	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 9	50,2	49,8	50,5	49,5	50,2	49,8
10-19	47,7	52,3	51,0	49,0	48,6	51,4
20-29	47,2	52,8	51,3	48,7	48,2	51,8
30-39	48,6	51,4	52,0	48,0	49,4	50,6
40-49	49,0	51,0	52,2	47,8	49,7	50,3
50-59	47,5	52,5	53,4	46,6	49,0	51,6
60-69	46,8	53,2	55,3	44,7	48,5	51,5
70 e mais	42,6	57,4	54,9	45,1	45,7	54,3
Idade Ignorada	49,4	50,6	51,5	48,5	49,9	50,1
TOTAL	48,3	51,7	51,5	48,5	49,1	50,9

FONTE: Tabela a.3

TABELA 2(3) - POPULAÇÃO TOTAL, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA -
RMC - 1976 - (PERCENTUAIS).

FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE RESIDÊNCIA					
	CURITIBA		OUTROS MUNICÍPIOS		RMC	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
0-9	52,2	47,8	49,9	50,1	51,8	48,2
10-19	48,3	51,7	50,8	49,2	48,7	51,3
20-29	46,8	53,2	50,4	49,6	47,3	52,7
30-39	46,8	53,2	50,6	49,4	47,4	52,6
40-49	46,4	53,6	50,9	49,1	47,0	53,0
50-59	46,7	53,3	49,9	51,1	47,2	52,8
60-69	48,6	51,4	51,1	48,9	48,9	51,1
70 e mais	39,8	60,2	49,1	50,9	40,7	59,3
TOTAL	48,2	51,8	50,3	49,7	48,5	51,5

FONTE: Tabela a.4

O predomínio de mulheres aparece em quase todas as faixas de idade, excetuando-se a dos menores de 10 anos. A participação feminina é sempre crescente à medida que se tem faixas de idades mais avançadas, atingindo, em 70, 54,3% e em 76, 59,3% do total dos maiores de 70 anos.

A população da Região é predominantemente jovem, pois em 1970, 48,5% tem menos de 20 anos e em 1976, 46,1% (tabelas A.3 e A.4 e gráfico 2 e 3). Esta participação decresce à medida que se aumenta os grupos de idade, pois tanto em um como em outro ano, mais ou menos 30% da população tem entre 20 e 39 anos; e pouco menos de 10% tem entre 40 e 49 anos. Por sexo, a distribuição nos grupos etários é bastante semelhante, principalmente para os maiores de 20 anos, tanto em 1970 como em 1976.

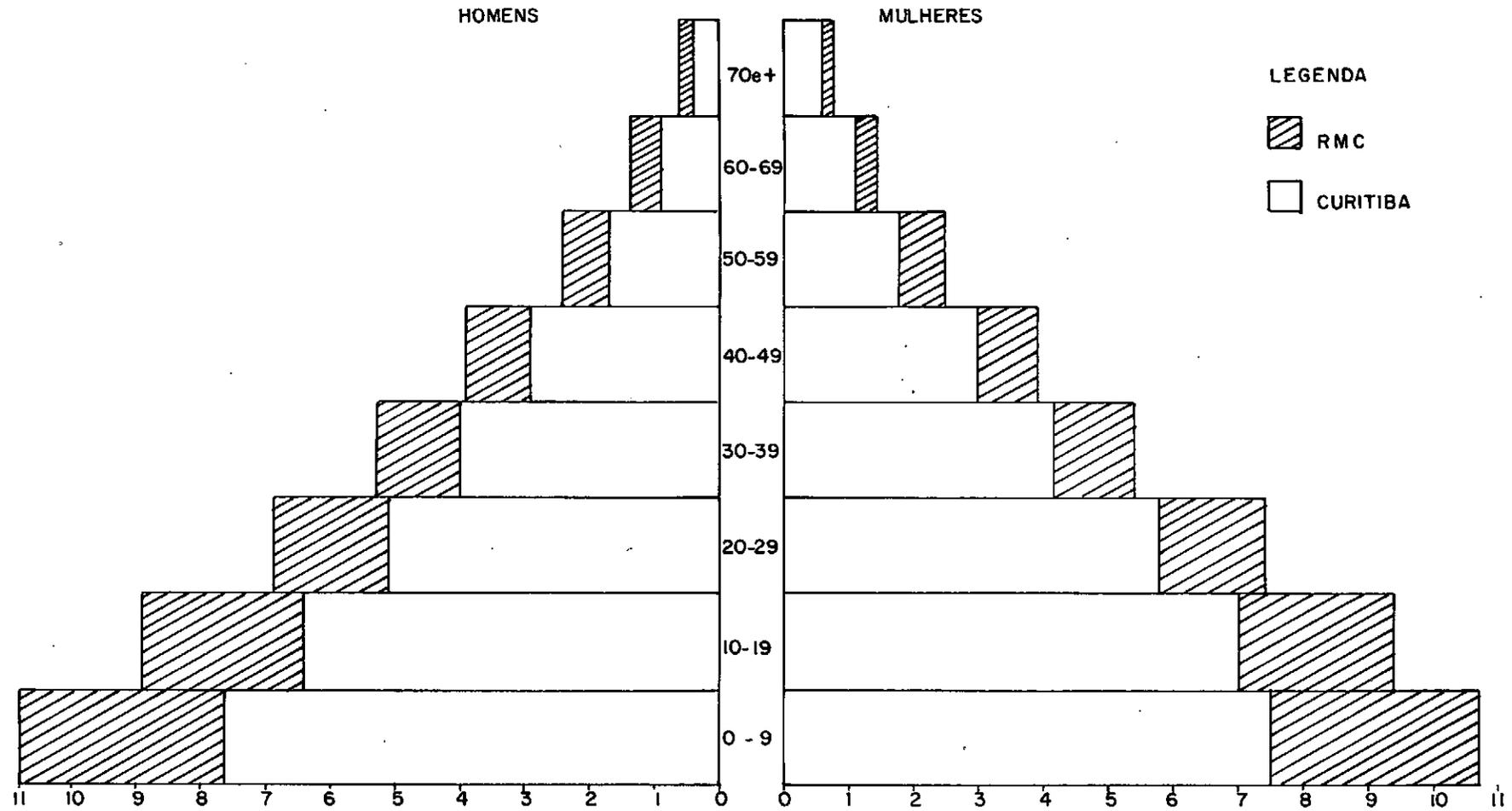
Na cidade de Curitiba, em 70, a distribuição é semelhante à da RMC, com 48,3% homens e 51,7% mulheres, sendo que para 76, essa relação se mantém.

A distribuição por sexo nos diversos grupos etários em Curitiba é muito igual à da Região, com predomínio de homens entre os menores de 10 anos, e de mulheres em todas as outras faixas. Os jovens, de ambos os sexos, também têm um peso bastante significativo: são 47,0% em 1970 e 44,9% em 1976.

Nos outros municípios ocorre uma inversão no comportamento até agora verificado. Tanto em 70 como em 76, tem-se mais homens que mulheres em praticamente todas as faixas etárias, excetuando-se a dos menores de 10 anos onde predominam as mulheres. O peso da população menor de 20 anos é maior que o en-

GRÁFICO 2

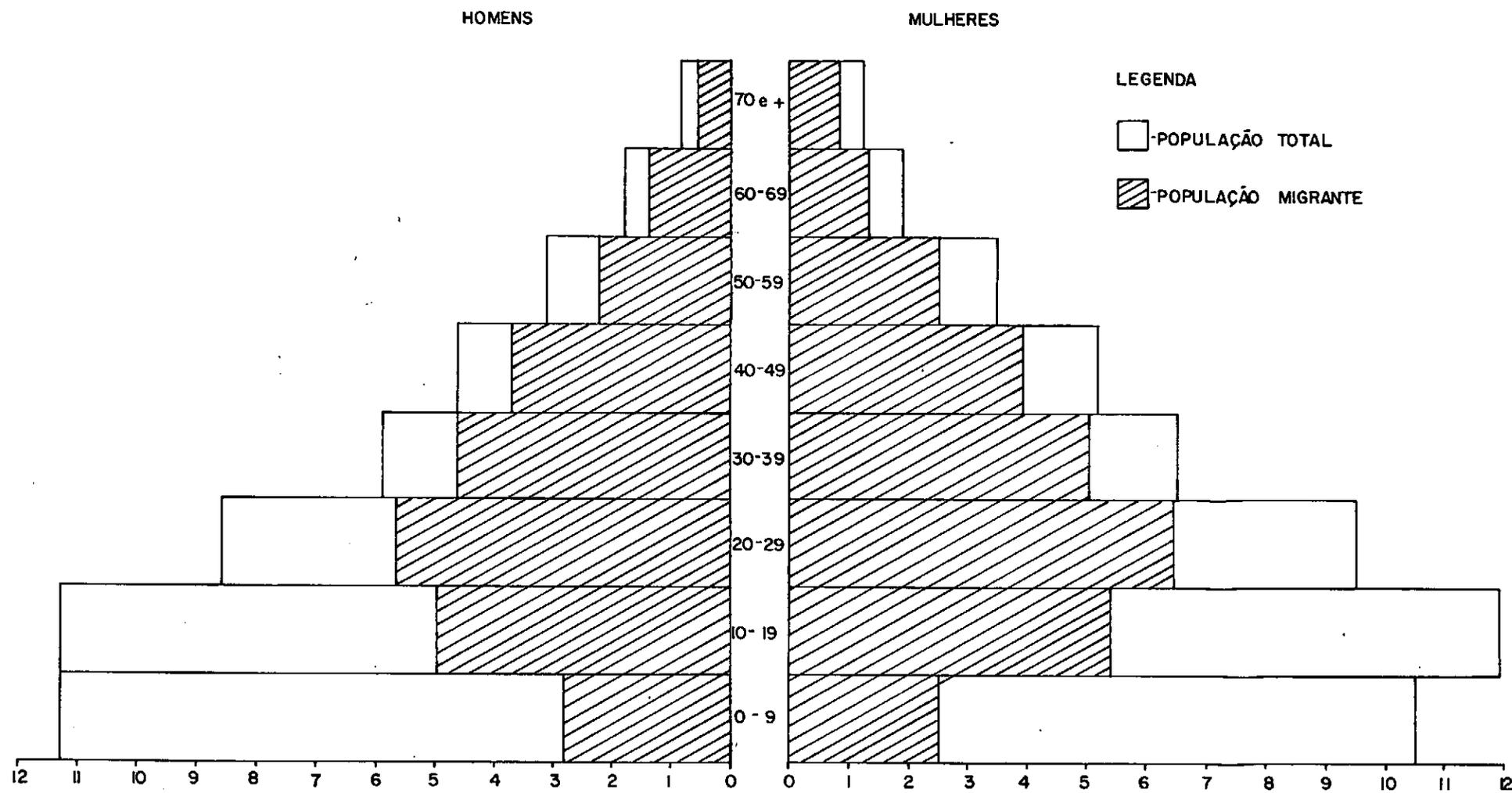
PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO - RMC E CURITIBA - 1970



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

GRÁFICO 3

PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO - RMC - 1976



contrado para Curitiba. Enquanto na capital, os jovens representavam, mais ou menos, 47% da população, aqui somam 52,8% em 70 e 52,6% em 1976.

Comparando-se a distribuição da população por idade, observa-se que nos 6 anos que separam um dado do outro, houve um decréscimo relativo de menores de 10 anos em Curitiba, comparando-a com os outros municípios, embora os menores residentes na capital continuem sendo a maioria da população.

Ocorre também um aumento relativo de população em idade adulta em Curitiba, diminuindo para os outros municípios.

Na região como um todo, há mais mulheres que homens, situação esta que reflete principalmente o volume de mulheres de Curitiba. Somente fatores como a migração poderão explicar porque, dentro de uma mesma região, há predomínio de um sexo em uma área e de outro sexo em outra área.

Na verdade, comparando-se os dados de crescimento da população migrante com o crescimento para o total da RMC, verifica-se que enquanto a população total cresceu 44,7% entre 70 e 76;* a população migrante sofreu um acréscimo de 59,6%.

Tamando-se os dados de imigração acumulada até 1970, que na verdade representa o volume de população que aqui entrou e ficou até esta data, sem considerar o volume que entrou e

*Este percentual foi calculado, tomando-se, para 1970, a população urbana comparável.

saiu da região até o ano em estudo e nem aqueles que vieram a emigrar nos anos seguintes, tem-se que dos 821.233 habitantes, 337.188 eram não-naturais, representando 41,1% do total.

Com este mesmo conceito tem-se que em 1976, para 979.500 habitantes, corresponde uma participação de 537.994 não-naturais ou seja, 54,9% do total da população. Esses dados demonstram que em seis (6) anos houve um aumento bruto de pelo menos 200.000 pessoas, devido exclusivamente à entrada de população na RMC.

Tomando-se os dados por sexo, verifica-se que, em 1970 a participação de mulheres migrantes é maior que a de homens no total de pessoas para cada sexo. Das 417.736 mulheres, 172.922 ou 41,4% são migrantes, enquanto dos 403.497 homens, 40,7 são não-naturais. Em 1976, esta participação se repete, com 54,5% dos 475.340 homens e 55,3% das 504.160 mulheres que são migrantes.

Embora tenha havido um crescimento da ordem de 59,6% na população migrante como um todo, o maior índice encontrado deu-se para as mulheres, passando de 172.922 em 1970 para 278.965, correspondendo a um crescimento de 61,3%. Para os homens o crescimento foi de 57,7% passando de 164.266 migrantes para 259.029 migrantes em 1976 (tabela 2(4)).

TABELA 2(4) - POPULAÇÃO MIGRANTE E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO. - RMC - 1970 -1976. (70=100)

LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO	POPULAÇÃO MIGRANTE			
	1970	1976	Taxa de Crescimento	
Curitiba	Homens	136.951	214.800	56,8
	Mulheres	148.408	234.647	58,1
	Total	285.359	449.447	57,5
Outros Municípios	Homens	27.315	44.229	61,9
	Mulheres	24.514	44.318	80,8
	Total	51.829	88.547	70,8
Total da RMC	Homens	164.266	259.029	57,7
	Mulheres	172.922	278.965	61,3
	Total	337.188	537.994	59,6

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

Da mesma maneira a população natural e migrante não se distribui de forma uniforme nos diversos grupos etários, pois, os migrantes representam mais de 2/3 da população em idade adulta (20 anos e mais), para menos da metade da população jovem (tabela A.5). Os naturais somam 75,7% dos menores de 10 anos e 55,6% da faixa de 10 a 19 anos, caindo para 33,2% na faixa seguinte, decrescendo constantemente até atingir 28,1% da população de 60 a 69 anos.

A consequência é um predomínio de população jovem entre

os naturais, pois 66,8% tem menos de 20 anos, enquanto somente 29,1% dos migrantes estão neste grupo etário. Esta situação é semelhante tanto para os homens como para as mulheres, com os migrantes de ambos os sexos predominando na idade adulta entre os naturais entre os mais jovens. }

Em Curitiba, os efeitos da migração são bastante visíveis, uma vez que em 70, 46,9% da população era não-natural, passando, em seis anos para 54,0%. Como reforço dessa afirmativa, enquanto a população total cresceu 36,6%, a população migrante aumentou em 57,5%. Tanto em 1970 como em 76, a participação de mulheres migrantes é maior que a de homens, tanto no total de cada sexo, como no total de migrantes.

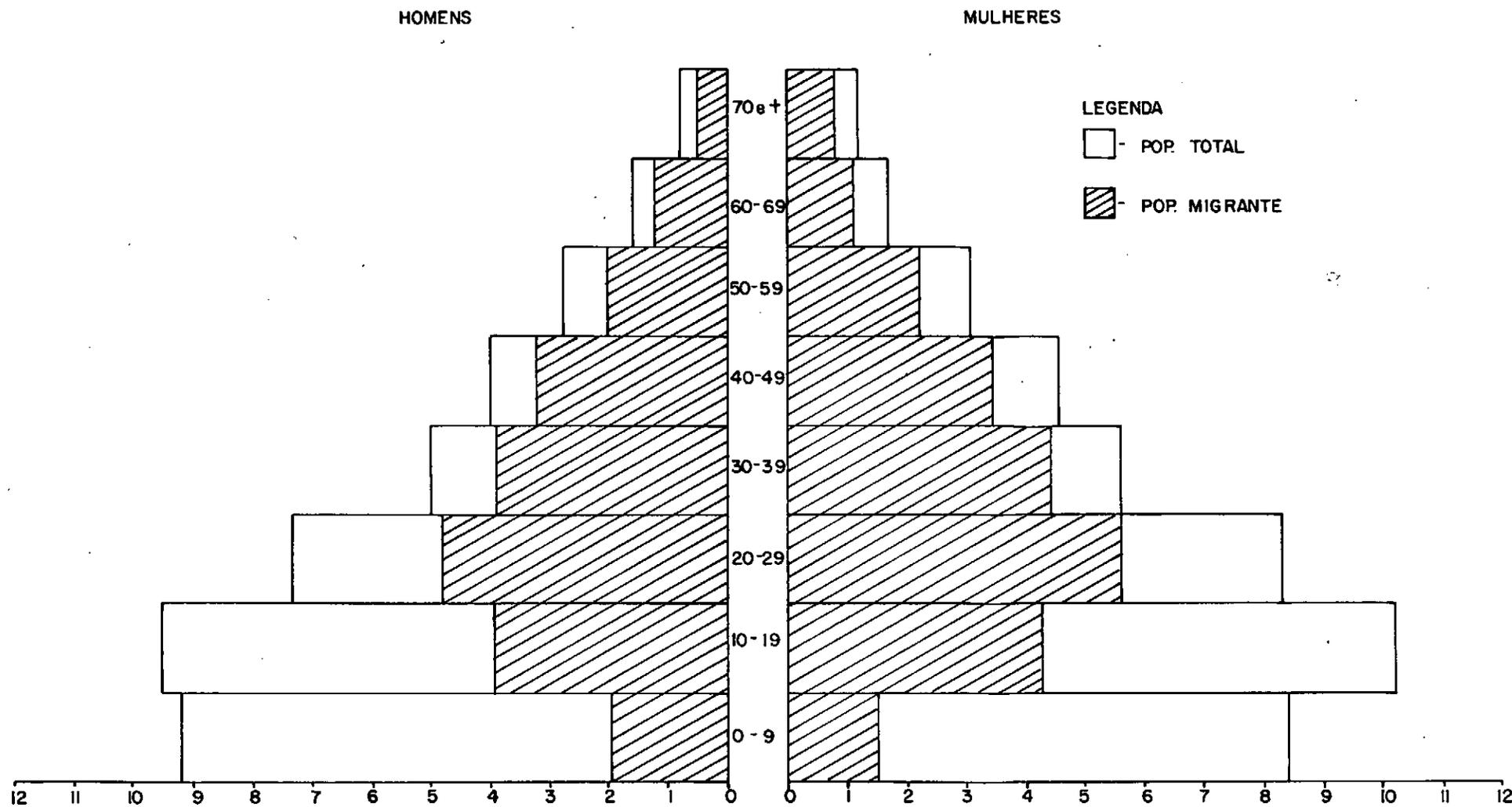
A estrutura etária de Curitiba demonstra uma participação significativa de jovens, principalmente entre os naturais. Na verdade, dos 382.353 naturais, 67,2% têm menos de 20 anos, enquanto apenas 26% dos 449.447 migrantes pertencem a esse grupo etário (tabela A.6 e Gráfico 4).

Embora a distribuição natural-migrante se assemelhe por sexo, na faixa dos menores de 10 anos, existem mais mulheres naturais que homens, invertendo esta situação na faixa seguinte: das 101.977 mulheres de 10 a 19 anos 57,6% são naturais enquanto que dos 95.470 homens, 59,1% nasceram em Curitiba.

Na idade adulta, existe sempre percentualmente mais homens migrantes no total de homens, que mulheres migrantes no total feminino. Por exemplo, enquanto 81,5% dos homens de 40 a 49 anos são migrantes, o percentual de mulheres migrantes nesta

GRÁFICO 4

PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO - CURITIBA - 1976



FONTE : IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

faixa é de 75,8%.

Em linhas gerais os naturais são na sua maioria jovens, sendo que os homens apresentam participação mais significativa que as mulheres neste grupo etário. Entre os migrantes, no entanto a distribuição mais homogênea entre jovens e adultos ocorre entre os homens.

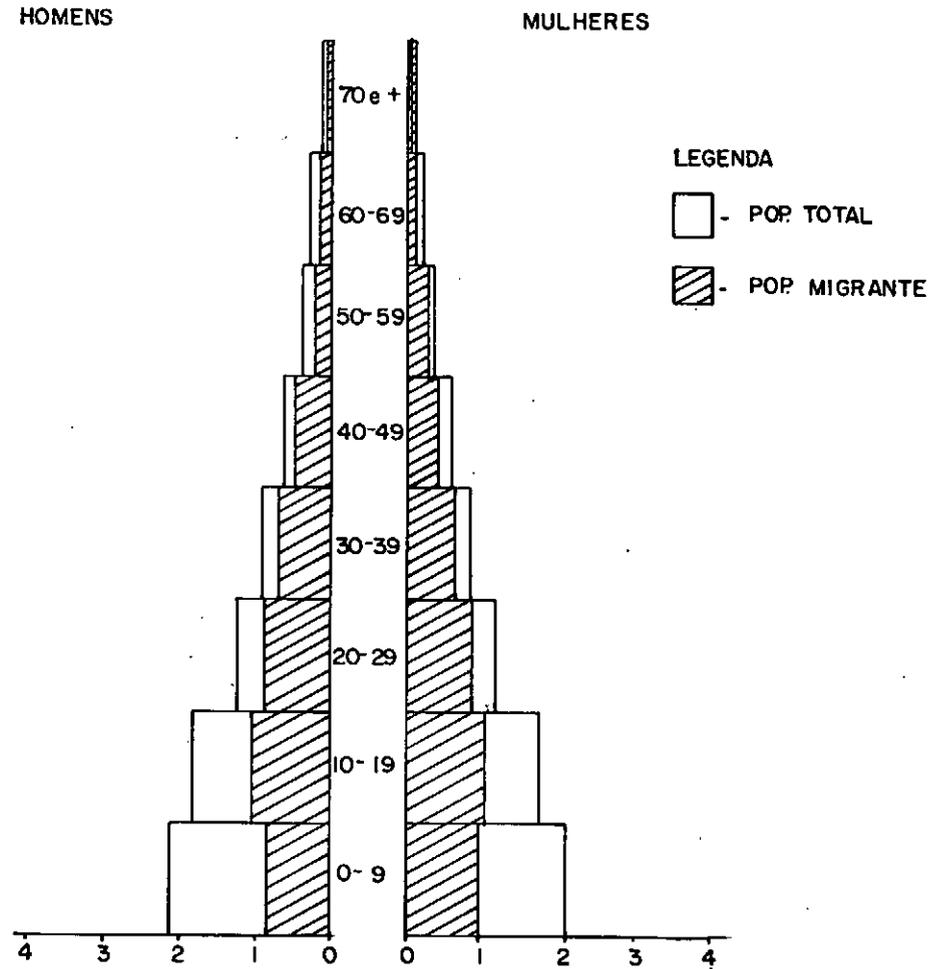
Embora em Curitiba aumente a participação de população migrantes, quem realmente apresentou um incremento migratório considerável no período foram os outros municípios da RMC. Tomando em primeiro lugar a população migrante total de 70 e comparando com a população migrante urbana de 1976, verifica-se já um acréscimo de 70,8%. Deste total, as mulheres apresentaram maior crescimento 80,8%, para 61,9% para os homens. Das 103.001 mulheres residentes em 1970, apenas 23,8% eram migrantes, enquanto que no outro ano em análise, o percentual de migrantes atingia 60,4%. Tomando-se, agora para 1970, apenas a população migrante residente em zona urbana que era de 25.092 pessoas e comparando-a com a população migrante de 1976, o crescimento que se tem não é de somente 70,8%, mas na verdade de 253,0%.

A população jovem ocorre em maior proporção nos outros municípios da RMC que em Curitiba; enquanto 44,9% da população da capital tem menos de 20 anos, 52,7% dos moradores dos outros municípios estão neste grupo etário (tabela A.7 e Gráfico 5).

De forma diferenciada de Curitiba, onde os migrantes só predominam a partir dos 20 anos, aqui, já a partir dos 10 anos, eles são maioria, mantendo-se dessa maneira e acentuando seu

GRÁFICO 5

PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO - OUTROS MUNICÍPIOS - 1976



predomínio nos grupos de idade mais avançados.

Analisando-se a distribuição dos naturais e migrantes por grupo etário e sexo, verifica-se que os homens e migrantes aparecem em menor proporção nos grupos mais jovens que os naturais - 43,7% para 65,6%. O mesmo ocorre com relação às mulheres, onde, de cada 100 migrantes, 45 têm menos de 20 anos, para uma participação de 64 jovens para cada 100 mulheres naturais.

Essas informações indicam de um lado que se a migração foi importante para o crescimento populacional de Curitiba, ela é mais ainda para os outros municípios. Por outro lado, a população que migra se constitui principalmente de adultos e dentre eles as mulheres. Esses adultos se constituem em grande parte de população relativamente nova (entre 20 a 39 anos) vindo a engrossar o volume da população em idade produtiva da região.

O grande peso de naturais entre as crianças (menores de 10 anos) indicam que parte dos migrantes aqui residentes já tiveram filhos na Região e portanto já estão aqui a algum tempo, embora isso venha também reforçar a afirmativa que, independente da época em que migraram, esses migrantes se constituem principalmente de força de trabalho para a área.

O fato de crescer de forma considerável o fluxo migratório para os outros municípios da região, indica que se de um lado o fluxo migratório tem historicamente se dirigido para Curitiba, a parcela que atualmente se dirige para as cidades vizinhas, se não é tão grande como a que vem para a capital, é entretanto capaz de alterar a "vida" existente nestas cidades.

Isso significa, em outras palavras, que algumas cidades estão se tornando cada vez mais cidades-dormitórios, outras estão desenvolvendo suas atividades econômicas de forma mais ou menos independente de Curitiba; mas, em todas elas, o fluxo migratório traz alterações para a estrutura urbana.

2.4 - OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A RMC

A inclusão da análise de movimentos, que a população migrante realizou antes de residir em um dos municípios que compõem a RMC, se faz necessária na medida que fornece indicações de alterações econômicas havidas em distintas áreas do país que forçou essa população a se deslocar. Ao mesmo tempo, permite que se trace um perfil da população que para cá se dirige, e de como esta população se fixa nos distintos municípios da região.

Para tanto, as variáveis a serem consideradas referem-se ao lugar de nascimento, localização do último município onde morou antes de vir para cá, se este último domicílio se deu em zona rural e urbana e o tempo de residência desta população no atual município.

2.4.1 - Região de Nascimento

Pelos dados de 1970, dos 821.233 habitantes, excetuando-se 484.045 naturais (ou 59,0% do total), a grande maioria nasceu no Estado do Paraná ou regiões próximas a ele. Igual comportamento se tem em 1976, onde dos 979.500 habitantes, 441.490 são naturais e dos 538.012 migrantes a grande maioria nasceu no próprio Estado.

Analisando-se a tabela 2(5) a seguir, verifica-se que em 1970, dos 337.188 migrantes, 53,3% nasceram no Paraná, para 26,6% nascidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e 7,4% em São Paulo. Em 1976, embora a participação dos migrantes tenha aumentado consideravelmente na composição da população total, as suas áreas de origem não se alteram, acentuando pelo contrário, o percentual dos nascidos no Paraná (57,3%), sendo que destes, 11,6% nasceram na própria Região Metropolitana e os outros 45,7% em outras regiões do Estado (ver Gráfico 6).

TABELA 2(5) - POPULAÇÃO MIGRANTE E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) - 70=100

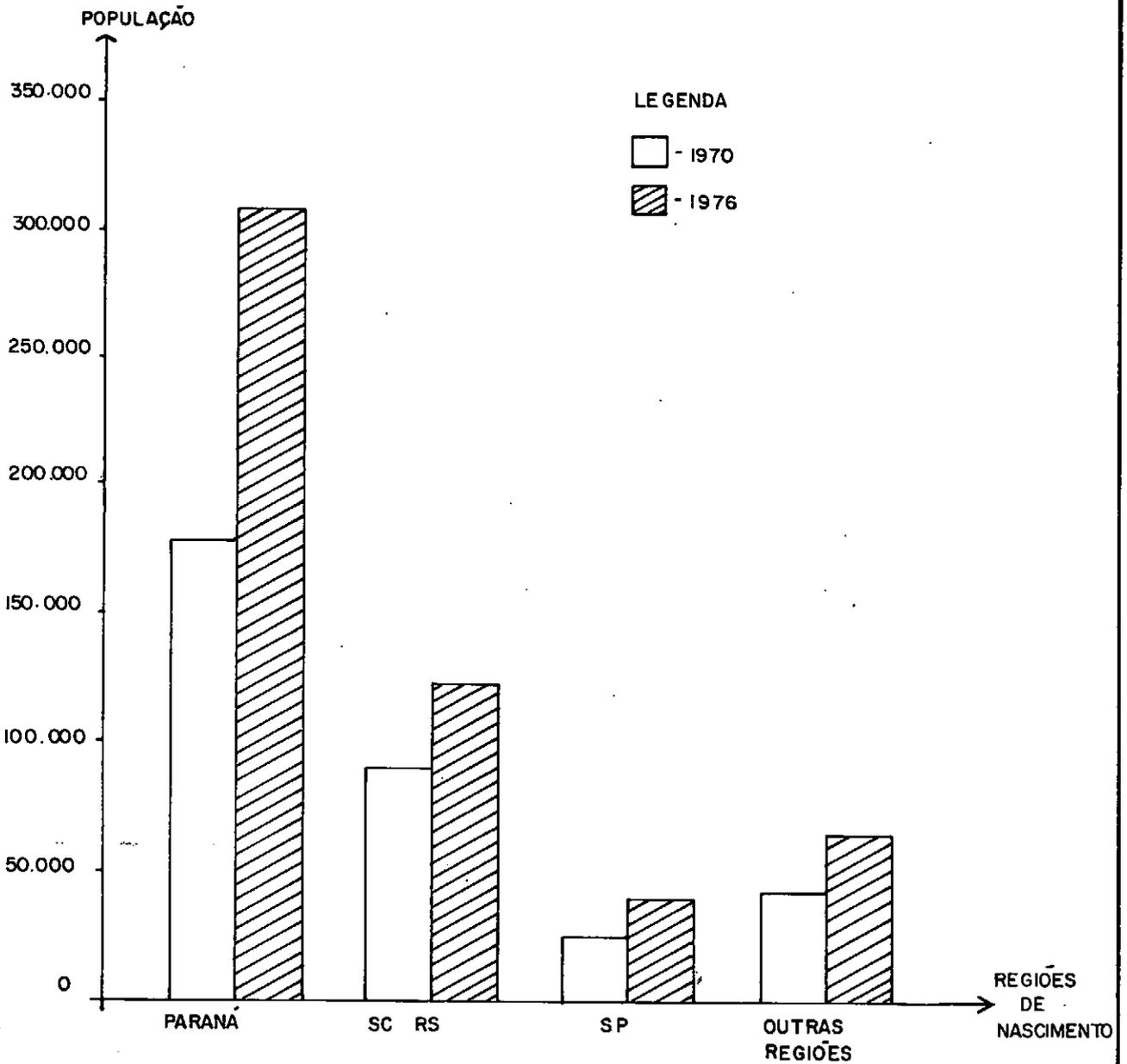
REGIÕES DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO MIGRANTE				Taxa de Crescimento
	1970		1976		
	ABS.	%	ABS	%	
Paraná	179.710	53,3	308.390	57,3	71,6
Santa Catarina, Rio Grande do Sul	89.617	26,6	122.778	22,8	37,0
São Paulo	25.105	7,4	41.932	7,8	67,0
Outras Regiões	42.756	12,7	64.912	12,1	51,8
TOTAL	337.188	100,0	538.012	100,0	59,6

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

GRÁFICO 6

POPULAÇÃO MIGRANTE, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1970 - 1976



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

Pela mesma tabela verifica-se que embora a população migrante, de acordo com suas respectivas regiões de nascimento, tenha sofrido um crescimento constante, o peso dos nascidos no próprio Estado se acentua. Na verdade, enquanto a migração acumulada aumentou em 59,6%, a participação dos nascidos no próprio Paraná cresceu para 71,6%, passando de 179.710 para 308.390 o número de paranaenses que aqui habitam.

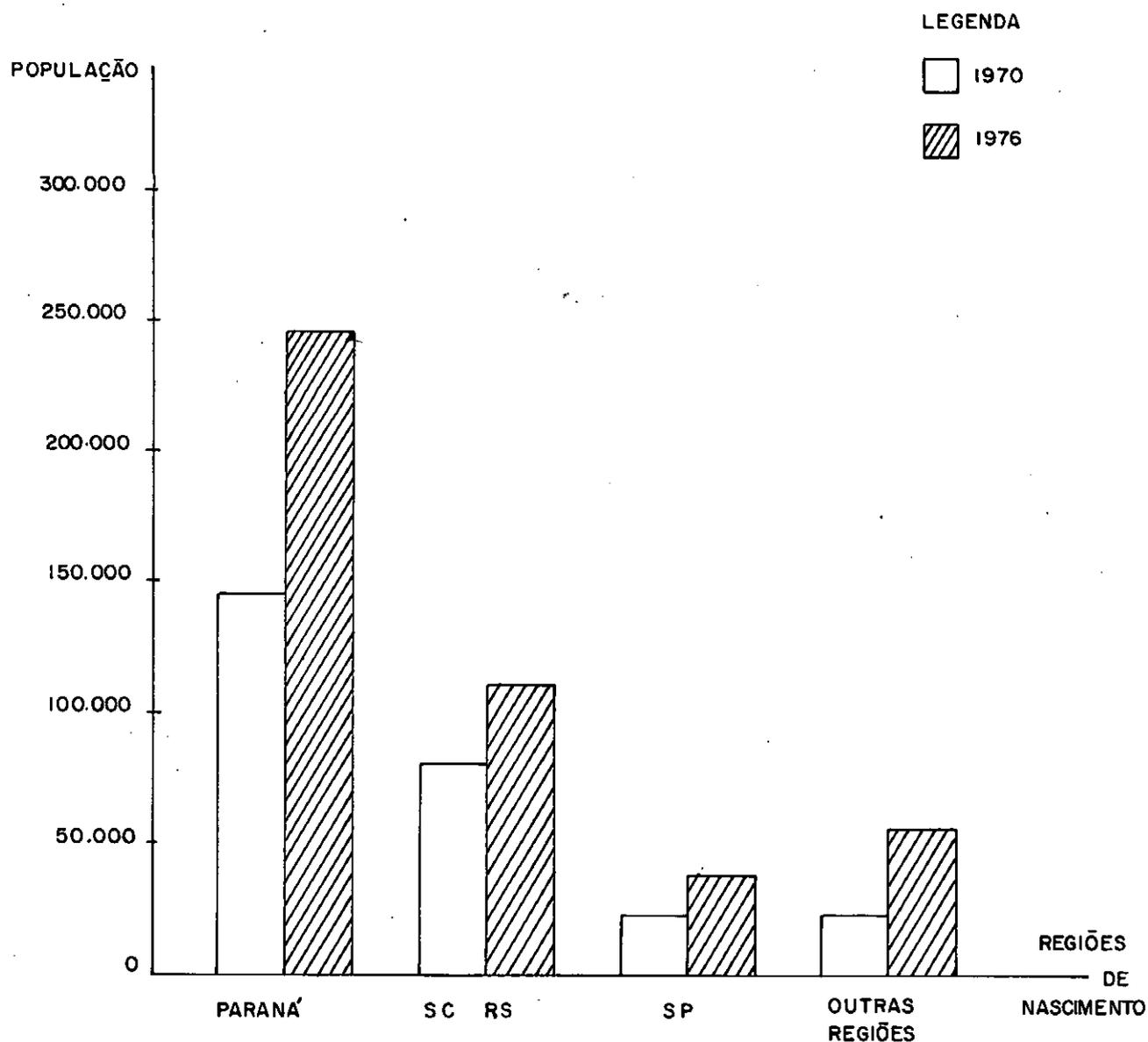
Os migrantes nascidos em São Paulo também cresceram em uma taxa superior à do total dos migrantes - 67,0%, enquanto diminuiu o fluxo de migrantes, em termos relativos, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na cidade de Curitiba estas tendências existentes para a RMC se repetem, embora em 1970, o percentual de migrantes representasse já 46,9%, contra os 41,0% da RMC. Em 1976, a participação dos migrantes é de 54,0%, invertendo de certo modo a relação de migrantes-naturais entre esta cidade e a região como um todo. Em 70, Curitiba detinha percentualmente mais migrantes e em 76, a Região a supera em 0,9%.

O Paraná constitui a área de origem para 51,0% dos migrantes residentes em Curitiba em 1970 e 54,6% em 1976, demonstrando que o maior fluxo havido no período realmente foi de paranaenses, conforme tabela 2(6) a seguir. No primeiro ano estudado, os migrantes nascidos nas regiões próximas: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, somavam 35,8% para 32,9% em 1976 (Gráfico 7).

GRÁFICO 7

POPULAÇÃO MIGRANTE, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - CURITIBA 1970 - 1976



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 1970

IPARDES-DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 TABULAÇÕES ESPECIAIS

TABELA 2(6) - POPULAÇÃO MIGRANTE E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - CURITIBA - 1970 - - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)=70=100

REGIÕES DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO MIGRANTE				Taxa de Crescimento
	1970		1976		
	ABS:	%	1976	%	
Paraná	145.425	51,0	245.141	54,6	68,6
Santa Catarina, R. Grande do Sul	79.614	27,9	110.310	24,5	38,6
São Paulo	22.451	7,9	37.847	8,4	68,6
Outras Regiões	37.869	13,2	56.139	12,5	48,2
TOTAL	285.359	100,0	449.437	100,0	57,5

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabelações Especiais

Estas informações sobre região de nascimento dos migrantes residentes em Curitiba demonstram que embora a entrada de população seja contínua, esta não se dá no mesmo ritmo verificado para os outros municípios da RMC. Nesses municípios, para uma participação inferior a um quarto em 1970, em 1976 os migrantes vem representar 60% da população, percentual este 6 pontos superior ao encontrado para Curitiba.

Também para os outros municípios da RMC, o Paraná foi o Estado que mais contribuiu como região de nascimento, com 66,2% (em 1970) e 71,4% (em 1976) dos migrantes tendo aí nascido. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como região de origem, tanto em 70 como em 76, contribuem menos que para Curitiba, sendo en-

tretanto as regiões que, exceto o Paraná, maior fluxo tem liberado para cá.

Verifica-se pela tabela 2(7) a seguir que o crescimento da população migrante nos outros municípios atinge 70,9% em seis anos apenas, dos quais o Paraná é o grande responsável pelo fluxo migratório tanto em termos relativos como absolutos. A própria região tem funcionado como fornecedora de população de um município para outro, pois dos 63.249 migrantes do próprio Estado, 24.709 nasceram na RMC (Ver Gráfico 8).

TABELA 2(7) - POPULAÇÃO MIGRANTE E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - OUTROS MUNICÍPIOS - 1970
1976 - ABSOLUTOS PERCENTUAIS - 70=100

REGIÕES DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO MIGRANTE				Taxa de Crescimento
	1970		1976		
	ABS.	%	ABS.	%	
Paraná	34.285	66,2	63.249	71,4	84,5
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	10.003	19,3	12.468	14,1	24,6
São Paulo	2.654	5,1	4.085	4,6	53,9
Outras Regiões	4.887	9,4	8.773	9,9	79,5
TOTAL	51.829	100,0	88.575	100,0	70,9

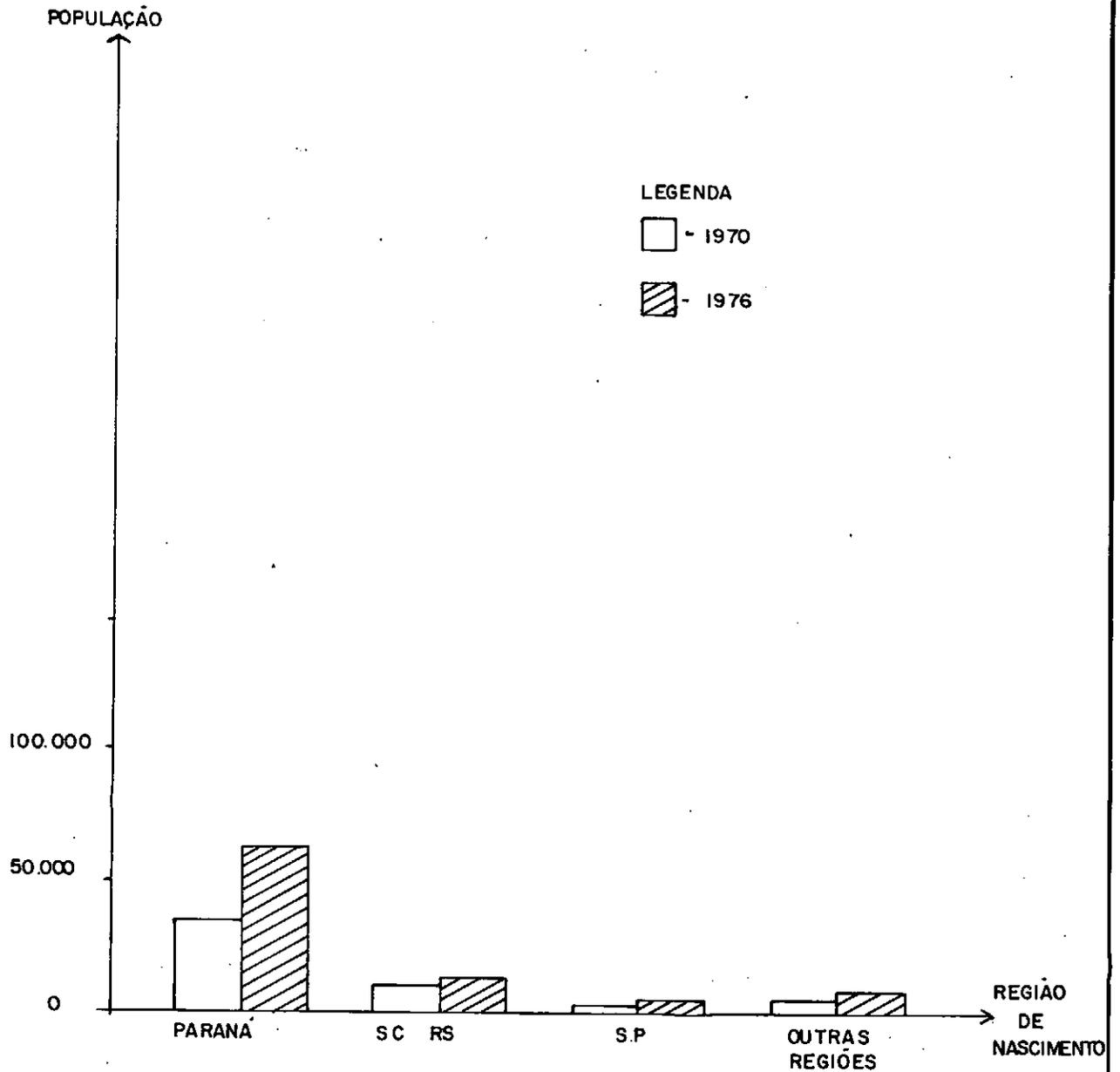
FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

Tomando-se as informações por sexo (tabelas A.8 e A.9), verifica-se que para a RMC, em 70, não só existem mais mulheres

GRÁFICO 8

POPULAÇÃO MIGRANTE, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - OUTROS MUNICÍPIOS - 1970-1976



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

que homens migrantes, como essas nasceram em maior proporção no próprio Estado (53,9%) e em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (27,7%) que os homens, dos quais 52,6% e 25,4% respectivamente, nasceram nessas regiões. Verifica-se também que da população que migrou de regiões distantes, os homens são maioria em termos relativos, enquanto as mulheres o são dentre os nascidos nas regiões próximas.

Para os outros municípios, ao contrário do que ocorre para Curitiba, existem mais homens migrantes que mulheres, sendo que esses nasceram também em regiões mais distantes.

Em 1976, existem mais mulheres migrantes que homens, essas vindas em sua maioria das regiões mais próximas enquanto que eles vieram de todas as regiões do país.

Desses dados sobre lugar de nascimento, conclui-se que há um aumento significativo de paranaenses residindo na RMC, sendo que estes ingressaram tanto em Curitiba como nos outros municípios, embora em termos relativos sejam mais significativos nesses últimos.

A par disso, cresce o volume de paulistas, principalmente em Curitiba, e decresce a participação relativa de gaúchos e catarinenses.

O ritmo de entrada de migrantes nos outros municípios é muito mais intenso que o registrado para Curitiba, demonstrando que embora a capital seja a cidade que a população migrante busca, já não é mais o único ponto de fixação para esta

população. Os outros municípios começam a despontar como alternativa de moradia para a população, embora isso não signifique que é aí que irão inserir-se no mercado de trabalho. É mais provável que a sua fixação se dê nestas cidades menores, menos por aí existirem ofertas de emprego, que por propiciarem uma moradia a custos menores.

Esta constatação é reforçada quando se verifica que o maior volume de mulheres migrantes reside em Curitiba e é exatamente aí que se concentram os empregos domésticos, sendo possível a associação de trabalho e residência para elas, principalmente entre as solteiras. Já entre os homens, por não poderem adequar trabalho e moradia, são obrigados, juntamente com suas famílias, a residirem fora da capital em maior proporção.

2.4.2 - Área de Procedência

Conforme já foi explicitado anteriormente, as informações oriundas das tabulações especiais do Censo e do Diagnóstico Habitacional da RMC, permitem a análise dos fluxos migratórios através de dois conceitos distintos: origem e procedência. Mas, não se pode tomá-las como conceito ideal, na medida em que não se tem nenhum controle de qual delas tenha sido a de maior relevância para esta população, ao nível de experiência ou agregação de conhecimentos.

Mesmo com todas as limitações conceituais, trabalha-se neste item com as informações de procedência, na medida que oferecem as indicações da última mudança de município realizada por este contingente e também de possíveis alterações havidas nes-

tas áreas que, a grosso modo, podem ser chamadas de expulsoras.

O que se depreende dos dados relativos à procedência da população migrante da RMC, é que os movimentos de maior grandeza que se realizou até 1970 e daí até 1976, ficaram em sua maioria circunscritos ao próprio Estado do Paraná e, em menor escala, aos estados do Sul e São Paulo.

Conforme já se observou no item anterior, a maioria dos migrantes nasceu nos estados acima referidos, evidenciando que áreas tradicionalmente fornecedoras de migrantes para o Centro-Sul como os estados do Nordeste, têm dentre a sua população de origem, pequeno contingente que se dirige para a área metropolitana de Curitiba, devendo estes fixar-se nas metrópoles de maior grandeza - São Paulo e Rio de Janeiro particularmente.

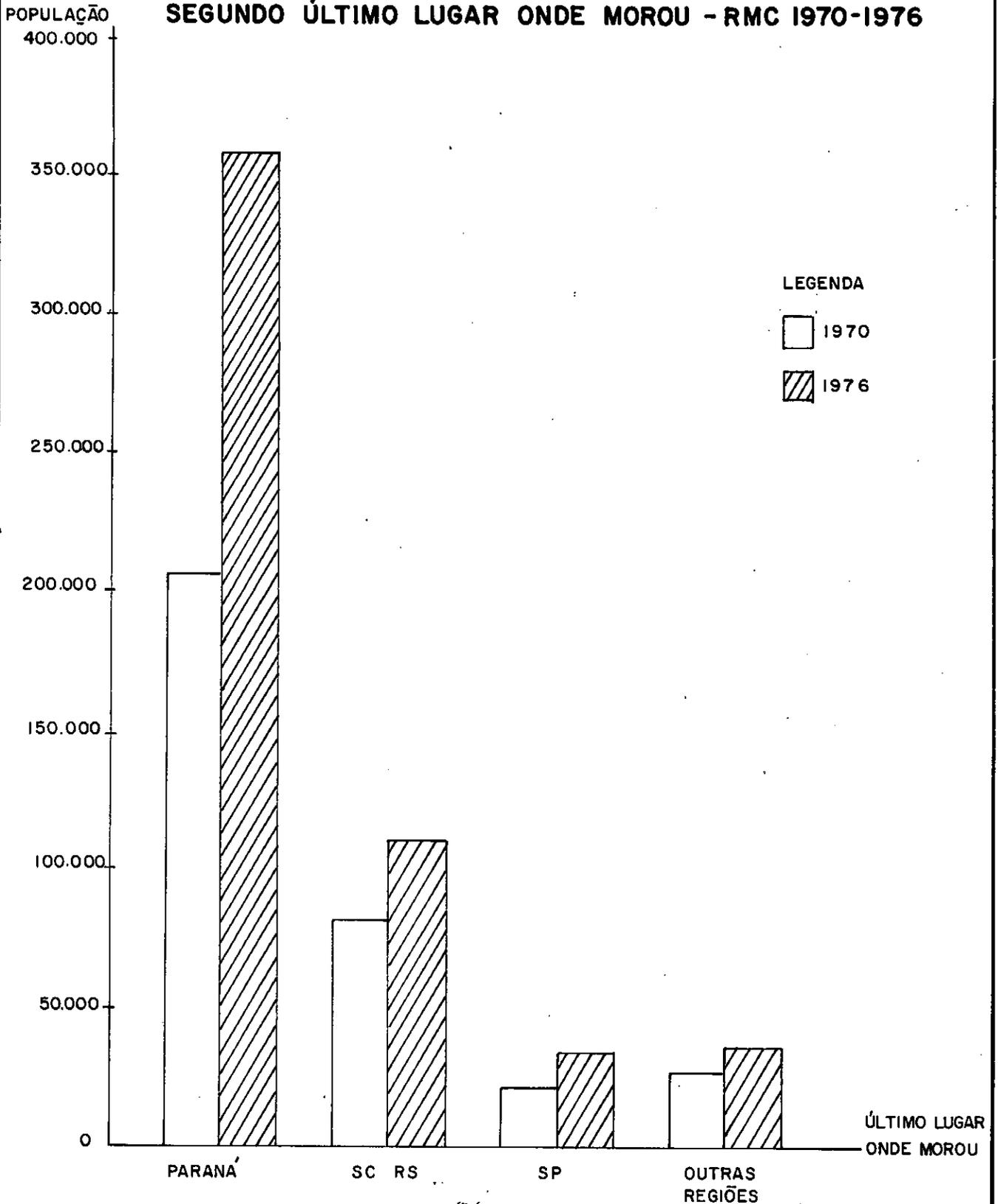
Curitiba e os municípios que a cercam funcionam antes como pólo regional, tendo como especificidade receber migrantes do próprio Estado.

Estas afirmativas ganham consistência quando se verifica que em 1970, dos 337.188 migrantes, 61,3% emigrou do próprio Estado, para 24,3% da Região IX e apenas 6,4% de São Paulo (tabela A.10). Em 1976 esta situação se acentua, agora já com 66,6% dos migrantes sendo do Paraná, para 20,4% de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (tabela A.11 e Gráfico 9).

Comparando-se Curitiba com os restantes, verifica-se que embora a migração interna do Paraná seja responsável pela maioria dos migrantes, tanto em 70 como em 76 (58,2% e 62,6%

GRÁFICO 9

**POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL,
SEGUNDO ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC 1970-1976**



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

respectivamente) a participação do Estado como fornecedor de população para os outros municípios é, em termos relativos, muito maior. Na verdade 78,4% dos migrantes em 70 e 86,8% dos migrantes residentes nos outros municípios em 1976, vieram do próprio Estado.

A decorrência natural disso é que tanto a população que vem de estados próximos como aquela de regiões mais distantes fixa-se em maior proporção na cidade de Curitiba.

É necessário destacar que entre os anos em estudo, verifica-se uma tendência muito acentuada de ingresso de paranaenses (de origem), cujo último domicílio se deu no interior do Estado, tanto em Curitiba como no resto da região.

Para exemplificar, tem-se na tabela 2(8) a seguir, que, enquanto o volume total de migrantes para a Região aumentou em 60,0% no período, os migrantes oriundos do Paraná, tiveram um acréscimo de 73,3%. O mesmo se verifica para a cidade de Curitiba, onde para um crescimento total de 57,5%, o aumento de migrantes advindos do próprio Estado foi de 69,5%. O maior crescimento em termos relativos ocorreu para os outros municípios, onde tanto o volume total de migrantes apresentou um crescimento maior (70,8%), como a migração vinda do próprio Paraná teve um acréscimo considerável (89,1%) (Ver Gráficos 10 e 11).

O Estado de São Paulo como área de procedência para os migrantes, manteve de certa forma a sua participação, apresentando um crescimento de 56,4%, com apenas 3,6 pontos percentuais abaixo da média registrada para a RMC. A população que se

TABELA 2.(8) - POPULAÇÃO MIGRANTE E TAXA DE CRESCIMENTO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - 1970 - 1976. (70=100)

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	POPULAÇÃO MIGRANTE								
	CURITIBA			OUTROS MUNICÍPIOS			RMC		
	1970	1976	Taxa de Crescim.	1970	1976	Taxa de Crescim.	1970	1976	Taxa de Crescim.
Paraná	166.070	281.469	69,5	40.611	76.807	89,1	206.681	358.276	73,3
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	74.849	102.364	36,8	7.002	7.611	8,7	81.851	109.975	34,4
São Paulo	19.699	31.285	58,8	1.922	2.536	31,9	21.621	33.821	56,4
Outras Regiões ¹	24.741	34.329	38,8	2.294	1.593	6,9	27.035	35.922	33,1
T O T A L	285.359	449.447	57,5	51.829	88.547	70,8	337.188	537.994	60,0

1 - Inclui os brasileiros naturalizados e estrangeiros

FONTE: Tabelas A.11 e A.12

GRÁFICO 10

POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU. CURITIBA - 1970-1976

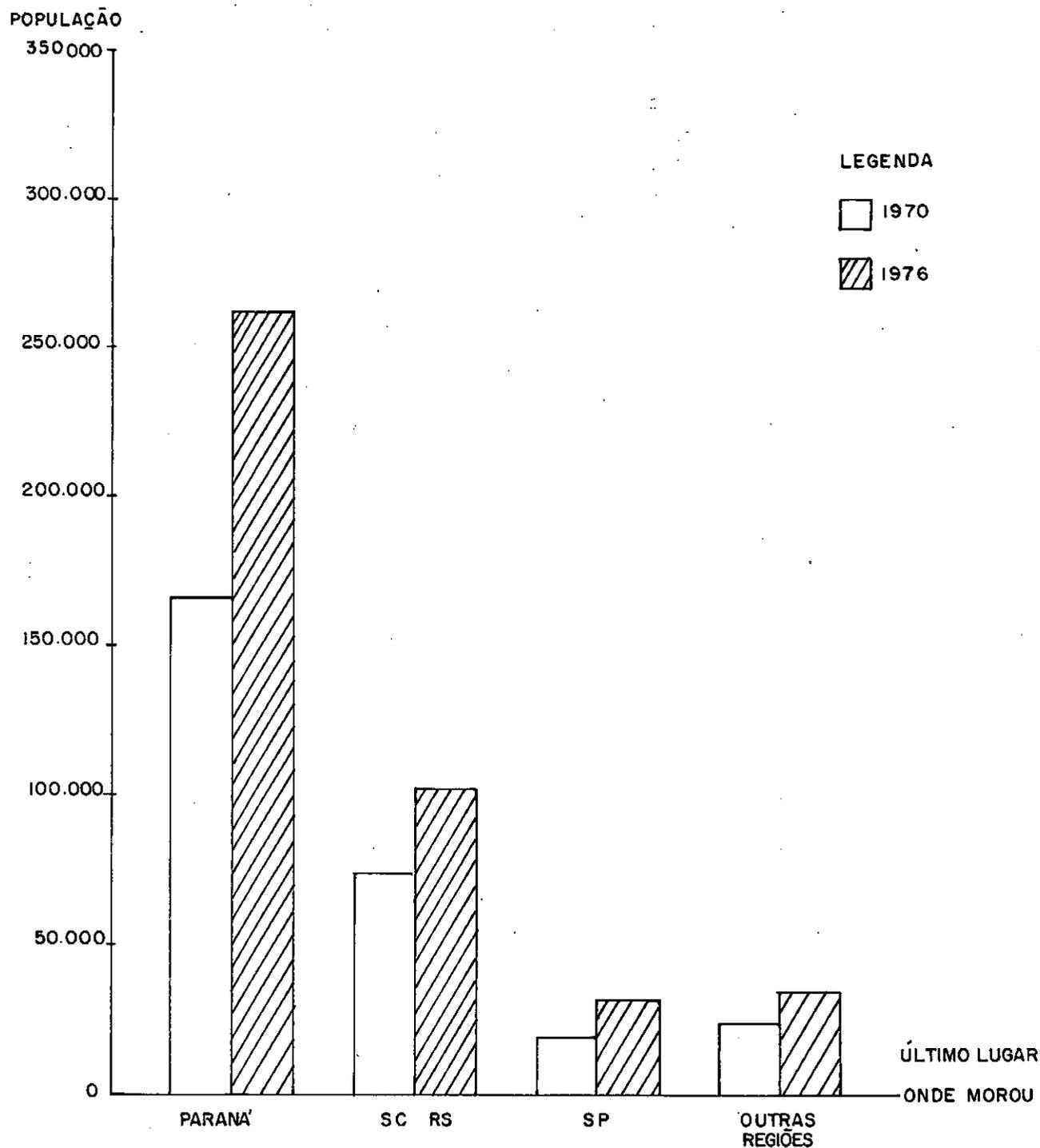
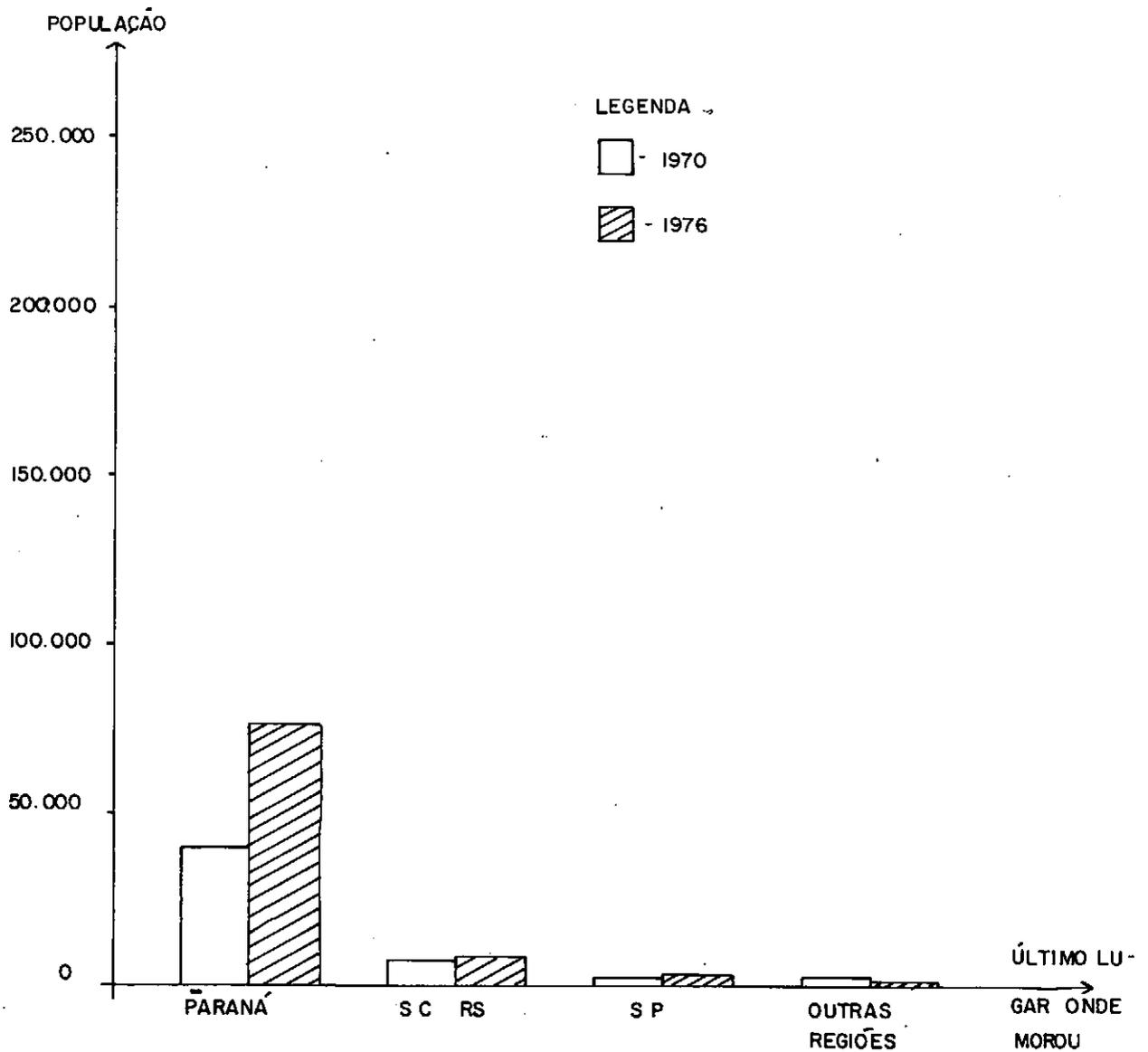


GRÁFICO II

POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL,
SEGUNDO ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - OUTROS MUNI-
CÍPIOS - 1970-1976



FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970

IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

mudou deste estado, concentrou-se na cidade de Curitiba, passando de 6,9% para 7,0% do total de migrantes residentes na cidade-pólo.

Estes dados põem em destaque não só uma migração interna do Estado, como também que o seu crescimento, ao nível de áreas de procedência, se dá de forma heterogênea na região. Os municípios que circundam Curitiba estão tendo, a partir dos dados analisados, uma entrada maciça de migrantes, quase todos nascidos e mudando-se diretamente do interior do Estado, o que reflete alterações na distribuição espacial da população no Paraná. Esta reordenação e rearranjo da população paranaense parece ter como decorrência, menos um "surto industrial" na capital do Estado mas principalmente alterações que estão ocorrendo no campo e nas pequenas e médias cidades paranaenses que estão colocando grupos cada vez maior de pessoas em movimento.

Na verdade, três grandes alterações de cunho econômico ocorridas no Estado - a erradicação do café no Norte e a substituição por culturas que exigem menos mão-de-obra; a concentração cada vez maior da propriedade; e a incorporação de tecnologia combinada com novas culturas - compõem o quadro que, nas duas últimas décadas e mais acentuadamente após 1970, tem sido responsável pela liberação de população.

Isto fica mais evidente quando se relaciona a região de nascimento com a região de último domicílio, onde se verifica que dos 537.994 migrantes residentes na RMC em 1976, 282.969 nasceram e tiveram o último domicílio no próprio Estado, conforme tabela 2(9) a seguir. Em termos relativos significa que

mais da metade dos migrantes que residem na RMC nasceram e moraram dentro do Paraná.

TABELA 2(9) - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DO ÚLTIMO DOMICÍLIO, SEGUNDO LUGAR DE NASCIMENTO - RMC - 1976 (ABSOLUTOS).

LUGAR DE NASCIMENTO	ÚLTIMO DOMICÍLIO				TOTAL
	Paraná	Sta. Catarina e R.G. do Sul	São Paulo	Outras Regiões	
Paraná	282.969	12.020	7.199	6.202	308.390
Sta. Catarina e R. G. do Sul	23.867	93.100	2.248	3.563	122.778
São Paulo	21.365	878	18.053	1.636	41.932
Outras Regiões	30.075	3.977	6.321	24.521	64.894
TOTAL	358.276	109.975	33.821	35.922	537.994

FONTE: Tabela A.12.

Mesmo considerando que a população nem sempre realiza uma ou duas mudanças apenas, mas que seu percurso, até ser pesquisado num determinado momento, apresenta várias passagens por áreas distintas, ainda assim a relação entre o lugar de nascimento e o de procedência indica, a grosso modo, como esta população se movimenta num espaço determinado.

Outra informação que se depreende da tabela apresentada é que os catarinenses e gaúchos mudam dentro destes dois estados antes de se dirigirem à RMC. Das 122.788 pessoas nascidas nesses estados, mais de 90.000 residiram aí antes de vir para a área em estudo.

Entre os paulistas no entanto, já se observa uma maior mobilidade interestadual antes de se dirigirem para cá. Dos 41.932 paulistas que aqui residem, 21.365 tiveram seu último domicílio em algum município do Paraná e 18.053 vieram diretamente do Estado de São Paulo para cá.

Em síntese, pelos dados disponíveis (tabela A.12) apresentam-se três situações distintas em termos de movimentos inter e intraestaduais. Na primeira delas, estão os nascidos no Paraná, que além de serem maioria, se caracterizam por trajetórias internas ao próprio Estado (considerando-se apenas os dois movimentos registrados). Na outra, encontram-se os nascidos nas regiões próximas - Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, e até mesmo Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais e Espírito Santo - cuja trajetória em sua maioria teve o Paraná como último lugar de residência, com número significativo tendo também migrado internamente na sua região de origem. Por último, tem-se os Nortistas e Nordestinos que, embora em número reduzido, são os que apresentam maior diversificação quanto à região de procedência. Principalmente para os Nordestinos, este comportamento era esperado, pois historicamente, são os que mais trajetórias já realizaram.

2.4.3 - Migrações Paranaenses para a RMC

A Região Metropolitana de Curitiba tem como uma de suas características receber paranaenses, tanto de origem como de procedência.

Tomando-se os 358.276 migrantes que residiram no Estado

por microrregiões de procedência, verifica-se que regiões como os Campos da Lapa, Campos de Ponta Grossa, Norte Velho de Wenceslau Braz e Norte Novo de Londrina, que tanto geograficamente como em termos de atividade econômica guardam pouca identidade entre si, foram responsáveis por mais de 100 mil dos 350 mil migrantes paranaenses residentes.

Com base na tabela 2(10) a seguir, agregou-se o Estado do Paraná em quatro grandes áreas,* obtendo como indicação (Ver mapa 1) as transformações por que passaram nas duas últimas décadas e que foram responsáveis em grande medida pela liberação de população, da qual uma parcela encontrava-se em 1976 na RMC. A região em estudo será tomada separadamente, uma vez que o volume de migrantes intrametropolitanos* é significativo - 47.863 pessoas.

Esse dado indica uma intensa movimentação de pessoas dentro da RMC, devendo se constituir em grande número de pessoas que saem de Curitiba para residir em áreas próximas a ela e vice-versa. Os que são impelidos a sair da capital devem-se constituir dos grupos de mais baixa renda que, dado o custo elevado da moradia na capital, vão engrossar a periferia, o que empiricamente pode ser observado pelo crescimento de inúmeros loteamentos nas franjas do município de Curitiba especialmente em Almirante Tamandaré, Colombo e Piraquara.

*Esta agregação baseia-se na apresentada no estudo O Trabalho Rural Volante no Estado do Paraná - cap. 3: Transformações no uso da terra e incorporação de mão-de-obra, pags. 66 a 90.

* Considera-se como migrante intra-metropolitano, aquele cujo último município de residência foi um dos 14 da RMC e diferente do atual município onde reside.

TABELA 2(10) - POPULAÇÃO MIGRANTE, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR DO PARANÁ ONDE MOROU - RMC - 1976

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	POPULAÇÃO MIGRANTE	
	Absolutos	%
1 - Curitiba	47.863	13,4
2 - Litoral Paranaense	27.125	7,6
3 - Alto Ribeira	2.750	0,8
4 - Alto Rio Negro Paranaense	3.461	1,0
5 - Campos da Lapa	33.265	9,3
6 - Campos de Ponta Grossa	25.418	7,1
7 - Campos de Jaguariva	2.111	0,6
8 - São Mateus do Sul	11.652	3,2
9 - Colonial de Irati	15.654	4,4
10 - Alto Ivaí	1.926	0,5
11 - Norte V. de Wenceslau Braz	22.300	6,2
12 - Norte V. de Jacarezinho	15.287	4,3
13 - Algodoeiro do Assaí	3.194	0,9
14 - Norte Novo de Londrina	22.331	6,2
15 - Norte Novo de Maringá	14.578	4,1
16 - Norte Novíssimo de Paranavaí	9.259	2,6
17 - Norte Novo de Apucarana	15.034	4,2
18 - Norte Novíssimo de Umuarama	11.961	3,3
19 - Campo Mourão	12.201	3,4
20 - Pitanga	652	0,2
21 - Extremo Oeste Paranaense	16.860	4,7
22 - Sudoeste Paranaense	12.677	3,5
23 - Campos de Guarapuava	7.937	2,2
24 - Médio Iguaçu	12.625	3,5
25 - Paraná sem especificação	10.155	2,8
TOTAL	358.276	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais.

Mapa

Não se pode excluir o movimento inverso, mas este deve ser constituído de pessoas que procuram Curitiba pela série de vantagens que oferece, como educação, lazer, sendo predominantemente de pessoas de outro grupo social que não os mais carentes. Da mesma maneira, deve existir uma mobilidade residencial entre os outros municípios, principalmente dos menores para os maiores, embora não se tenha informações que possibilitem esta verificação.

Retomando a agregação referenciada anteriormente, tem-se em primeiro lugar o Norte do Estado, que em 1970 era responsável por mais de 35% do total de população e que contribuiu com o maior volume de migrantes do próprio Estado para a RMC até 1976 - 101.983 pessoas, foi a região que mais alterações sofreu. Compreende as microrregiões do Norte Velho de Jacarezinho e Wenceslau Braz, Algodoeira do Assaí, Norte Novo de Londrina, Maringá e Apucarana e Norte Novíssimo de Paranavaí. Esta área foi a que sofreu o processo de erradicação do café e a sua substituição por pasto plantado e culturas temporárias.

Conforme se observa no estudo O trabalho rural volante no Paraná, realizado pelo IPARDES, o Estado "atualmente o maior produtor nacional de café, tem sofrido, a partir de 1962, um processo de erradicação de cafezais orientado pela política de redução da oferta como estratégia de manutenção dos preços. Em 5 anos (1962/67) estima-se que a erradicação liberou cerca de 58 mil famílias, ou 290 mil pessoas, que representavam cerca de 14% da população ocupada no cultivo do café no ano anterior ao início do processo. Do ponto de vista da mão-de-obra liberada, essa tendência à substituição do café resulta em graves conse-

quências sociais já que sua possível absorção no próprio campo torna-se, no mínimo, altamente instável".⁵⁾

Também se caracteriza pela área onde mais tem ocorrido a exclusão do pequeno produtor. A concentração da propriedade se faz presente, com cultivo da cana-de-açúcar e soja, embora em Jacarezinho e Algodoeira do Assaí ainda ocorra grandes áreas de café. Há uma desativação das culturas do milho e feijão, excetuando-se as regiões de Apucarana e Wenceslau Braz, que parecem ser as que, dentro do Norte, absorvem parte da população expulsa das outras microrregiões.

Cabe aqui uma observação sobre o processo de concentração da propriedade agrícola pela qual o Paraná como um todo vem passando. O Norte do Estado é a área onde está mais acentuado, por ser a área onde as maiores transformações iniciaram há mais tempo. No entanto, esse processo ocorre em todas as regiões do Estado com intensidade variada, na medida que novas culturas são introduzidas, em que a agricultura se torna mais capitalizada e dependente de insumos industriais, ou seja, na medida em que se acentuam as exigências de uma agricultura cada vez mais de exportação.

A década de 70 se caracteriza pela intensificação da concentração da propriedade. Entre 70 e 75 "cerca de 50.000 estabelecimentos agrícolas deixaram de existir no Paraná. Nota-se

⁵⁾ IPARDES - O Trabalho Rural Volante no Estado do Paraná - 1978 - pag. 10/11

que são principalmente os pequenos estabelecimentos que apresentam maior redução. Os estabelecimentos de menos de 100 ha passaram de 295.272 para 237.875, ou seja, sofreram uma redução de 57.407 estabelecimentos. A área perdida pelos pequenos agricultores que possuem menos de 10 ha corresponde àquelas incorporadas pelos estabelecimentos de mais de 100 ha".⁶

Em segundo lugar aparece a região mais a Oeste do Estado que engloba as microrregiões de Campo Mourão, Norte Novíssimo de Umuarama, Extremo Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense. É uma das regiões mais populosas do Estado em 1970 (34,3%) e a que contribuiu com o menor volume de migrantes para a RMC até 1976 - 53.699 pessoas.

É a área onde houve maior incremento no número de pequenos estabelecimentos entre 60 e 70, bem como de lavouras temporárias principalmente de milho e feijão. Nesta área ao mesmo tempo que há uma incorporação bastante alta de mão-de-obra, principalmente em Campo Mourão e Extremo Oeste, também é a área que apresenta o maior índice de mecanização, devido principalmente à "introdução e extensão da soja em pequenas e médias propriedades numa área de povoamento recente".⁷

As regiões centrais e a de colonização mais antiga também têm participação significativa como área de procedência pa-

⁶Migrantes (I) (II) (final). O Estado do Paraná, Curitiba, 18, 19 e 20 de junho p. 10. Artigo resultante do Simpósio sobre migrações realizado em Cascavel de 5 a 8 de junho - Centros Pastorais de Migrantes das 14 regionais da CNBB.

⁷O.p. cit., nota 4, pag 112.

ra os migrantes.

As microrregiões dos Campos de Ponta Grossa, Jaguariá-va e Guarapuava, Colonial de Irati, Pitanga e Médio Iguaçu, com 12% da população do Estado em 70, participa com 64.397 pessoas no volume de migrantes para a RMC. Esta região que tem ainda como característica a pecuária extensiva e apresenta parcela de terras incultas, pode ser considerada uma possível fronteira de expansão agrícola. No entanto, aí já começa a surgir o trigo e a soja, em moldes capitalistas, com poucas possibilidades de fixar o pequeno produtor já expulso do Norte e Oeste.

A última região, que compreende o Litoral Paranaense, Alto Ribeira, Alto Rio Negro Paranaense, Campos da Lapa, São Mateus do Sul e Alto Ivaí, é responsável por apenas 5,5% da população do Estado e por 80.179 migrantes que estão na região de Curitiba. Caracteriza-se por áreas de culturas tradicionais de subsistência como o milho e feijão, e por áreas de pastagens naturais e terras incultas. É significativo o volume de migrantes originários dessas regiões, pois sendo das menos populosas do Estado, contribuiu em muito para a composição da atual população da RMC. Na verdade, esta região e Curitiba têm, historicamente, laços mais antigos que as outras, o que explica tal volume de migrantes. A proximidade geográfica deve ser também um dos fatores que propiciou o ingresso dessa população na capital, cabendo a hipótese de que se constituem de grupos diferenciados daqueles que saem do Norte e Oeste. Devem ser em grande maioria oriundos de zonas urbanas e procuram Curitiba menos por alterações econômicas havidas na sua região de origem que por oportunidades (reais ou não) que a capital possa ofere-

cer.

A reordenação das atividades econômicas e a reorientação dos movimentos populacionais neste quadro apresentado, suscitam ainda questões como por exemplo a introdução da soja nos Campos Gerais que deverá provocar um novo fluxo migratório - o dos antigos ocupantes - ao mesmo tempo que não oferece possibilidades de assentamento de toda população que para aí se dirige. O que se depreende do todo este processo é que as mudanças atingem de forma diferenciada os distintos grupos sociais, sendo que o volume que se pauperiza mais rapidamente tem quase como única alternativa fixar-se nas zonas urbanas do Estado, uma vez que a terra se torna cada vez mais um bem inatingível.

2.4.4 - Situação do Domicílio Anterior

A análise da área de procedência envolve pelo menos dois aspectos a serem abordados. O primeiro diz respeito à direção do fluxo, tomando-se os movimentos populacionais que partem de diferentes regiões e municípios brasileiros para cada um dos municípios da RMC, e que já foi objeto de estudo em itens anteriores. Outro aspecto, de particular importância, é a maneira como esta população se reordena internamente na sua área de destino comparada à sua distribuição espacial nas áreas de origem. Em outras palavras, trata-se de uma primeira qualificação do fluxo migratório, no sentido de verificar como determinada população que, por exemplo, tinha a zona rural como localização de seu domicílio, se distribui em termos de área urbana ou rural nas regiões para onde se destina.

A importância destas variáveis se configura na medida que a tendência brasileira de migração se dá em níveis diferenciados: uma parcela da população residente em zona rural se põe em movimento, procurando terras em que seja possível garantir o seu sustento, e outra, cujos determinantes também são os mesmos, que procuram a zona urbana com intuito de se inserir num mercado de trabalho que até certo ponto lhe é estranho, mas que concretamente é a sua única alternativa. Além disso a população residente em zona urbana também migra, na medida que o desajuste entre oferta e demanda de mão-de-obra afiora na mesma intensidade que no campo.

Para a análise da direção do fluxo migratório, existem algumas questões que se referem à própria conceituação do urbano que se em 1970, obedecem à uma determinação legal em 1976, apresenta-se mais criterioso, determinando como urbano apenas a área com arruamento. Estas definições são incompletas, na medida que apenas aspectos legais ou de estrutura física definiram determinada área como urbana, sem considerar que uma cidade não é apenas uma malha, mas que esta malha só se configura como cidade na medida que possuir funções diferenciadas da zona rural. Considera-se que uma cidade, além da função de ser a sede das decisões, tem o papel de distribuidora das mercadorias e centro de comércio para uma área determinada, além de fornecer serviços básicos (saúde, educação), à população do município onde se situa.

Entretanto, por existirem dados disponíveis para 70 que permitem separar a população migrante que reside em zona rural e urbana, a análise será feita em primeiro lugar para 1970,

com especificação do urbano e rural; em segundo lugar serão analisados os dados de 1976 (somente urbano) e apresentadas a seguir, as taxas de crescimento, comparando-se as populações urbanas dos dois anos em estudo.

Pela tabela 2(11), verifica-se que dos 337.188 migrantes da RMC em 1970, 10,3% residiam em zona rural e 89,7% em zona urbana. Analisando-se também os dados de procedência por situação de domicílio, tem-se que a migração foi realmente urbana-urbana, pois dos 89,7% dos migrantes que residem hoje em zona urbana, 77,2% vieram de outra zona urbana e apenas 12,5% diretamente de zona rural. Em números absolutos isto significa que dos 337.188 migrantes aqui residentes, 302.592 estão em zona urbana e destes, 260.472 saíram também de outra zona urbana.

A população residente em zona rural corresponde a 34.596 pessoas ou 10,3% da população total da RMC, sendo que destas, 19.881 ou 5,9% vieram de zona urbana e 14.715 ou 4,4% vieram de outra zona rural.

Dos migrantes residentes em Curitiba - 285.359 - 97,2% residem em zona urbana, e destes, 84,2% vieram de outra zona urbana e 13,0% de zona rural. Existem apenas 7.859 migrantes residentes na zona rural de Curitiba, dos quais 5.077 vieram de zona urbana e 2.782 de outra zona rural.

Nos outros municípios, dos 51.829 migrantes existentes, 51,6% residem em zona rural e 48,4% em zona urbana. Dos 26.737 residentes em zona rural, a maioria (14.804) vieram da zona urbana e 11.933 de outra zona rural. Dos 25.092 residentes em

TABELA 2(III) - POPULAÇÃO MIGRANTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) ¹

LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ATUAL		SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR							
		Procedência Urbana		Procedência Rural		Sem declaração de procedência		TOTAL	
	População Rural	5.077	1,8	2.782	1,0	-	-	7.859	2,3
Curitiba	População Urbana	240.260	84,2	37.236	13,0	4	0,0	277.500	97,2
	População Total	245.337	86,4	40.018	14,0	4	0,0	285.359	100,0
	População Rural	14.804	28,6	11.933	23,0	-	-	26.737	51,6
Outros Municípios	População Urbana	20.212	39,0	4.880	9,4	-	-	25.092	48,4
	População Total	35.016	67,6	16.813	32,4	-	-	51.829	100,0
	População Rural	19.881	5,9	14.715	4,4	-	-	34.596	10,3
Total da RMC	População Urbana	260.472	77,2	42.116	12,5	4	0,0	302.592	89,7
	População Total	280.353	83,1	56.831	16,9	4	0,0	337.188	100,0

(1) - Os percentuais se referem sempre ao total da população migrante de cada cidade

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

zona urbana, 20.212 vieram de outra zona urbana, enquanto que apenas 4.880 vieram de zona rural.

Estes dados demonstram que, ao contrário do que ocorre para o Paraná em 1970, onde a migração é predominantemente rural-rural, para a RMC a migração tem como procedência a zona urbana e como destino também a zona urbana da Região. Convém ressaltar que é Curitiba que funciona como pólo de atração, pois mesmo para sua área rural, a migração que a caracteriza é a de zona urbana como procedência.

A população que para cá se dirige parece ser aquela que já sofreu várias migrações, iniciando sua caminhada entre as zonas rurais do Estado, passando por cidades do interior e tendo como ponto de residência em 1970 a zona urbana da RMC.

Em 1976, a indicação já verificada em 1970 se mantém, com a maioria da população migrante aqui residente tendo vindo de outra zona urbana. Pela Tabela 2(12) a seguir, 71,3% vieram de outra zona urbana e 28,7% da zona rural.

Curitiba neste ano também mantém a posição de maior recebedora de migrantes de outra zona urbana, embora quase 120 mil migrantes aqui residentes tenham vindo diretamente da zona rural.

As informações sobre localização do domicílio na área de procedência para a população urbana dos outros municípios em 1976 estão prejudicadas, pois dos 88.547 migrantes, 40,7% não responderam a procedência. Mesmo assim, dos 52.505 considerados,

mais da metade vieram de zona urbana e 43,3% de zona rural.

TABELA 2(12) - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR¹ 1976.

SITUAÇÃO DO LOCAL DE DOMICÍLIO ANTERIOR	POPULAÇÃO MIGRANTE					
	Curitiba		Outros Municípios		TOTAL RMC	
Procedência Urbana	323.075	73,0	29.795	56,7	352.870	71,3
Procedência Rural	119.553	27,0	22.710	43,3	142.263	28,7
TOTAL	442.628	100,0	52.505	100,0	495.133	100,0

FONTE: Tabela A.13

¹Estão excluídas 42.861 pessoas no total da RMC que não declararam a situação do domicílio anterior, das quais 6.819 são residentes em Curitiba e 36.042 dos outros municípios.

O mais importante nestes dados é que, se por um lado a migração urbana-urbana continua sendo a tônica do processo migratório para a área metropolitana, observa-se no entanto, um aumento no fluxo rural-urbano, parecendo indicar uma alteração na tendência verificada até 1970.

Comparando-se os dados de procedência entre 70 e 76 verifica-se que em 1970, 83,1% da população da RMC veio de zona urbana, caindo para 71,3% em 1976.* Isto se processa tanto em Curitiba como nos outros municípios, pois em 1970, 86,0% da po-

*Considere-se também que em 70 está sendo tomada toda a população, inclusive a rural se se comparar os dados só para a população urbana 70-76, o decréscimo de população de procedência urbana é maior.

população da capital era de procedência urbana, enquanto em 1976, tinha-se 73,0%, com um decréscimo de 13 pontos percentuais. Nos outros municípios o decréscimo também foi considerável, passando de 67,6% para 56,7%.

Diante disso é necessário uma análise mais detalhada para a população migrante residente somente em zona urbana, na medida que os dados indicam uma nova configuração no processo migratório. De forma diversa, o fluxo migratório que era tipicamente urbano-urbano até 70, agora em 76 tem como característica uma população que sai diretamente do campo para as grandes cidades, embora em termos absolutos o fluxo urbano-urbano ainda seja significativo.

Pela tabela 2(13), tem-se as taxas de crescimento da população migrante, onde se verifica que a população urbana migrante entre 70 e 76 aumentou 73,3% na RMC como um todo, enquanto nos outros municípios o ingresso de não-naturais é algo de extraordinário: passou de 25.092 em 1970 para 88.547 em 1976, representando um crescimento de 259,0% (Ver Gráfico 12).

Retomando alguns dados já explicitados no início deste capítulo onde foram calculadas taxas de crescimento para a população urbana dos 14 municípios da RMC, verificou-se que pelo menos 5 municípios aumentaram em mais de 100% a sua população, agora fica muito evidente que este crescimento se deu principalmente à entrada de migrantes.

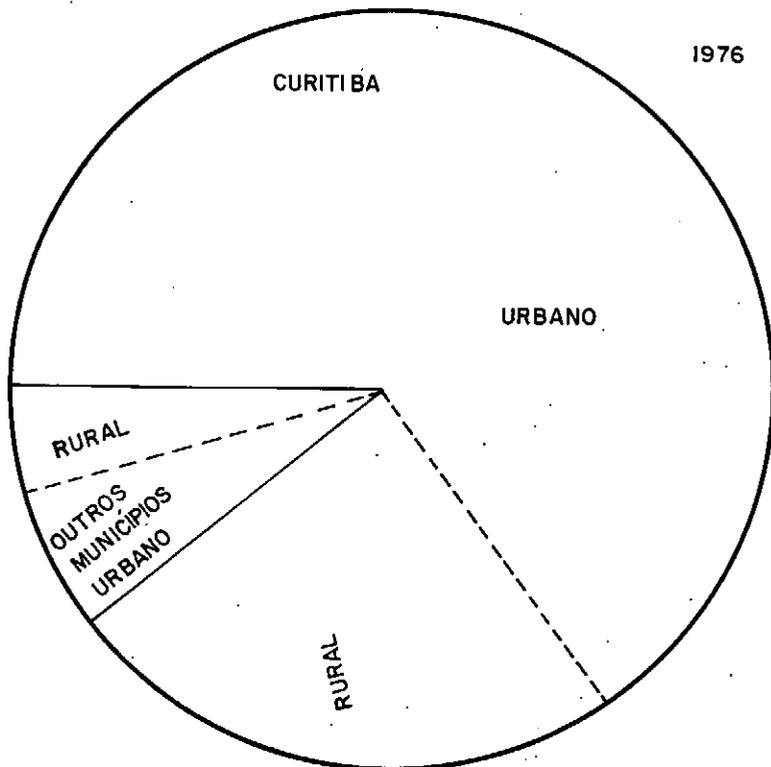
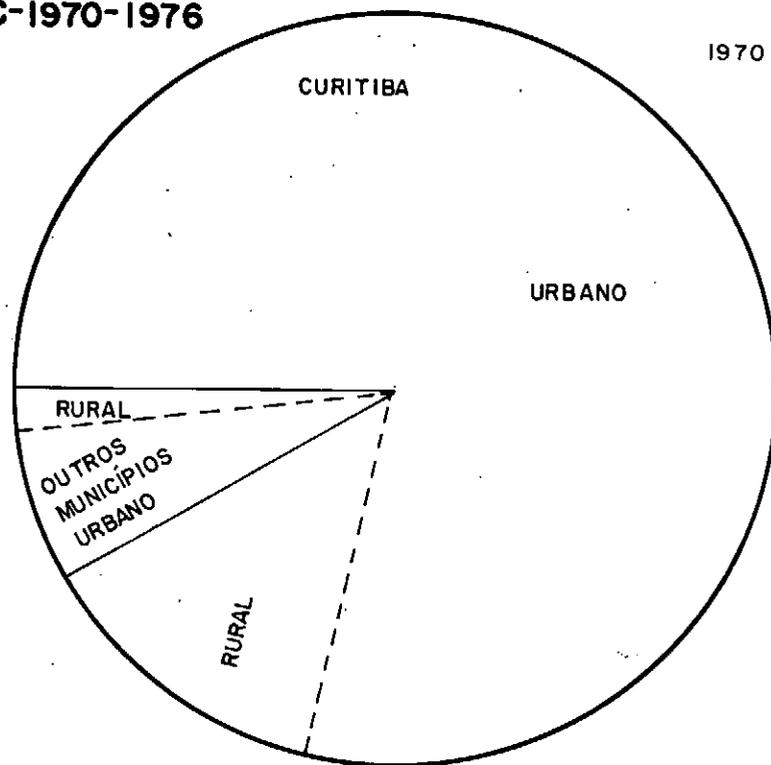
A alteração no fluxo é clara, pois a RMC tinha em 1970, dos seus 310.451 migrantes residentes em zona urbana, apenas

TABELA 2(13) - POPULAÇÃO MIGRANTE URBANA E TAXA DE CRESCIMENTO, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR - RMC - 1970 - 1976.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR	LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL								
	CURITIBA			OUTROS MUNICÍPIOS			RMC		
	1970	1976	Taxa de Crescimento	1970	1976	Taxa de Crescimento	1970	1976	Taxa de Crescimento
Urbana	245.337	323.075	31,7	20.212	29.795	47,4	265.549	352.870	32,9
Rural	40.018	119.553	198,7	4.880	22.710	365,4	44.898	142.263	216,8
S/Declaração	4	6.819	-	-	36.042	-	4	42.861	-
T O T A L	285.359	449.447	57,5	25.092	88.547	259,9	310.451	537.994	73,3

GRÁFICO 12

POPULAÇÃO MIGRANTE URBANA LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR - RMC-1970-1976



44.898 oriundos de zona rural, que representava 14,5%, e em 1976, dos 537.994 migrantes, 142.263 vieram de zona rural, representando 26,4%. Ou então, enquanto os migrantes procedentes de zona urbana cresceram em 32,9%, os migrantes de zona rural aumentaram em 216,8%.

Isto significá que numa das regiões de maior índice de urbanização do Estado e que se apresentava como pólo de atração principalmente para a população já urbanizada, onde, se mantida a tendência, deveria atrair mais população urbana que rural, há uma inversão nesta tendência. Na verdade para um aumento, em números absolutos, de pelo menos 87.000 migrantes de origem urbana, houve um ingresso de, no mínimo, 97.000 de origem rural.*

Em Curitiba o crescimento de migrantes saídos diretamente da zona rural é muito alto - 198,7% para apenas 31,7% saídos da zona urbana. Na verdade, para pelo menos 77.000 migrantes urbanos, Curitiba recebeu 79.000 rurais em 6 anos.

A alteração maior ocorre nos outros municípios, onde para um ingresso de 9.583 migrantes urbanos entraram no mesmo período 17.830 migrantes rurais. Mesmo que todos os migrantes que não declararam a procedência em 1976; tivessem vindo de zona urbana (o que representaria não mais 29.795 migrantes e sim

*Tanto em um como em outro caso, os dados se referem a estoques líquidos de migração, sem considerar que dos migrantes aqui residentes em 1970, uma parcela não calculável pode ter emigrado ou morrido, o que, se pudesse ser controlado, fatalmente aumentaria ainda mais o número de migrantes que entrou no período. Na verdade, nestes cálculos feitos, considera-se que toda a população migrante de 1970, ainda está aqui em 1976.

65.837 migrantes) ainda assim a taxa de crescimento dos migrantes de origem rural seria maior; passaria de 365,4% para 225,7%.

Embora não se disponha de dados comparáveis para 1970, verifica-se, para 1976, alterações na distribuição espacial da população que para cá se dirige, não só a nível de áreas de origem, como principalmente na sua situação de domicílio anterior. O que é muito visível é que do total da população de procedência urbana, 58,1% veio do próprio Estado, enquanto que do total da população de procedência rural, 78,0% tiveram seu último domicílio no Paraná. Estes números são constantes tanto para Curitiba como para o restante dos municípios. Enquanto 62,6% da população migrante total de Curitiba migrou do próprio Estado, 76,6% dos migrantes rurais assim se comportaram, para apenas 56,7% dos migrantes urbanos (tabelas A.13 e A.14).

Para os outros municípios, isto é mais flagrante, com 86,7% do total de migrantes sendo do Paraná, para 85,1% dos migrantes rurais e 72,6% dos urbanos.

Estes dados, por indicarem claramente alteração na reordenação do fluxo migratório para a RMC, suscitam algumas questões. A principal delas já discutida refere-se às alterações porque estão passando a agricultura e o campo em geral, uma vez que o fluxo se dá principalmente do interior do Estado para a capital.

A outra questão fundamenta-se na constatação que em 1976, mesmo com o crescimento do fluxo rural-urbano para a RMC, o volume de migrantes urbanos ainda é o maior. Isso indica que

sendo estes migrantes oriundos tanto do Paraná como dos estados da Região Sul, que as pequenas e médias cidades não conseguem fixar toda a sua população, funcionando como o campo, como liberadoras de mão-de-obra.

Na verdade, com o contínuo esvaziamento do campo, as perspectivas de um trabalho estável para toda a população que sai de zona rural não existe no volume necessário nas pequenas e médias cidades. Estas por sua vez também sofrem os efeitos das alterações ocorridas no campo. A substituição de culturas, a mecanização e a concentração da propriedade, têm como consequência a alteração na forma de comercialização. De um lado, os produtos que agora são produzidos se destinam mais à exportação destruindo as antigas formas de comercialização do excedente, feitas via pequenas cidades. Por outro, o esvaziamento do campo provoca a desarticulação do pequeno comércio local, cuja existência se destinava ao abastecimento da população do campo. Portanto, as oportunidades de emprego se esgotam nessas cidades, o que aumenta o fluxo de pessoas que procuram os grandes centros.

Retomando os dados já apresentados, cabe também a hipótese de que o fluxo contínuo que se tem de migrantes urbanos, se origine das áreas mais integradas à Curitiba, ou seja, das microrregiões próximas da RMC, enquanto que os migrantes vindos de zona rural sejam predominantemente do Norte e Oeste do Paraná.

2.4.5 - Tempo de Residência

O objetivo de estudar a variável tempo de residência,

centra-se na possibilidade de discutir para a RMC, uma série de afirmativas, algumas vezes contraditórias entre si, sobre a estabilidade dos migrantes numa determinada área de destino.

Nos estudos recentes, baseados em dados censitários sobre diferenciais de tempo de residência, os resultados obtidos têm conclusões diversas e até mesmo conflitantes. Em alguns, sustenta-se que há uma melhoria das condições sócio-econômicas dos migrantes, até sobrepondo-se aos naturais. Em outro, no entanto, conclui-se pela posição inferiorizada dos migrantes no mercado de trabalho, frente aos naturais.

A evidência que se tem é que menos que uma melhoria nas condições de inserção desta população, ocorre na realidade uma seletividade à medida que aumenta o seu tempo de residência, com a consequente reemigração daqueles que não conseguiram a necessária penetração no mercado de trabalho urbano.

Por isso "os migrantes enumerados em qualquer corte transversal, constituem apenas um resíduo momentâneo de indivíduos, os sobreviventes de um processo contínuo de movimentação geográfica de população".⁸

Sem aprofundar a questão, é evidente que os migrantes que ingressam num determinado ponto geográfico em épocas distintas, encontrarão condições econômico-sociais diferenciadas,

⁸ Martine, G. e Peliano, José C.P. - Migrantes no mercado de trabalho Metropolitano - IPEA - Série Estudos para o Planejamento (19) - Brasília - 1978 - pag. 174.

uma vez que a sociedade receptora sofre transformações ao longo do tempo, que certamente influenciarão a forma de inserção. Isto sem dúvida ocorre na RMC, condicionando os resultados de análise a partir de diferenciais de tempo de residência, se o mesmo for tomado como categoria abstrata.

Mesmo com estas limitações é possível trabalhar com tais indicadores, na medida que são os únicos dados disponíveis que permitem a verificação da permanência dos migrantes na área.

Em 1970, dos 337.188 migrantes, a maioria tinha mais de 5 anos de residência nos municípios da RMC (54,2%) sendo que 37,3% tinha mais de 10 anos (tabela A.15). Mesmo assim o fluxo ocorrido já no final da década de 60 é significativo, com 45.400 migrantes que chegaram a menos de 1 ano da data do Censo e 74.505 ou 22,1% que tiveram sua chegada entre 68 e 69. Do total, 10,2% ou 34.389 migraram para cá entre 65 e 67, demonstrando que embora pesem mais os migrantes com mais tempo de residência, a participação dos migrantes mais recentes é notável.

Em Curitiba o peso dos migrantes com mais de 5 anos de residência é maior que nos outros municípios - 57,4% para 37,0%, sendo que 39,9% dos migrantes de Curitiba residem aí há mais de 10 anos, enquanto apenas 23,2% estão em igual tempo nos outros municípios.

Dos migrantes recentes de Curitiba verifica-se que o maior fluxo se deu entre 68 e 69, com o ingresso de 59.207 pessoas enquanto em 70, entraram apenas 33.845 e entre 65 e 67, 28.562 pessoas.

Da mesma forma que em Curitiba, nos outros Municípios o maior fluxo de migrantes se deu também entre 68 e 69 (15.298), embora a diferença com relação aos que entraram em 70 não seja tão significativa (11.555 pessoas).

Por sexo, a distribuição é bastante semelhante para a RMC, enquanto que em Curitiba as mulheres têm pouco mais de tempo de residência que os homens e nos outros municípios, os homens é que são migrantes mais antigos. No entanto, as variações são bem pouco significativas, em nenhum caso sendo maior que um (1) ponto percentual.

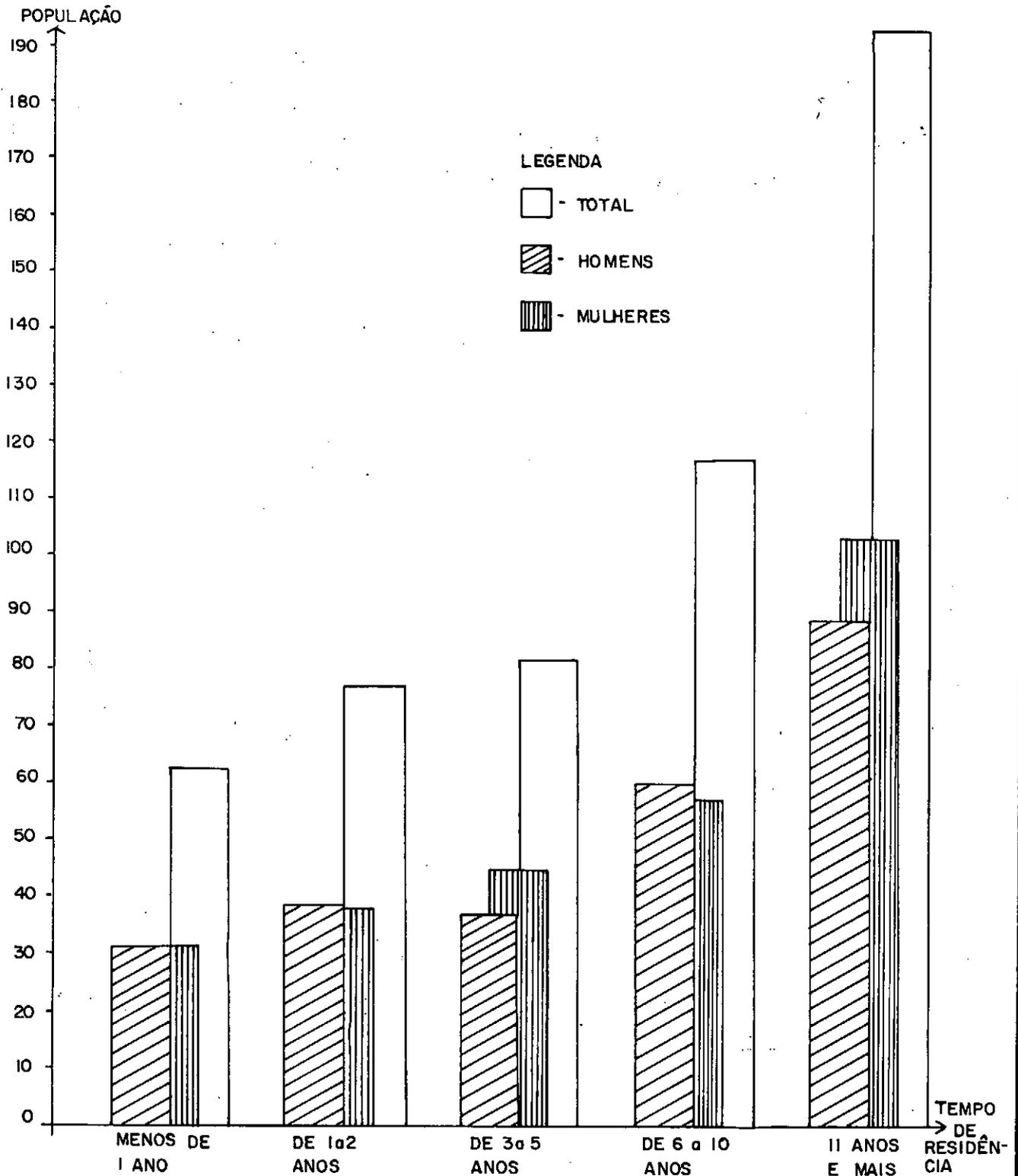
Para 1976, verifica-se que a população migrante não apenas aumentou de volume, como principalmente é maior o percentual de migrantes com mais de 5 anos de residência 57,7% que em 1970. Dos migrantes recentes, a faixa mais significativa é a de 3 a 5 anos com 15,3% dos 537.994 migrantes. Em números absolutos significa que em 76 entraram 62.458 pessoas (11,6%), entre 74 e 75, 76.946 (14,3%) e entre 71 a 73 o ingresso foi de 82.300 pessoas (tabela A.16 e Gráfico 13). No entanto 117.542 já residiam aqui desde 1970, cuja migração se deu entre este ano e 1966, e 193.066 já haviam migrado antes de 1966.

Em 1976, dos migrantes residentes em Curitiba, a maior proporção tem mais de 5 anos de residência (62,4%), para apenas 34,1% dos migrantes dos outros municípios, evidenciando, a grosso modo, tanto uma maior estabilidade, como uma migração mais antiga para Curitiba.

Apenas 10,4% dos migrantes de Curitiba têm menos de um

GRÁFICO 13

POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL RMC - 1976



FONTE: IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

(1) ano de residência na cidade, enquanto que nos outros municípios essa relação é de 17,9% (gráfico 14).

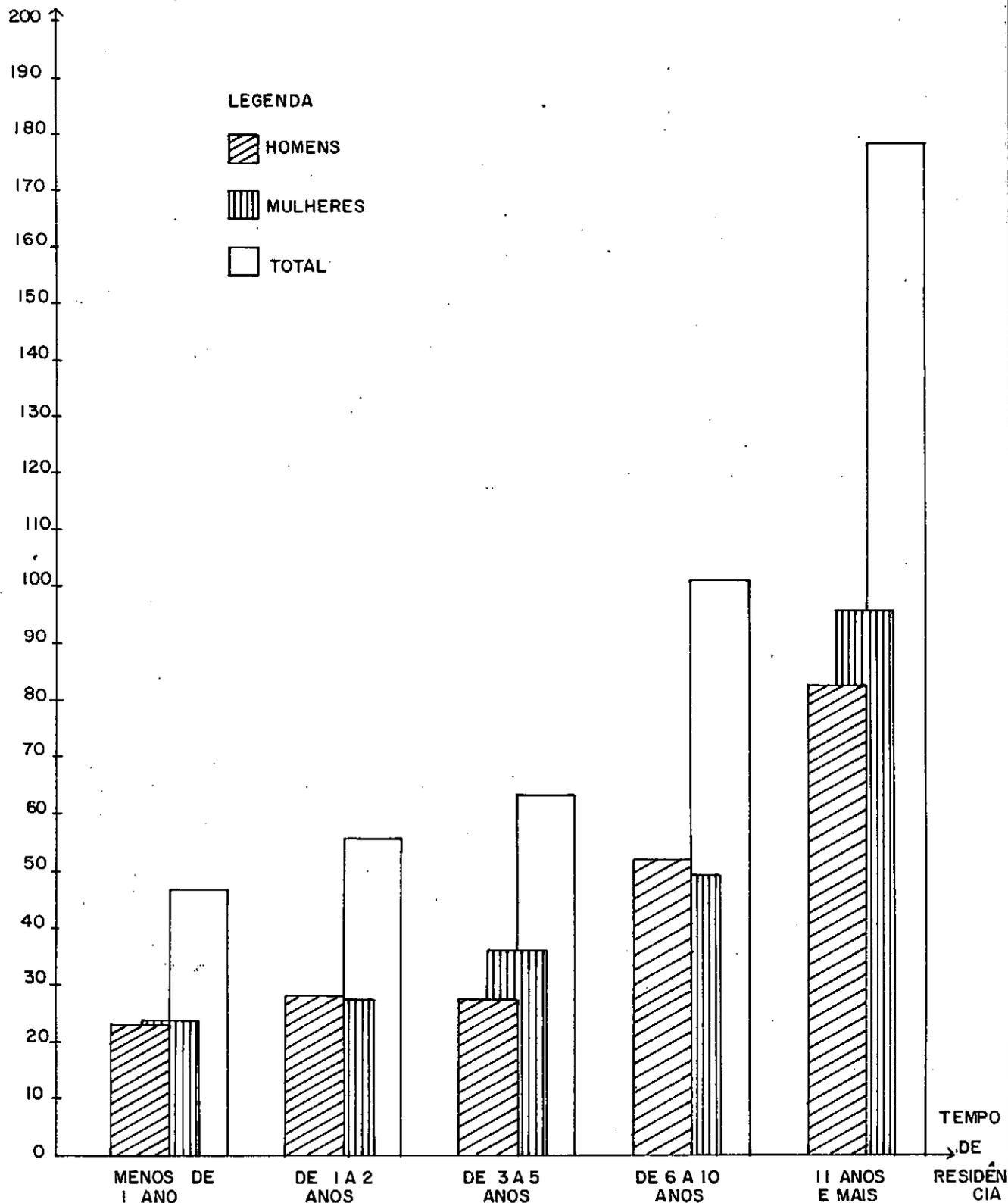
Um dado interessante que se observa é que o percentual de migrantes residentes em Curitiba sempre aumenta proporcionalmente ao tempo de residência, enquanto que nos outros municípios tem-se uma curva, onde o maior percentual situa-se na faixa de 1 a 2 anos de residência (24,1%), seguida pela de 3 a 5 anos (20,9%) caindo para 18,0% o percentual de migrantes na faixa de 6 a 10 anos de residência. Os dois extremos, menos de 1 ano e 11 anos e mais, são os de menor participação com respectivamente 17,9% e 16,1%. Como já foi demonstrado, em Curitiba o percentual é sempre crescente, com 10,4% com menos de 1 ano de residência, 12,4% de 1 a 2 anos; 14,2% de 3 a 5 anos, aumentando para 22,6% os migrantes com tempo de residência entre 6 a 10 anos e para 39,8% os de mais de 10 anos.

Existem duas ressalvas a serem colocadas: a primeira, já discutida no início deste item, se refere ao cuidado que deve ser tomado ao analisar a "estabilidade" dos migrantes mais antigos, na medida em que já houve uma seletividade dos mesmos; na verdade não só se desconhece o volume que para cá migrou e que reemigrou, como também não se tem controle da taxa de mortalidade deles, e portanto, não se pode tomar de forma muito enfática, que estes migrantes realmente sejam estáveis.

O outro problema é que as faixas de tempo de residência são diferenciadas, alargando-se na medida que o tempo é maior, impedindo dessa forma o controle das entradas que ocorreram ano a ano. Além disso, agregam migrantes cujo ingresso se deu em

GRÁFICO 14

**POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA,
SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL
CURITIBA - 1976**



épocas muito distintas, principalmente a faixa dos mais antigos (11 anos e mais), que embora sejam os que sofreram os mais os efeitos da seletividade, deverão conter sempre um volume maior de pessoas.

Assim, constata-se uma situação bastante diferente entre Curitiba e o restante da RMC. Pela tabela 2(14) a seguir, verifica-se que em 1970, afora os migrantes com mais de 10 anos de residência, que são a maioria da RMC e de Curitiba, tanto em um como em outro caso, a maior entrada se deu entre 1968 e 1969 (de um a dois anos de residência), enquanto que para os outros municípios da RMC, embora esta faixa seja a predominante, é muito grande o fluxo de migrantes cuja entrada se deu em 1970 mesmo (gráfico 15).

Já para 1976, diminui relativamente a participação dos migrantes recentes (até 5 anos de residência) aumentando consideravelmente na faixa de 6 a 10 anos, tanto para a RMC, como para Curitiba. Somente para os outros municípios é que o fluxo se manteve crescente entre 70 e 76, com 24,1% com tempo de residência entre 1 e 2 anos e 20,9% de 3 a 5 anos.

Tomando-se os dados absolutos, verifica-se que o número de migrantes que chegaram até 1970, e que permaneceram na RMC até 1976, é de 310.608 pessoas com uma perda de 26.580 pessoas. No entanto, não se pode dizer que esta perda foi em função de reemigração ou morte, pois nos dados de 1970 estão incluídos 26.737 migrantes residentes na zona rural (exceto do município de Curitiba) das quais não se tem informações em 76.

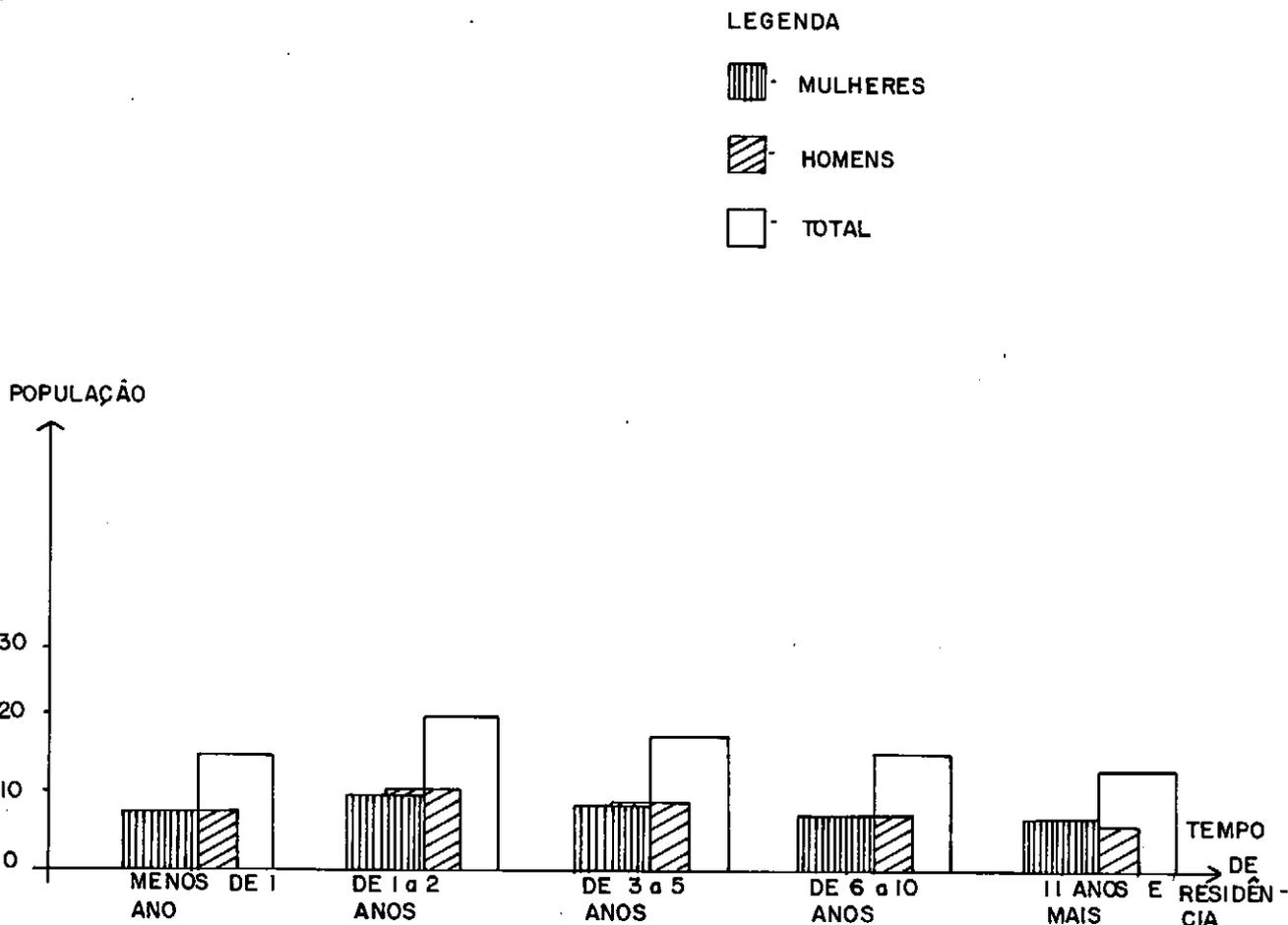
TABELA 2(14) -- POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O LUGAR DE RESIDÊNCIA - 1970-1976 - (PERCENTUAIS)

LUGAR DE RESIDÊNCIA	MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA							
	NS - NR	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 anos e mais	TOTAL	
Curitiba	70	-	11,9	20,7	10,0	17,5	39,9	100,0
	76	0,7	10,4	12,4	14,2	22,6	39,8	100,0
Outros Municípios	70	-	22,3	29,5	11,2	13,8	23,2	100,0
	76	2,9	17,9	24,1	20,9	18,0	16,1	100,0
RMC	70	-	13,5	22,1	10,2	16,9	37,2	100,0
	76	1,1	11,6	14,6	15,3	21,8	35,9	100,0

FONTE: Tabelas A.15 e A.16

GRÁFICO 15

POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL - OUTROS MUNICÍPIOS - 1976



A primeira vista os dados demonstram a não ocorrência de nenhum caso de reemigração ou morte, quando na verdade, por se trabalhar com definições diferenciadas de urbano nos dois anos em análise, uma parcela dos que residiam em zona rural em 1970, foram pesquisados em zona urbana em 1976, camuflando dessa forma uma possível evasão ocorrida no período.

Quando se toma os dados para Curitiba, isso fica muito claro, onde, dos 285.359 migrantes residentes em 70, 280.378 aqui permaneceram até 1976, com uma perda de apenas 4.981 pessoas em 6 anos.

Para os outros municípios, o comportamento deve ter sido idêntico, pois nos 51.829 migrantes aqui residentes até 1970 está incluída uma parcela em torno de 26 mil pessoas que residiam em zona rural. Em 1976, tem-se um volume de 30.230 migrantes que residiam desde 1970 nesses municípios, de onde se pode concluir que a evasão foi mínima se não nula.

Estes dados servem muito mais para demonstrar que entre os dois anos em estudo houve um incremento nas entradas de população na RMC, com 221.704 migrantes sobreviventes e que entraram após 1970, sendo 165.982 em Curitiba e 55.722 nos outros municípios.

Os migrantes do próprio estado, por serem a maioria (66,6%), predominam em todos os tempos de residência, tendo maior incidência entre os que aqui entraram em 71 e 73, seguindo-se pelos de menos de 1 ano de residência, para a RMC como um todo (tabela A.17)

Os migrantes oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm, percentualmente, mais tempo de residência que os demais, com 68,6% deles com mais de 5 anos de residência. Na verdade, enquanto representam 20,4% do total geral de migrantes, significam 24,3% dos migrantes com mais de 5 anos na RMC. Também são representativos na faixa de 1 a 2 anos de residência, perfazendo 20,6% dos migrantes com este tempo de residência.

Os migrantes de São Paulo, quase um quarto deles, estão na RMC de 1 a 2 anos, aparecendo no outro extremo 36,2% que têm mais de 10 anos de residência na região.

Pelas informações relativas à localização do domicílio no município de residência anterior, verifica-se que a migração para a RMC é de população de procedência eminentemente urbana (65,6%), embora os migrantes de procedência rural tenham aumentado de forma crescente, principalmente entre a população que migrou de 1974 para cá (tabela A.18). Com efeito, para uma participação de apenas 26,4% na população total, os migrantes de origem rural representam 28,1% dos migrantes com menos de 1 ano de residência e 40,1% dos migrantes de 1 a 2 anos de residência.

De forma diversa, os migrantes de origem urbana, embora sejam sempre maioria, alcançam no entanto as maiores participações nas faixas de 6 a 10 anos (66,7%) e de 11 anos e mais de residência (70,0%).

Estes dados demonstram não só um ingresso maior de migrantes oriundos do próprio Paraná nos anos mais recentes, como

indicam também que as zonas rurais do Estado têm aumentado significativamente a sua participação na liberação de população para a RMC.

As áreas de origem desses migrantes rurais, devem ser principalmente o Norte e Oeste, devido às transformações que ocorrem em sua agricultura principalmente nesta década, explicando dessa forma o número crescente de migrantes rurais e recentes.

Os migrantes mais antigos e predominantemente urbanos devem vir das áreas mais próximas de Curitiba e mesmo dos estados vizinhos.

2.5 - PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NO FLUXO MIGRATÓRIO

As informações referentes à população residente na RMC e a participação das migrações indicam que alterações importantes estão ocorrendo, principalmente no que se refere à direção do fluxo.

Na verdade não apenas aumenta a entrada de população em idade produtiva como principalmente há um ingresso maior de mulheres, que obviamente procura (a região movida) pela expectativa de um emprego.

Há também uma crescente reordenação na distribuição espacial dessa população, com uma entrada mais significativa nos outros municípios da região que em Curitiba. Esta é uma das alterações

registradas no período, pois em 70 a população dirigia-se principalmente para Curitiba.

A outra constatação é que a participação de gaúchos e catarinenses diminui cada vez mais na composição da população, contrariando afirmações correntes, devido ao ingresso contínuo e crescente de paranaenses. Estes se fixam em toda a região, principalmente na periferia da capital, ou seja, nos municípios vizinhos.

A principal alteração verificada é o aumento dos migrantes que saem diretamente do campo paranaense para a região, engrossando a população dos outros municípios numa proporção muito maior que a população de Curitiba. Esses migrantes procuram a região, menos pelas chances de trabalho que aqui existem que pela "expulsão" que sofrem de suas áreas, uma vez que o processo de desenvolvimento por que passa o Brasil e Paraná, se faz pela exclusão crescente da população mais pobre. Isso na verdade gera esse excedente de mão-de-obra que é obrigado a se por em movimento buscando a sua sobrevivência.

Nas décadas de 60 e 70, quando ocorreram as maiores alterações econômicas na agricultura do país e do Estado, coincide também com a época de maior entrada de não-naturais na Região Metropolitana. Nesta última década, houve maior liberação de população do interior do Estado e é exatamente nesse período que há um aumento significativo de migrantes, principalmente nos outros municípios da RMC, e oriundos das zonas rurais do Paraná.

Mesmo com essa tendência de alteração da origem dos migrantes, ainda assim o peso dos que vieram da zona urbana é muito grande, indicando, como já foi dito em itens anteriores, que as cidades pequenas e médias não conseguem fixar toda a população que para aí se desloca. Para esses migrantes, observa-se o caso clássico de migração; com passagens por zonas rurais, pequenas cidades, médios centros urbanos e por último as grandes cidades. Em outras palavras, as condições de sobrevivência para esta população (ou pelo menos para grande parte dela) torna-se dia a dia mais difícil, uma vez que o seu processo de pauperização se acentua a cada momento.

Isso permite afirmar que esta população vem somar os estratos mais desprivilegiados desses municípios onde se fixa, aumentando ainda mais o volume dos pobres na região.

Entretanto, não se pode afirmar que essa população venha a engrossar o contingente dos "marginais", na medida que estão sendo úteis e necessários ao sistema de produção da área. Na verdade embora isto seja uma hipótese a ser detalhada no próximo capítulo, ela entretanto já ganha alguma consistência com as informações disponíveis, na medida que entre 70 e 76 os dados indicam um alto grau de retenção dos migrantes na área metropolitana. Cabe então a seguinte questão: se a população migra para cá e permanece, devem existir então, condições mínimas para a sua sobrevivência.

3 - INSERÇÃO DOS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO URBANO

Diversos estudos realizados no Brasil, e em outros países, têm colocado a questão da participação do migrante no mercado de trabalho urbano como fundamental para o planejamento governamental, no que se refere às políticas de migração e de nível de emprego.

Grande parte desses estudos, e mesmo a imprensa, têm enfatizado: "o ônus causado pelos fluxos populacionais, particularmente aqueles dirigidos aos grandes núcleos urbanos. Nessa perspectiva, as migrações são consideradas responsáveis pelo crescimento urbano explosivo bem como pelos diversos problemas sociais decorrentes disto. Por inferência, as dificuldades de ordem social ocasionadas e/ou sofridas pelas populações migrantes teriam origem na incapacidade destas de competir por empregos produtivos, condição essa que se traduziria em baixos níveis de renda - origem da miséria individual e das tensões sociais!".⁹

Este capítulo tem o objetivo de inserir-se nesta discussão, procurando contribuir, na medida que as informações dis-

⁹MARTINE, George e PELIANO, José Carlos P. - Migrantes no mercado de trabalho metropolitano - Série Estudos para o Planejamento nº 19 - IPEA - Brasília - 1978.

poníveis permitam, para o esclarecimento de algumas questões comumente levantadas e, por vezes, transformadas em estereótipos dos migrantes.

Para isto a análise será realizada de forma comparativa entre os grupos de naturais e migrantes, com o objetivo específico de verificar se existe uma absorção diferenciada destes grupos no mercado de trabalho.

Com intuito de facilitar a apreensão dos dados, serão apresentadas em primeiro lugar as informações relativas ao total da RMC, em seguida para Curitiba e depois para os outros municípios da região.

Este capítulo baseia-se essencialmente nas informações coletadas pelo Diagnóstico Habitacional da RMC devido à inexistência de informações desagregadas e comparáveis em 1970, para a Região Metropolitana. Foram utilizadas porém, algumas informações disponíveis para Curitiba referente a 1970.

Algumas ressalvas são necessárias entretanto, no sentido de esclarecer as limitações das informações disponíveis.

3.1 - CONCEITOS E LIMITES

Como as variáveis utilizadas não estão cruzadas entre si, isto, além de empobrecer a análise, constitui numa das principais limitações deste item.

Faltam estudos específicos sobre o setor industrial

da RMC e as suas condições de geração de empregos diretos e indiretos, bem como sobre as ocupações de maior demanda.

No setor terciário, a inexistência de análises detalhadas sobre o Comércio de Mercadorias e Prestação de Serviços, por exemplo, impossibilita a comprovação de hipótese sobre o caráter desse mercado de trabalho, principalmente quando se sabe que o secundário não é o grande absorvedor de mão-de-obra.

Da mesma maneira, a falta de informações sobre as relações e interpenetrações entre os setores, impossibilita a mensuração dos efeitos que a expansão de retração de um setor acarreta nos outros, impondo limitações para o maior avanço das discussões sobre o mercado de trabalho neste estudo.

As dificuldades conceituais nesta área de estudo são muitas e, por isso, serão especificadas a seguir:

População em idade ativa - Considera-se como população em idade ativa aquela parcela que, por ter idade superior a dez anos, teoricamente teria condições de exercer uma atividade produtiva.

Torna-se necessário considerar inicialmente algumas implicações decorrentes da utilização deste conceito. Por um lado, exclui os menores de dez anos que estão inseridos no mercado de trabalho e cuja evidência empírica é irrefutável. Por outro, inclui parcela de população em idade avançada que, na prática, não tem mais condições de exercer atividades produtivas.

Os dados de População em Idade Ativa apresentam-se desagregados em dois grandes grupos: Inativos e Economicamente Ativos.

No grupo considerado Inativo, na realidade se insere parcela da população que se constitui em reserva de força de trabalho. Ou seja, entre as pessoas classificadas nas categorias ocupacionais de afazeres domésticos, estudantes e "outra" situação (que inclui doentes e inválidos, aposentados e reformados, os declaradamente sem ocupação e os que vivem de renda), existe uma parcela com disponibilidade para o trabalho e que estaria mais corretamente classificada como desempregadas ou subempregadas.

Outra implicação se refere ao fato de, em vista dos critérios de coleta, registrar-se apenas a ocupação principal. Com isto a análise fica privada de informações sobre outras atividades que parte desta população "inativa" desenvolve e que, a nível empírico, são bastante conhecidas (é o caso, por exemplo, dos aposentados), ligadas mais frequentemente à prestação de serviços de consumo individual.

Essas atividades adicionais têm uma característica básica que se refere ao fato de cumprir, ao nível da organização familiar, o papel de complementação de renda, ao mesmo tempo em que minimiza os custos de reprodução da força de trabalho.

Deve-se ter um cuidado adicional ao se tomar as informações sobre os inativos, pois a ocupação é definida pelo entrevistado que, nas fontes utilizadas, só pôde definir uma única

ocupação. No caso das mulheres solteiras e que não trabalham, esta definição esconde um volume de desemprego muito grande, pois estas, "por falta de emprego, não conseguem se integrar à produção social e acabam por se dedicar às atividades domésticas, embora aí seu trabalho também seja dispensável".¹⁰

As estatísticas oficiais, seguindo esta orientação, acabam por esconder o real nível de desemprego, e os seus resultados diminuem o excedente da oferta de força de trabalho em relação à procura, apresentando na verdade, apenas a oferta já ajustada à demanda.

População Economicamente Ativa - Em relação à População Economicamente Ativa - PEA, também existem problemas conceituais, na medida em que o Censo Demográfico inclui nesta mesma categoria tanto os empregados como os desempregados. Para efeitos comparativos, os dados do Diagnóstico Habitacional foram agregados da mesma maneira.

Na verdade o problema não se resume ao fato de se desconhecer o volume do desemprego, pois sabe-se que o conceito de desemprego em países não desenvolvidos não é um instrumento muito eficaz para explicar a situação da força de trabalho disponível. Na verdade, poder-se-ia dizer que, na estrutura ocupacional das sociedades não desenvolvidas, a existência de desem-

¹⁰ MADEIRA, Felícia E. R. Singer, Paul I - Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920/1970 - Cadernos CEBRAP 13, Ed. Brasiliense, 1975. São Paulo.

prego é muito pequena. Isto pode parecer paradoxal mas, a desocupação é um privilégio dos países capitalistas avançados, ou de todos aqueles que possuem um seguro de desemprego. Nos outros países, para sobreviver, é preciso fazer "algo".¹¹

As pessoas desempregadas são obrigadas a arrumar outras formas de ganhar a vida, geralmente com baixa remuneração e alta instabilidade.

Dessa forma, passou-se a atribuir uma importância maior ao estudo do subemprego. Mas as informações disponíveis não permitem uma aproximação a esta problemática, uma vez que, como já foi referido em parágrafos anteriores, as informações se referem apenas à ocupação principal. Além disso, não se dispõe de informações sobre jornada de trabalho e estabilidade de emprego, por exemplo. Isto se agrava na medida em que as informações disponíveis não estão cruzadas entre si, dificultando uma maior qualificação da PEA.

Apesar das ressalvas feitas, as informações disponíveis sobre a condição de atividade da população permitem algumas considerações em relação ao comportamento do mercado de trabalho. Esta aproximação será efetuada, em um primeiro momento, através da comparação entre o montante da População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa. Esta última catego-

¹¹ CASTELLS, Manoel - Pobreza Urbana e Organização Social: Análise Comparativa de Movimentos Sociais em Assentamentos Espontâneos na América Latina - texto enviado para o "Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento" - Recife - Dezembro de 1978.

ria será, num segundo momento, analisada mais detalhadamente.

Vínculo Empregatício - As informações referentes ao vínculo empregatício, ou posição na ocupação, são necessárias para a qualificação da PEA, na medida em que refletem uma determinada organização da estrutura produtiva, principalmente nas formas de absorção da mão-de-obra. Isto significa verificar o volume de mão-de-obra assalariada, que é a relação de trabalho tipicamente capitalista, em relação às outras formas de inserção da população não classificada como "empregada", especialmente os autônomos e membros da família não remunerados.

É importante destacar que todas estas relações de trabalho encobrem diversas condições de existência da população. A categoria "empregado" engloba todos os assalariados, desde o operário não qualificado da construção civil, até diretores de empresas. Da mesma maneira, entre os autônomos encontram-se desde os profissionais liberais de alta qualificação e de grandes rendimentos, até os casos clássicos de "subemprego", como os vendedores ambulantes.

O mesmo ocorre com a categoria de "empregadores", cuja definição é jurídica e não social, na medida em que iguala, por exemplo, o pequeno comerciante que trabalha apenas com sua família, ao industrial que emprega milhares de operários.

Um cuidado adicional deve ser tomado ao se analisar os casos de "outro" vínculo que aparecem em 1976. Na verdade são constituídos de pessoas economicamente ativas que não souberam definir a relação de emprego a que estão submetidas.

Outro problema que as categorias de relação de trabalho encobrem é o desemprego. Na verdade, pela forma de coleta e principalmente, pela necessidade de sobrevivência, provavelmente seria pequeno o número de pessoas que declaradamente estavam sem nenhuma atividade remunerada na data da coleta, diminuindo por isso os casos de desemprego e possivelmente aumentando os casos de autônomos e membros não-remunerados.

Para melhor qualificação da relação de trabalho da PEA seria necessários, no mínimo, cruzamento com variáveis como renda, instrução e jornada de trabalho, o que infelizmente não se dispõe para este trabalho.

Ramo de Atividade - As informações sobre a absorção de mão-de-obra nos diferentes ramos de atividade seriam de grande importância para a compreensão da estrutura de emprego na Região Metropolitana de Curitiba. Mas, infelizmente, dispõe-se de uma única tabulação, que relaciona a população, discriminada em migrante e não migrantes, por ramos. Isto apenas possibilita considerações gerais baseadas em outros levantamentos.

A falta de dados é mais prejudicial na análise do setor terciário, por este englobar situações de trabalho completamente distintas entre si. Não se dispõe de, por exemplo, um cruzamento de ocupações por ramo de atividades, o que torna impossível saber o número de vendedores ambulantes classificados no Comércio de Mercadorias, ou o volume de empregadas domésticas e lavadores de carros classificados na Prestação de Serviços.

Sabe-se que em alguns ramos da atividade terciária, o

desenvolvimento e aumento da produtividade tem sido grande, como por exemplo, nos intermediários financeiros, coexistindo com outros ramos onde o subemprego e a baixa renda são predominantes. Por isso uma análise de informações muito agregadas pode distorcer as considerações sobre a mão-de-obra disponível no terciário.

Por estas razões, a análise desta variável não será aprofundada, limitando-se mais a uma descrição geral do que a interpretações analíticas.

Renda - Embora saiba-se, com base em pesquisas já realizadas, que informações sobre renda não são de fácil obtenção, a pesquisa realizada para a elaboração do Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana levantou as informações sobre renda, considerando-se suficiente, para os objetivos que se propunha, que ela fosse situada em faixas preestabelecidas. Traçou-se o perfil da renda da população a partir das declarações feitas pelos entrevistados, que englobaram os rendimentos fixos (salários e vantagens fixas), variáveis (rendimentos não-fixos provenientes do trabalho - exemplo: comissões de venda), e outros rendimentos não provenientes do trabalho, como juros, aluguéis, etc.

Como a renda foi coletada em 13 faixas para o ano de 1976 e como a atualização desta informação é de difícil elaboração, em função da inflação e dos reajustes salariais, optou-se por transformá-la em salários mínimos aproximados, tendo como base o salário de 1976 para Curitiba, que era de Cr\$ 712,30. As aproximações obtidas estão especificadas na tabela a seguir.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE FAIXAS DE RENDA EM CRUZEIROS E RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE 1976 (Cr\$ 712,80).

FAIXAS DE RENDA	CORRESPONDÊNCIA EM SALÁRIO MÍNIMO
Até 750	Até 1,05
750 - 1.500	1,05 - 2,10
1.500 - 2.200	2,10 - 3,09
2.200 - 2.900	3,09 - 4,07
2.900 - 3.600	4,07 - 5,05
3.600 - 4.300	5,05 - 6,03
4.300 - 5.700	6,03 - 8,00
5.700 - 7.200	8,00 - 10,10
7.200 - 10.700	10,10 - 15,01
10.700 - 14.300	15,01 - 20,06
14.300 - 21.400	20,06 - 30,02
21.400 - 29.000	30,02 - 40,68
Acima de 29.000	Acima de 40,68

Naturalmente, sabe-se que a proporção de pessoas que recebiam, por exemplo, 1 salário mínimo, pode ter se alterado entre 1976 e 1979, mas supõe-se que as alterações ocorridas não tenham provocado mudanças drásticas na estrutura interna da distribuição da renda pessoal.

3.2 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Nesta parte do trabalho, serão analisadas as informações sobre a inserção dos migrantes, comparados aos naturais, no mercado de trabalho metropolitano em 1976.

Os dados disponíveis para 1970 não são comparáveis aos de 1976, pois incluem a população de zona rural. Optou-se por trabalhar neste item apenas com 1976, pois as informações da população de zona rural (em 70) poderiam introduzir distorções na análise sem que se pudesse ter controle da sua ocorrência..

Serão consideradas, primeiramente, as informações sobre a população em idade ativa e a sua condição de atividade. Em seguida a análise terá como referência, os economicamente ativos, através de variáveis como idade, sexo, vínculo empregatício, ramo de atividade e renda pessoal.

Tomando-se os dados sobre a população urbana metropolitana em 1976, verifica-se que os 979.500 habitantes, 759.990 ou 3/4 da população total - encontravam-se em idade de trabalhar (10 anos a mais) e 370.948 - 1/3 da população - se constituíram na população economicamente ativa.

A participação da população em idade ativa - PIA, e da população economicamente ativa - PEA na população total é bastante diferenciada para os migrantes e naturais. Dos migrantes 537.994 pessoas - 90,1% pertencem à PIA e 48,7% à PEA. Para os naturais, apenas 62,3% estão em idade ativa e 24,7% são economicamente ativos. Em outras palavras, para cada migrante ativo existe praticamente um outro não ativo, enquanto que entre os naturais a relação é de um ativo para três inativos.

Considerando-se, a grosso modo, todos os não ativos como sinônimo de inativos, tem-se 337.966 pessoas com 10 anos e mais nesta categoria, sendo que 57,3% são migrantes e 42,6% naturais. Este volume maior de migrantes não significa que estes apresentam maior grau de inatividade que os naturais. Pelo contrário, eles são maioria nesta condição porque são maioria na população em idade ativa: somam 434.623 de 759.990 (tabela A.19).

Dentre os inativos, a categoria de maior representatividade corresponde aos afazeres domésticos, englobando 20,4% da PIA, aparecendo em seguida os estudantes com 19,3% e as outras condições de atividades que juntas somam 11,3%.

Entre os naturais e migrantes, os inativos também se distribuem de forma diferenciada. Para apenas 14,6% dos naturais em afazeres domésticos, existem 23,6% dos migrantes, enquanto que 34,5% dos naturais são estudantes e somente 10,3% dos migrantes estão nesta condição de atividade.

Estes dados demonstram que a distribuição migrantes-naturais que existe em todas as condições de atividade é rompi-

da no grupo dos estudantes: enquanto em todos os outros a relação é de no máximo 4 naturais em cada 10, entre os estudantes é de mais de 6 em cada 10 pessoas.

Algumas explicações se colocam nesse caso. A primeira é que grande parte desses naturais que estudam, devem se constituir de filhos de migrantes, cujos pais estão no mercado de trabalho e seus filhos frequentam escolas. A outra possibilidade é que talvez exista por parte dos migrantes uma maior necessidade de ingresso no mercado de trabalho, sendo a escola uma necessidade menos imediata.

Uma indagação permanece, relacionada ao maior volume de estudantes do que de pessoas ligadas aos afazeres domésticos, entre os naturais. Como este último grupo se constitui basicamente de donas de casas, pode-se supor que um determinado volume de mulheres que realmente executam essas tarefas, estejam também estudando e considerem esta última atividade como a sua ocupação principal.

Dentre as outras condições de atividade que somam 35.370 pessoas (11,3% da PIA), o grupo mais significativo é o dos "sem ocupação", que representa 45.838 pessoas. Devido aos critérios de coleta, onde somente os que trabalhavam ou procuravam trabalho foram registrados como economicamente ativos, este conjunto pode estar englobando um volume indeterminado de desempregados e ao mesmo tempo, uma quantia daqueles que deliberadamente (por questões econômicas principalmente) podem ficar excluídos do mercado de trabalho. Deste total, os migrantes representam 60,5% e os naturais 39,4%.

A seguir aparecem os aposentados e reformados, cuja participação na PIA é de 3,9%. É discutível incluí-los entre os inativos, uma vez que a sua condição de atividade é resultado de longos anos como mão-de-obra incorporada ao processo produtivo. Ao mesmo tempo, por limitações físicas óbvias, não podem ser considerados como uma reserva de mão-de-obra da mesma maneira que quase todas as outras categorias, sendo mais correto tomá-los como força de trabalho que já cumpriu o seu papel no processo de produção. O fato de receberem pensões não os deveria colocar como inativos, na medida em que esses ganhos correspondem a uma apropriação de parte da produção, da qual eles já participaram e contribuíram para a sua expansão. Os migrantes representam mais de 2/3 de todos os aposentados e reformados da RMC.

As outras categorias - os que vivem de rendas e os doentes e inválidos - somam menos de 1,5% da PIA total, constituindo-se, como nos outros grupos, na maioria de migrantes.

Embora os dados apresentados sejam insuficientes para qualificar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, oferecem já indicações de que a população que ingressa na RMC vem aumentar o grupo dos economicamente ativos. Ao mesmo tempo, podem ser descartadas colocações correntes de que os migrantes são os únicos responsáveis pelo volume de desocupados nos grandes centros.

Tomando-se apenas as informações de PEA, verifica-se que 67,4% são homens e apenas 32,6% mulheres (tabela A.21). Esta mesma proporção é encontrada quando se calcula a participação

da PEA na população em idade ativa por sexo: os homens participam em 69,1% e as mulheres em 30,3%.

As faixas de 20 a 39 anos são as que englobam maior número das pessoas economicamente ativas - 54,9% no total, 56,5% das mulheres e 54,2% dos homens (tabela A.20).

No que se refere ao trabalho da população jovem, tem-se duas situações: a população de 10 a 14 que está trabalhando na RMC soma 7.923 pessoas, sendo 4.031 homens e 3.892 mulheres. Este dado indica por um lado, que o trabalho do menor ocorre com bastante representatividade na região e, por outro, que nele tanto os meninos como as meninas participam em proporções semelhantes. É bastante significativo a participação das menores na mão-de-obra feminina total (3,2%) enquanto os meninos representam somente 1,6% do contingente masculino.

Na faixa seguinte - de 15 a 19 anos - embora o volume de mulheres seja bem menor que o de homens (22.324 para 33.137), essas representam 18,5% de toda a mão-de-obra feminina, enquanto eles representam apenas 13,3% do total de homens economicamente ativos (tabela A.20).

Em consequência, nas faixas de idade mais avançada - acima de 40 anos - a participação das mulheres é muito pequena, não alcançando 30% do total. Enquanto 21,8% das mulheres economicamente ativas têm mais de 40 anos, 30,9% dos homens estão neste mesmo grupo etário.

A constatação que se tem é que as mulheres não apenas participam em pequena proporção no mercado de trabalho, como esta participação é bastante seletiva, empregando-se em maior número as mulheres mais jovens.

Comparando-se a participação da PEA na população total nos diversos grupos etários, evidencia-se que é exatamente nas faixas de 20 a 39 anos que ocorre a maior proporção de pessoas economicamente ativas. Entre as mulheres tem-se uma participação de 44,2% na faixa de 20 a 29 e de 40% no grupo etário de 30 a 39. Para os homens, os percentuais encontrados para essas duas faixas são de 91,3% e 97,6%, respectivamente (tabela A.22).

Essas informações permitem afirmar que a característica básica do mercado de trabalho urbano é de uma maior absorção de população masculina, e entre esses, os de faixa intermediária em grande maioria. As mulheres, quando ingressam como mão-de-obra, são, em grande medida, as mais jovens, sendo muito pequena a parcela daquelas que mesmo com mais de 40 anos conseguem se manter no mercado de trabalho.

Comparando-se os migrantes aos naturais, verifica-se que a proporção de 7 migrantes em cada 10 pessoas economicamente ativas se mantém quando analisadas por sexo. Do total de mulheres, 31,7% são naturais para 28,2% de homens naturais no total de homens. (tabela A.20).

Embora a estrutura etária dos migrantes por sexo, comparada à da população total, em termos gerais se assemelhem, na faixa de 10-14 anos as mulheres são maioria (55,0%) e na faixa

seguinte os homens representam 60,7%, evidenciando uma alteração bastante grande na inserção dos migrantes no mercado de trabalho de acordo com o sexo e idade (tabela A.21). As meninas migrantes de 10-14 ingressam em maior proporção no mercado de trabalho, possivelmente em ocupações domésticas, como babás, empregadas etc., que são as atividades que não exigem maior especialização do que a adquirida em casa. A alteração que se tem na faixa seguinte decorre mais pelo ingresso dos homens no mercado de trabalho que pela diminuição de mulheres, uma vez que esta faixa inclui tanto os menores (até 18 anos) como aqueles que, legalmente, já têm idade suficiente para o ingresso na força de trabalho.

Nas faixas de idade adulta (20 anos e mais) e distribuição homens - mulheres é semelhante à encontrada para a população total, concentrando-se o maior número nas faixas de 20 a 39 anos - 55,3% - embora as mulheres apareçam em maior proporção nestas faixas (57,1%) que os homens (54,4%). A participação dos migrantes economicamente ativos no total da população migrante, é também maior nesses grupos etários - em torno de 66% - sendo que entre os homens a participação atinge 95%, enquanto que entre as mulheres fica por volta de 40%.

A única informação que se diferencia do total geral da população é a relação economicamente ativos/população total no grupo etário de 10-19 anos. Enquanto para a população total somente 27,2% das pessoas de 10 a 19 anos eram economicamente ativos, entre os migrantes a proporção é de 36,2%. Isso indica que não só os migrantes se constituem no maior volume de mão-de-obra em todos os grupos de idade, como o seu ingresso na força de

trabalho se dá com idade menor que a dos naturais.

Na estrutura etária dos naturais, a proporção por sexo demonstra um volume maior de homens na força de trabalho, embora as mulheres naturais apresentem uma participação relativa maior que as mulheres migrantes - 35,2% para 31,5% (tabela A.21).

O que caracteriza a PEA natural é que em nenhuma das faixas etárias as mulheres alcançam um percentual superior a 42%, nem mesmo no grupo de 10-14 anos, e ao mesmo tempo apresentam uma participação muito pequena, comparada às migrantes, entre a PEA de 60-69 e de 70 anos e mais. Por exemplo, do total da PEA natural de mais de 70 anos, apenas 6,2% são mulheres, enquanto na PEA migrante desse grupo etário, a participação feminina atinge 35,4%. Em outras palavras, as mulheres naturais não só entram mais tarde na força de trabalho como saem mais cedo que as migrantes, além de, em número absolutos, serem minoria em todos os grupos etários.

Os homens naturais, em consequência, têm uma participação relativa maior que os migrantes nos grupos de idade entre 10-14 anos e entre os maiores de 60 anos.

Comparando-se a participação dos homens economicamente ativos naturais com os migrantes no total da população, apesar de ingressarem mais cedo e saírem mais tarde do mercado de trabalho que as mulheres naturais, ainda assim apresentam uma participação menor que a dos migrantes. Dos homens naturais de 10-19 anos, apenas 23,6% são economicamente ativos para 44,4% dos migrantes (tabela A.22). Na faixa etária de 20 a 29 anos, a re-

lação sobe para 86,0% para os naturais, atingindo entretanto 94% para os migrantes. Apenas entre os homens de 30 a 29 anos há que a participação dos naturais é superior à dos migrantes - 99,1% para 97,2%. Entre a população mais velha - 40 anos e mais - os migrantes voltam a apresentar maior taxa de participação, com 75,9% economicamente ativos para 70,1% dos naturais.

Em relação à posição na Ocupação ou Vínculo Empregatício, a força de trabalho existente na Região Metropolitana de Curitiba está fortemente concentrada na categoria de empregados. Eles são 261.035 pessoas, representando 70,4% da População Economicamente Ativa, conforme tabela 3 (1) a seguir.

O segundo grupo mais significativo é o dos autônomos, onde se incluem os biscateiros que, em 1976, representavam 16,3% da força de trabalho. De acordo com o Censo Demográfico de 1970, os autônomos urbanos do Brasil representavam 20% da população de trabalhadores. Na Região Metropolitana de Curitiba os autônomos tinham portanto, em 1976, uma participação um pouco abaixo da nacional para 1970.

TABELA 3 (1) - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - RMC - 1976

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	PEA	
	Absolutos	Percentuais
Empregados	261.035	70,4
Autônomos	60.382	16,3
Empregadores	11.344	3,2
Membros não-remunerados	5.905	1,6
Outros	18.334	5,0
NS - NR	12.359	3,5
TOTAL DA PEA	370.989	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1973. Tabulações Especiais.

A parcela de população que se apresentava como empregadores (11.844 pessoas) representava apenas 3,2% da População Economicamente Ativa. Os membros não remunerados também têm uma participação pequena - 1,6%.

Os migrantes representavam a maior parcela desta força de trabalho - 70,6%. Quanto à distribuição relativa de migrantes e naturais em relação ao total da População Economicamente Ativa, não existem grandes disparidades (tabela A.23).

Existe uma diferença em torno de 1% entre as categorias de empregados e autônomos. Do total de migrantes, 70,1% são empregados e para os naturais, esta participação é de 71%. Entre os autônomos esta relação se inverte, ficando os migrantes com 16,7% e os naturais com 15,3%.

Esta pequena diferença na participação relativa de migrantes e naturais permite afirmar que não existe uma absorção diferenciada no mercado de trabalho urbano no que se refere ao vínculo empregatício.

A estrutura do emprego urbano da Região Metropolitana de Curitiba se assemelha com a encontrada nas cidades da América Latina em geral, com a presença de um desequilíbrio interno. Esse desequilíbrio é caracterizado pelo maior número de empregos no Setor Terciário que nas atividades produtoras de bens, este último Ramo corresponde quase que exclusivamente às indústrias manufatureiras e à indústria da construção.

Na Região Metropolitana de Curitiba, em cada grupo de

100 pessoas economicamente ativas, 24 estão vinculadas ao Setor Secundário e 70 ao Terciário (tabela A.24).

A área Metropolitana de Curitiba contava, em 1970, com 2.077 estabelecimentos industriais que empregavam 36.468 pessoas, representando, em relação à Região Sul, uma participação de 5,5% e 8%, respectivamente. Verifica-se portanto, que a mesma está longe de se constituir numa região industrializada.¹²

O Setor Terciário por sua vez, também apresenta disparidades internas: a Prestação de Serviços e o Comércio de Mercadorias possuem um pessoal numeroso, ao passo que nas atividades sociais o pessoal é relativamente baixo.

A Prestação de Serviços absorve 23% da força de trabalho e sabe-se que é aí que se concentram as situações clássicas de desemprego disfarçado e subemprego. Os dados disponíveis não permitem esta verificação, bem como não permitem verificar se este Ramo concentra o chamado "setor informal" do mercado de trabalho.

O Comércio de Mercadorias absorve 17% da PEA. A análise deste Ramo de Atividade engloba situações muito distintas, pois dentro dele estão classificados desde os grandes supermercados até os vendedores ambulantes. Como não se dispõe de informações desagregadas não é possível compreender a sua estru-

¹² IBGE - Geografia do Brasil - Região Sul - Volume 5 - Rio de Janeiro - 1977 - pag. 435 e 445.

tura interna. Mas pela observação empírica, pode-se supor que comporte uma faixa de subemprego.

A Administração Pública fica com 9,3% da PEA, os Transportes, Comunicação e Armazenagem com 7,6%, as Atividades Sociais com 6,8% e os Profissionais Liberais com 1,8%.

O número de trabalhadores residentes em zona urbana e trabalhando no Setor Primário é pouco significativo - 6.427, ou 1,7% da População Economicamente Ativa.

Em consequência dos migrantes representarem 70,6% da PEA eles serão maioria em todos os Ramos, embora a sua participação na Construção Civil chame a atenção. Do total de pessoas economicamente ativas neste Ramo, 31,3% são migrantes. Para verificar se existem diferenças na absorção de naturais e migrantes, é necessário considerar a sua distribuição interna, ou seja, a participação relativa dos migrantes por Ramo em relação ao total de migrantes economicamente ativos.

Nestas comparações surgem algumas diferenças. A maior delas, como já foi salientado, está na Construção Civil. Este ramo absorve 12% do total de migrantes economicamente ativos e 6,6% dos naturais. Na Prestação de Serviços também há uma participação maior de migrantes - 24,4% contra 19,5% de naturais.

A participação de naturais é significativamente maior apenas na Administração Pública: 13% dos naturais e 7,3% dos migrantes estão vinculados a este ramo.

Em síntese, a Construção Civil e a Prestação de Serviços são os ramos que mais incorporam migrantes, ocorrendo o oposto na Administração Pública.

Em relação à distribuição da renda pessoal da População Economicamente Ativa, a desigualdade é marcante. A faixa considerada como "baixa renda", ou seja, que tem um ganho de até 5 salários mínimos, representa 67,5% da População Economicamente Ativa, enquanto que apenas 4% tem rendimentos superiores a 15 salários (tabela A.25). Além disso, na baixa renda, 40,1% tem renda de até 2 salários.

Vários autores¹³ têm utilizado o salário mínimo como a "linha da pobreza", ou como limite inferior de subsistência. Este critério tem alguns limites, como as diferenças de custo de vida entre os municípios, mas é de utilização simples e serve como um indicador geral. Aplicando-se este critério, e somando-se os economicamente ativos sem rendimento, verifica-se a existência de 72.306 pessoas pobres, que representam 19,6% da PEA, vivendo na linha de subsistência, ou abaixo dela.

Nas faixas intermediárias de 5 a 10 e de 10 a 15 salários estão 12,9% e 4,3%, respectivamente.

Existe, ao nível do senso comum, a imagem do migrante

¹³Entre eles estão LODDER, Celsius A. - Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas - Coleção Relatórios de Pesquisa 31. - IPEA-Rio de Janeiro - 1976 e MATA, Milton da - Concentração da Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil - Coleção Relatórios de Pesquisa 41. IPEA - Rio de Janeiro - 1979.

pobre, expulso das zonas rurais, e que vem constituir a "marginalidade" urbana. Mas, como diz CELSIUS A. LODDER, em obra já citada: "sabemos que os migrantes constituem significativa parcela dos pobres das cidades, mas, aqui também, devemos distinguir entre incidência e composição: é preciso verificar quantos dos migrantes são pobres e quantos dos pobres são migrantes".

Considerando-se como pobres as pessoas economicamente ativas que não têm rendimento ou que ganham até 1 salário mínimo, verifica-se que, entre o total da PEA migrantes 19% são pobres. Entre as naturais esta participação é de 21%.

Tomando-se as informações para a baixa renda, ou seja, até 5 salários mínimos, tem-se uma participação de 66,9% da PEA natural e 67,6% da PEA migrante.

Estes dados demonstram que é pequena a diferença na incidência de pessoas pobres ou com baixa renda entre migrantes e não-migrantes. Naturalmente, estas considerações se referem ao "quanto dos migrantes são pobres", ou seja, a distribuição do total da PEA migrante por faixas de renda. Em números absolutos os pobres migrantes vão superar os naturais, em função de serem maioria na população.

Também nas faixas de renda superiores a 5 salários mínimos a variação na distribuição interna, em números relativos, não é muito significativa, ressaltando-se porém uma menor participação dos migrantes na faixa superior a 15 salários mínimos.

Em síntese, a desigualdade na distribuição da renda

afeta as pessoas independente de sua condição de migrantes ou não-migrantes, conforme se visualiza no gráfico 16.

A análise destas informações possibilitam, em um nível imediato, duas conclusões gerais.

A primeira é a de que não existem diferenciações substanciais entre grupos de migrantes e não-migrantes em nenhuma das variáveis consideradas.

A segunda é a de que a população que ingressou na Região Metropolitana veio efetivamente aumentar o número dos economicamente ativos, sendo falsa a imagem de que o migrante vem constituir o exército dos desempregados, acarretando um grande ônus social. Basta lembrar que, do total de migrantes, 43,7% são economicamente ativos. Na população natural esta proporção é de 24,7%. Além disso, os migrantes se constituem no maior volume de mão-de-obra em todos os grupos de idade e o seu ingresso na força de trabalho se dá com idade menor que a dos naturais.

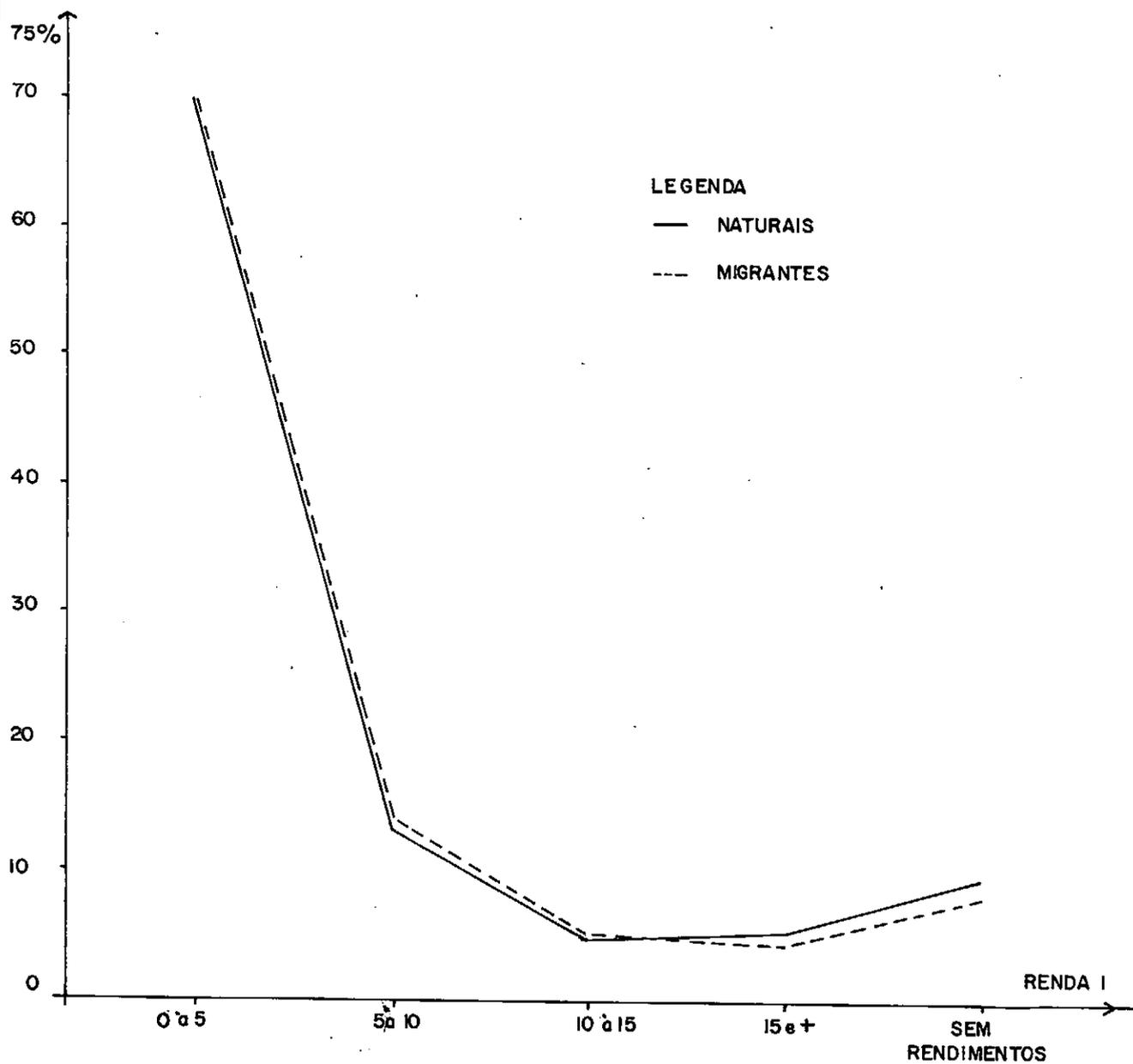
A conclusão de que os migrantes não são responsáveis pela existência de pobreza e "marginalização" na área metropolitana fica evidenciada com as informações de renda. Apesar da distribuição da renda pessoal ser bastante desigualitária, é praticamente a mesma a incidência de pessoas pobres ou de baixa renda entre migrantes e não-migrantes.

3.3 - MUNICÍPIO DE CURITIBA

Para o município de Curitiba dispõe-se de informações

GRÁFICO 16

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - RMC - 1976



FONTE: IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS
NOTA 1 - EM SALÁRIOS MÍNIMOS

comparáveis entre 70 e 76, razão pela qual somente neste item é feita a análise de possíveis alterações ocorridas na forma de ingresso do migrante e do natural no mercado de trabalho.

A apresentação dos dados segue a mesma linha da já realizada para a Região Metropolitana de Curitiba, embora com maior riqueza em termos de informações e maior possibilidade de análise. Sobre os ramos de atividade e os diferenciais de renda, entretanto, não se trabalha de forma comparada; pois no primeiro caso, não se obteve tabulações desagregadas para natural e migrante, e por isso são apresentadas informações somente para 1976. Sobre os diferenciais de renda, os dados disponíveis para 70 não são comparáveis aos de 76, uma vez que aparecem agregados sob critérios distintos. Para sua utilização seriam necessários procedimentos estatísticos sofisticados, cujos resultados poderiam ou não ser compatíveis às informações de 1976. Portanto, a análise da renda da população é apresentada apenas para 76, embora se saiba que o comportamento num e noutro ano não deva apresentar diferenças fundamentais.

Em 1970, das 609.026 pessoas residentes em Curitiba, 75,1% estavam em idade de trabalhar e somente 34,8% eram economicamente ativas. Em 1976, cresce o volume da população em idade ativa e dos economicamente ativos: dos 831.300 habitantes, 80,0% pertencem à PIA e 33,4% estão vinculados ao mercado de trabalho. Esses dados demonstram que o crescimento populacional havido no período se deu principalmente de pessoas em idade adulta, pois enquanto a PEA cresceu 50,8% a PIA aumentou em 43,3% e a população total em 36,6% (tabela A.26).

Tomando-se a distribuição das várias condições de atividades, verifica-se que, em 1970, a PEA representava 46,4% do total de população em idade ativa, aparecendo a seguir os afazeres domésticos com 26,4%, e os estudantes com 19,7%. Em 1976, embora a PEA cresça para 48,8% do total da PIA, os afazeres domésticos decresceram para 19,9% e os estudantes aumentaram proporcionalmente para 20,2%. As outras condições de atividade são as que apresentam maior crescimento em termos de participação, passando de 7,5%, em 70, para 11,0% em 76 (tabela A.27).

Devido a essas alterações na distribuição interna da PIA, a categoria que mais aumentou foi a de "outra condição de atividade", com um crescimento de 109,6%, enquanto a PIA como um todo aumentou 43,3%. Os estudantes também apresentaram um crescimento mais alto de 46,8% nesses 6 anos (tabela A.26).

Analisando-se as condições de atividade da população natural e migrante, tem-se que, embora em 1970 a população total natural fosse superior à migrante, na população em idade ativa o predomínio é de migrantes, demonstrando portanto, uma concentração bastante grande de naturais entre os menores de 10 anos. Em 1970 os naturais representavam 44% da PIA e em 1976 este percentual caiu para 36,7%. Isto não significa que houve um decréscimo em números absolutos de naturais; na verdade estes cresceram em 19,5% no período. Porém, os migrantes apresentaram um crescimento maior, aumentando 61,9% nos seis anos (tabela A.28).

Em consequência desse crescimento a PEA migrante que em 70 representava 62,4% do total, passa em 76 a ... representar

70,7%. O seu crescimento no período foi de 70,9% enquanto a PEA natural aumentou em 17%.

Entre a população não economicamente ativa, naturais e migrantes tinham representatividade quase equivalente em 1970 (49,6% e 50,4%). Para 1976, os inativos migrantes eram a maioria (56,2%), tendo-se verificado uma taxa de crescimento de 52,1% e de 20,6% para os naturais.

Observando-se a distribuição da PIA natural nas diversas condições de atividade, verifica-se que, tanto em 1970 como em 1976, a parcela dos naturais voltados ao mercado de trabalho não representava a maioria - 39,6% e 33,3%, respectivamente (tabela A.27).

Nesse sentido, a população migrante apresentava outra dinâmica. Os ligados ao mercado de trabalho representavam a maioria da PIA migrante, sendo 51,7% em 70, crescendo para 54,6%, em 76.

Comparando-se os inativos migrantes aos naturais, tem-se que em 70 enquanto a população migrante estava em sua maioria em afazeres domésticos (27,8%), a população natural concentrava-se na categoria de estudantes (23,2%). Este quadro não só se mantém para 76, como se acentua, com 23,4% dos migrantes em afazeres domésticos e 10,8% como estudantes, para 14% dos naturais na primeira categoria e 36,4% estudando.

Observando-se os dados sobre o crescimento da população inativa, verifica-se que tanto entre os migrantes como entre os

naturais, o grupo que mais cresceu foi o de outra condição de atividade, com 142,3% e 67,6%, respectivamente. Entre os imigrantes, o volume de pessoas ligadas aos afazeres domésticos aumentou em 36,2% enquanto que entre os naturais houve um decréscimo de 32,3% nesta categoria. De certa forma esta diminuição foi compensada pelo aumento havido em estudantes e nas outras condições de atividades, que passam de 71.944 as pessoas para 112.939 em 76. Isso indica que grande parte dos naturais antes incluídos como donas-de-casa podem estar engrossando o volume de estudantes e das outras condições de atividade, ou mesmo estar ingressando no mercado de trabalho (tabela A.26).

Em relação à outra condição de atividade, embora não se disponha de dados desagregados para 1970, em 1976 sabe-se que das 655.189 pessoas em idade ativa, 71.946 estavam aí incluídas. Deste total, 36.634 estavam sem ocupação e 26.014 eram aposentados ou reformados (tabela A.29). Sem retomar a discussão já feita na análise para a RMC sobre essas categorias, verifica-se que quase 6,0% da PIA curitibana é "sem ocupação" e que 4% está fora dos economicamente ativos, tendo entretanto participado dessa condição por muitos anos de suas vidas. (aposentados e reformados). É muito pequeno o volume dos que vivem de rendas - 5.132 pessoas, indicando que são poucos os residentes que não precisam se dedicar a uma atividade produtiva, por terem condições financeiras para sobreviver como inativos. Os doentes e inválidos também constituem um pequeno número - 4166 - representando apenas 0,6% da PIA.

Em todas as condições de atividade, a participação dos migrantes é bem maior que a dos naturais: em cada grupo de 10

peessoas, 7 são migrantes.

Analisando-se a participação de Curitiba na RMC em 1976, tem-se que aí estão 36,2% da PIA e da PEA. Curitiba detém também 89,3% dos estudantes da RMC. A participação da população migrante de Curitiba é ligeiramente maior que a de natural (37,4% e 35,5%). Esta distribuição se mantém de forma mais ou menos constante, conforme se observa na tabela 3(2) a seguir.

TABELA 3(2) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAL E MIGRANTE DE CURITIBA EM RELAÇÃO A RMC, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - 1976.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA			
	Naturais	Migrantes	NS - NR	Total
Afazeres Domésticos	33,3	84,7	42,2	84,3
Estudantes	92,2	35,5	0,0	39,8
Outra Ocupação	84,2	33,5	100,0	83,8
SUBTOTAL Pop. Inativa	88,6	34,6	63,0	86,3
SUBTOTAL Pop. Econ. Ativa	35,8	36,4	72,8	36,2
NS - NR	72,6	32,3	-	60,5
TOTAL Pop. em Idade Ativa	87,4	85,5	69,0	86,2

FONTE: Tabelas A.6 e A.26.

Somente para os estudantes é que esta proporção é maior (92,2%), situando-se todos os outros em torno de 85%.

Na cidade de Curitiba, o crescimento havido na PEA entre 70 e 76, deu-se em grande medida pela incorporação relativa de mulheres à força de trabalho. Enquanto os homens apresen-

taram um crescimento de 43,5% as mulheres aumentaram em 67,2%. Considerando-se que nos dois momentos estudados os homens representam mais de 65% da PEA, o incremento de 43.081 mulheres e de 64.417 homens indica que a mão-de-obra feminina vem sendo incorporada num ritmo mais veloz que a masculina, pois a PEA feminina representava 30,2% em 70 e passa em 76 para 33,5% da PEA total (tabela A.30).

Tanto em um ano como em outro, a população de 20 a 39 anos predomina, representando 56,3% e 55,1%, respectivamente. A participação da população jovem (10 a 19 anos) é significativa - 14,9% e 16,5%, com um pequeno acréscimo proporcional em 1976. Este comportamento se assemelha ao da RMC, principalmente em 1976, embora em Curitiba o percentual dos maiores de 40 anos economicamente ativos - 23,4% - seja 3 pontos mais alto que o da RMC. Da mesma forma, os menores de 20 anos aparecem em proporção menor em Curitiba (16,5%) que para o total da Região (20,6%).

Entre os homens, verifica-se que em 6 anos a sua participação na força de trabalho cai 3 pontos percentuais, passando de 69,3% em 70 para 66,5% em 76. Por faixas de idade, a sua participação cresce proporcionalmente ao aumento desta, passando de uma representatividade de 42,9% (em 70) e 48,6% (em 76) na faixa de 10 a 14 anos, para 55,2% e 59,1% entre a população de 15 a 19 anos, alcançando 77,2% e 74,1% entre os de 40 a 64 anos.

Já para a população feminina, a relação é inversa, com uma participação pouco maior que a dos homens na faixa de 10 a 14 anos, decrescendo a cada faixa de idade, até atingir 22,7% e

25,9% entre a PEA de 40 a 64 anos.

Comparando, entretanto, a distribuição dos homens por grupos etários em 70 e 76, tem-se que no primeiro ano em análise, 11,6% tinham de 10 a 19 anos; 56,9% de 20 a 39 e 31,3% com mais de 40 anos. Em 76, aumenta a participação dos mais jovens para 14,4%, e cai a do grupo dos adultos em idade mais produtiva para 54,0%, mantendo-se mais ou menos constante o grupo dos mais velhos com 31,6%. Isso indica, a grosso modo, que está havendo um ingresso de jovens na força de trabalho, numa proporção maior que aquela necessária para repor a saída dos mais velhos, de modo que, em seis anos, altera-se a proporção jovens/adultos.

Na distribuição da PEA feminina constata-se que diminui a proporção de mulheres jovens, passando de 22,9% em 70 para 20,3% em 76. Em consequência, aumenta a participação tanto das mulheres em idade mais produtiva - de 56,1% para 57,2% -, como daquelas com mais de 40 anos, que passam de 20,8% em 70, para 22,0% em 76.

Essas informações ficam mais evidentes quando se calcula o crescimento que cada grupo etário apresentou no período, conforme tabela 3 (3) a seguir.

TABELA 3(3) - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - (70=100)

FAIXA ETÁRIA	TAXA DE CRESCIMENTO		
	Homens	Mulheres	Total
10 a 19	78,7	51,8	66,3
20 a 29	44,8	71,2	53,5
30 a 39	25,7	69,6	37,1
40 e mais	45,0	76,6	52,1
TOTAL	43,5	67,2	50,7

FONTE: Tabela A.30.

Mesmo considerando o caráter limitado desse cálculo, na medida que, em seis anos, parte da população de uma faixa passa para a faixa seguinte, ainda assim fornece uma indicação de como o mercado de trabalho absorve maior ou menor volume de população,--conforme a sua idade e sexo.-- Na verdade, os resultados apresentados na tabela vêm confirmar que não apenas houve um ingresso relativo maior de mulheres na força de trabalho, como também que essas permanecem e/ou ingressam com idade mais elevada que os homens. Estes, além de aumentarem em menor proporção, tiveram maior crescimento na faixa mais jovem (78,7%) evidenciando que o mercado, dada uma oferta maior de mão-de-obra que de demanda, requisita em proporção maior os mais jovens e por isso mesmo, os mais produtivos.

A distribuição dos migrantes por idade não sofre alterações substanciais entre 70 e 76, apresentando-se da seguinte maneira: 13,1% e 13,6% dos migrantes tinham de 10 a 19 anos,

57,8% e 55,2% estavam entre 20 a 39 anos de idade e 29,0% e 31,2% tinham mais de 40 anos (tabela A.31). Da mesma forma que para a população total, as mulheres migrantes de 10 a 19 anos têm uma participação mais significativa na PEA feminina (21,2% e 17,7%), nos dois anos em análise, que os homens jovens na PEA masculina (9,5% e 11,6%).

Nas faixas de 20 a 39 anos, concentra-se o maior volume da PEA migrante masculina e feminina. No entanto, em 76, a proporção de mulheres com esta idade dentro da PEA feminina é bem maior que a dos homens na PEA masculina - 58,0% e 53,9%, respectivamente.

Tanto em 70 como em 76, a proporção de homens migrantes na PEA, com mais de 40 anos é bem maior que a de mulheres. Estes representam mais ou menos um terço da PEA, enquanto que as mulheres de mais de 40 anos somam menos de um quarto da PEA feminina.

Apesar desta distribuição diferenciada de homens e mulheres migrantes, o que se verifica é que o volume de homens jovens no mercado de trabalho cresceu num ritmo muito maior que o de mulheres jovens. Por outro lado, as mulheres de mais de 30 anos aumentaram a sua participação na PEA feminina, dobrando o seu número em 6 anos, conforme se observa na tabela 3(4) a seguir.

TABELA 3(4) - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MIGRANTE POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - (70=100)

FAIXA ETÁRIA	PEA MIGRANTE		
	Homens	Mulheres	Total
10 - 19	103,3	51,2	77,5
20 - 29	59,2	67,6	62,0
30 - 39	49,9	108,3	65,1
40 e mais	76,6	108,5	83,7
TOTAL	66,3	81,5	70,9

FONTE: Tabela A.31.

Com base nessas informações, pode-se concluir que a população migrante participa num volume considerável no mercado de trabalho e que esta sua participação se dá em todos os grupos etários, acentuando-se nos extremos: entre os mais jovens e mais velhos.

O crescimento de jovens e mais idosos, entre 70 e 76, indica também que a população migrante por ser em grande medida menos estável em termos de fixação na cidade, precisa, para sua própria sobrevivência, que um maior número de pessoas ingressem no mercado de trabalho. Isto se dá tanto pelo ingresso dos meninos, como pelo ingresso das mulheres de maneira geral e das mais adultas (30 anos e mais) de forma mais acentuada.

Portanto, se a PEA de Curitiba aumentou nesses seis anos, o seu crescimento se deveu principalmente ao ingresso dos migrantes. Do aumento de 107.388 pessoas havido no período,

os migrantes somam 93.890 e os naturais apenas 13.608 pessoas (tabela A.32).

Com relação aos naturais, embora tenham crescido pouco no período, apresentaram, entretanto, alterações na distribuição por faixa etária. Em 1970, os jovens representavam 18,0% da PEA, passando em 76 para 23,6%. A PEA de 20 a 39 anos continua sendo a maioria nos dois momentos, e a população de mais de 40 decresce a sua participação de 26,7% em 70 para 21,6% em 76.

O crescimento da PEA natural se deu não pela incorporação de homens ao mercado de trabalho, mas principalmente pela entrada de mulheres na força de trabalho. O incremento da mão-de-obra masculina natural foi de apenas 3.459 pessoas, para um ingresso de 10.149 mulheres. Em outras palavras, enquanto em 70 as mulheres significam 29,7% da PEA natural de Curitiba, em 76 passam a representar 36,3%.

A entrada de mulheres no mercado de trabalho se deu principalmente na faixa de 15 a 19 anos e de 20 a 29 anos que em 70 somavam 55,7% da PEA feminina, passando para 66,2% em 76.

Entre os homens naturais, também se observa a mesma tendência, embora em números absolutos e seu incremento tenha sido menor que o registrado para as mulheres. Passam de 45,1% para 55,4% em 76.

Em consequência de ingresso de mulheres na força de trabalho, a distribuição por sexo dentro das faixas de idade também se altera: os homens passam a ser maioria na faixa de

10 a 14 anos (de 48,1% para 58,2%), decrescendo em todas as outras faixas. Passam de 68,9% para 60,4% entre a população de 20 a 29 anos; de 73,9% para 70% entre os de 30 a 39 anos por exemplo.

Analisando-se o crescimento havido entre 70 e 76, essas colocações ficam mais evidentes. Entre os homens há um decréscimo de 20,1% e 12,3% nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 anos e mais, enquanto que para as mulheres somente na faixa de 30 a 39 há decréscimo de 3,1%, como se observa na tabela 3 (5) a seguir.

TABELA 3 (5) - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NATURAL POR SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - (70=100)

FAIXA ETÁRIA	PEA NATURAL		
	Homens	Mulheres	Total
10 - 19	52,9	52,7	52,8
20 - 29	22,2	77,6	39,4
30 - 39	(-20,1)	(-3,1)	(-14,6)
40 e mais	(-12,3)	19,9	(-5,0)
TOTAL	6,2	42,8	17,1

FONTE: Tabela A.32.

O crescimento da PEA natural (17,1%) se baseou principalmente na entrada de mulheres no mercado de trabalho, cujo crescimento foi de 42,8% no período. O crescimento das mulheres se deu nas faixas mais jovens, ao mesmo tempo para as mulheres mais velhas também aumentaram, embora em ritmo menos in-

tenso que as jovens. O crescimento de apenas 6,2% dos homens naturais, se deveu ao ingresso de jovens na força de trabalho, com decréscimo de homens naturais na PEA com idade superior a 30 anos.

Esses dados permitem algumas suposições: em primeiro lugar o ingresso maior de migrantes no mercado pode ser apenas porque eles são, numericamente, o maior volume. Mas é possível também que os migrantes estejam numa situação econômica menos estável (por residirem a menos tempo na cidade, os seus gastos com moradia, transportes etc. podem ser maiores que o dos naturais) sendo necessário o seu ingresso numa proporção maior no mercado de trabalho. Entretanto, o aumento de mão-de-obra feminina natural, torna esta suposição mais relativa, pois este ingresso deve-se também a uma necessidade de aumentar os rendimentos das suas famílias, indicando que entre os naturais também deve ser significativo o volume dos que têm uma baixa remuneração. O fato dos menores (de 10 a 19 anos e mais especificamente os de 10 a 14 anos) ingressarem no mercado de trabalho, sejam homens ou mulheres naturais e migrantes, indica claramente o empobrecimento da população, sendo necessário o ingresso de mais membros da família no mercado para garantir a sobrevivência de todos.

Isto se comprova quando se verifica que em 1970, o total de pessoas de 10 a 19 anos, 23,5% eram economicamente ativas, e em 1976 este percentual sobe para 26,8%. O crescimento da participação da PEA na população de cada grupo etário é constante, tanto entre os homens como entre as mulheres, conforme se vê na tabela 3.(6) a seguir.

TABELA 3(6) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970-1976

FAIXA ETÁRIA	PEA					
	Homens		Mulheres		Total	
	1970	1976	1970	1976	1970	1976
10 - 19	26,6	31,9	20,8	21,9	23,5	26,8
20 - 29	88,3	90,5	38,6	46,1	62,1	66,9
30 - 39	96,2	97,8	32,1	41,0	63,3	67,6
40 e mais	75,4	74,2	19,7	22,5	46,2	46,4
TOTAL	67,9	68,8	26,8	31,0	46,4	48,8

FONTE: Tabelas A.6 e A.30.

Comparando-se as taxas de participação dos migrantes e naturais em 76, fica mais uma vez evidente que os primeiros participam muito mais como força de trabalho em cada faixa de idade que os naturais..Pela tabela 3(7) a seguir, tem-se que enquanto 38,8% da PIA natural é economicamente ativa, 54,6% dos migrantes se constituem em força de trabalho.

TABELA 3(7) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NATURAL E MIGRANTE POR SEXO, NA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1976

FAIXA ETÁRIA	PEA					
	Naturais			Migrantes		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 - 19	22,6	15,8	19,1	45,5	29,9	37,3
20 - 29	85,0	52,2	68,1	93,5	43,1	66,3
30 - 39	99,3	37,2	66,2	97,3	42,0	68,0
40 e mais	69,4	19,9	40,6	75,7	23,4	48,0
TOTAL	52,5	26,6	38,8	78,3	33,4	54,6

FONTE: Tabelas A.6, A.31 e A.32.

Quando se sabe que o crescimento da população baseou-se na entrada de migrantes na força de trabalho e que por isso a participação da PEA em cada grupo etário aumenta, torna-se no mínimo sem fundamento empírico as afirmações de que os migrantes vêm engrossar as fileiras dos "sem trabalho" nas grandes cidades. Ao contrário, se aumenta o volume de trabalhadores nas cidades, e no caso de Curitiba isso é claro, é devido à entrada dos não-naturais.

A questão que fica entretanto, é sobre a qualidade da inserção dessa população no mercado de trabalho, podendo-se supor que o migrante não apenas é a maioria da PEA, como principalmente se encontra em condições semelhantes aos naturais dentro do mercado de trabalho.

Esta suposição fica mais evidente quando se considera outras variáveis. Em relação ao Vínculo Empregatício, do total de 212.106 pessoas trabalhando ou procurando trabalho em 1970, 169.737 eram empregados e 30.878 eram autônomos, o que representava 94,6% daquele total. Em 1976, quando o total de população economicamente ativa era de 319.979, decresce um pouco o volume das que estavam empregadas (223.619) e aumenta o de pessoas trabalhando como autônomos (51.975), significando juntos 86,0% do total de PEA do município (tabela A.33).

Nesses dois grupos, que se constituíam, tanto em 70 como em 76, nos mais importantes em termos de volume de população, a parcela de migrantes aparece como predominante, subindo inclusive o seu percentual de participação enquanto os naturais decresciam em 1976.

Dos 4.357 empregadores do município em 1970, os migrantes representavam 62,1%, aumentando mais ainda sua participação em 1976 quando, dos 10.746 empregadores, representavam 73,0%.

Os migrantes representavam o maior número no total de membros não-remunerados, tanto em um como em outro ano. Também entre as pessoas com vínculo empregatício mal definido (outro), os migrantes eram maioria, representando 70,5% do total em 1976.

Dada a forte participação da população migrante na composição populacional do município, é óbvio que se verifique o aumento maciço deles, nas variáveis que se descreve, conforme tabela 3(8) a seguir.

TABELA 3(8) - INCREMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, MIGRANTES E NATURAIS SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - CURITIBA - 1970-1976 (70=100)

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	INCREMENTO (70/76)					
	Migrantes		Naturais		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Empregados	50.818	47,9	2.931	4,6	53.749	31,7
Autônomos	18.739	97,7	1.978	16,9	20.717	67,1
Empregadores	5.142	190,2	1.247	75,4	6.389	146,6
Membros não-remunerados	1.719	106,2	770	75,9	2.489	94,6
Outras Ocupações ⁽¹⁾	12.467	-	5.153	-	17.620	-
NS/NR	5.001	185,8	1.524	84,2	6.525	145,2
Total da PEA	93.886	70,9	13.603	17,1	107.489 ⁽²⁾	50,9

FONTE: Tabela A.33.

(1) O crescimento relativo não foi calculado porque estas informações só existem nos dados de 1976.

(2) Existem, em 1976, 202 pessoas que não informaram se eram naturais ou migrantes.

O grande aumento da PEA, em números absolutos, foi na categoria de empregados. Este crescimento se deu fundamentalmente em função da migração, podendo a participação dos naturais ser considerada residual. O mesmo ocorreu na categoria de autônomos, com o aumento de 18.739 migrantes contra 1.978 naturais.

Embora o aumento relativo dos empregadores e membros da família não-remunerados seja grande, as duas categorias juntas representam apenas 8,2% do total da População Economicamente Ativa incorporada no período, enquanto os empregados representam 49,9% e os autônomos 19,2%.

Apesar da grande incorporação de migrantes ao mercado de trabalho urbano de Curitiba, quando se considera a distribuição relativa interna do total da População Economicamente Ativa de migrantes e naturais em 1976, conforme a tabela 3(9) a seguir, não se observam grandes diferenciações, demonstrando que ambos são absorvidos em proporção semelhantes.

TABELA 3(9) - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - CURITIBA - 1976
(Percentuais)

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	P E A	
	Migrantes	Naturais
Empregados	69,4	71,3
Autônomos	16,8	14,6
Empregadores	3,4	3,1
Membros não-remunerados	1,5	1,9
Outro	5,5	5,5
NS/NR	3,4	3,6
TOTAL DA PEA	100,0	100,0

FONTE: Tabela A.33.

O incremento populacional, é absorvido de acordo com a lógica do sistema produtivo, embora a absorção da população migrante tenha diferenciações em alguns Ramos de Atividade..

A distribuição da População Economicamente Ativa por Ramos de Atividade, encontrada em Curitiba, é basicamente a mesma da Região Metropolitana, pois do total dos economicamente ativos 86,2% residem em Curitiba.

A mão-de-obra absorvida pela indústria é relativamente baixa, representando 13,7% do total da PEA (tabela A.34). Segundo trabalho publicado pelo IBGE,¹⁴ com base em informações sobre a produção industrial de 1969, Curitiba "não alcançou maior desenvolvimento na atividade industrial e o Paraná é dos três Estados (da Região Sul) o menos industrializado".

A PEA vai se concentrar na Prestação de Serviços - 22,9% e no Comércio de Mercadorias - 17,8%. A Construção Civil absorve 9,4% dos economicamente ativos.

Em relação a diferenciações na absorção de migrantes e naturais, confirma-se o que foi observado nas informações da Região Metropolitana, ou seja, a Construção Civil e a Prestação de Serviços absorvem, proporcionalmente mais migrantes que naturais.

¹⁴ IBGE - Geografia do Brasil - Região Sul - Volume 5 - Rio de Janeiro - 1977. p. 409.

Em cada grupo de 100 migrantes, 24 trabalham na Prestação de Serviços, 17 no Comércio de Mercadorias, 14 nas Atividades Industriais, 11 na Construção Civil e 8 na Administração Pública, distribuindo-se os 26 restantes nos outros Ramos.

Para os naturais economicamente ativos, esta proporção é a seguinte, para cada grupo de 100: Prestação de Serviços - 19, Comércio de Mercadorias - 19, Atividades Industriais - 12, Construção Civil - 6, Administração Pública - 14, restando 30 nos demais ramos.

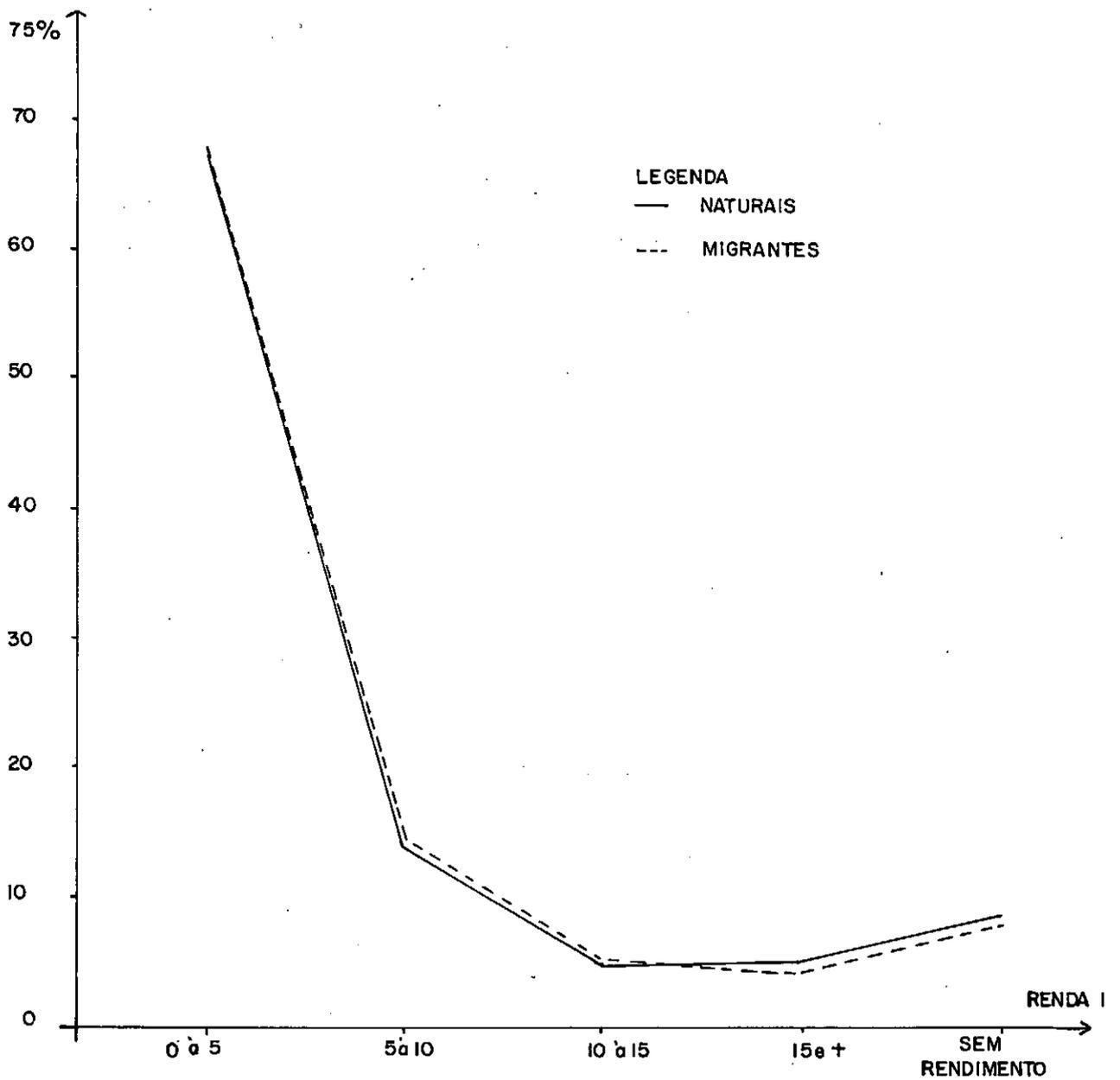
A distribuição da renda pessoal da População Economicamente Ativa de Curitiba tem, basicamente, a mesma estrutura verificada para a Região Metropolitana. A faixa de até 5 salários concentra 65,1% dos quais 37,7% estão na faixa de até 2 salários (tabela A.35). Na faixa de 5 a 10 está 13,9% da PEA, entre 10 e 15 existe 4,8% e apenas 4,4% tem renda superior a 15 salários.

A população pobre (sem renda e com renda de até 1 salário) é composta por 59.316 pessoas que representam 18,6% da PEA total. Como se verificou nos dados para a Região Metropolitana, em Curitiba não existem grandes diferenciais de renda entre migrantes e naturais. Do total de migrantes, 18% são pobres. No total de naturais, os pobres representam 19,8% (gráfico 17). Entre os migrantes, 65,2% têm renda de até 5 salários, entre os naturais esta participação é de 64,9%.

Nos estratos de renda superiores, a participação relativa dos dois grupos é praticamente igual, com uma defasagem má-

GRÁFICO 17

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E
MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - CURITIBA - 1976



FONTE: IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAS

NOTA 1 - EM SALÁRIOS MÍNIMOS APROXIMADOS

xima de 0,6%.

Em síntese, como Curitiba representa mais de 80% da RMC, os resultados obtidos não poderiam ser diferentes dos já encontrados para a região com um todo.

O fato de se dispor de informações comparáveis entre 70 e 76 deixa alguns pontos mais explícitos. Confirma-se que o incremento populacional ocorrido no período veio aumentar a população economicamente ativa, e que a contribuição dos migrantes foi mais significativa do que a dos naturais. Além disso, em relação à posição na ocupação, o grande aumento se deu na categoria dos empregados, fundamentalmente devido à migração. Isto significa que a incorporação de migrantes no "mercado formal" de trabalho foi expressiva, embora se faça necessário ressaltar que a Construção Civil e a Prestação de Serviços absorvam, proporcionalmente, mais migrantes do que naturais. Este fato, contudo, não chega a alterar a distribuição relativa dos grupos, ficando evidenciado que o incremento populacional é absorvido de acordo com as necessidades do processo produtivo, independente da condição de natural ou migrante.

Através da comparação dos dados de 70/76, pode-se concluir que está havendo um empobrecimento da população, na medida em que ocorre uma maior incorporação de mulheres e menores no mercado de trabalho. Esta incorporação indica que, para manter um nível de renda que garanta a sobrevivência, é necessário que, cada vez mais, um maior número de membros da família trabalhe.

3.4 - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC

A análise da inserção dos migrantes no mercado de trabalho urbano dos outros municípios da RMC, também apresenta as mesmas limitações já explicitadas para o total da região.

Pela não disponibilidade de informações, os 13 municípios da RMC, exceto Curitiba, serão tomados em conjuntos, o que de certa forma empobrece a análise. Conforme já foi colocado no item 1, eles não se constituem num todo homogêneo em termos de atividades econômicas. Tem-se, por exemplo, municípios tipicamente agrícolas, como Contenda, Mandirituba, Balsa Nova, dentre outros, somados a municípios cuja atividade industrial tem maior significado, como Rio Branco do Sul e Araucária. Ao mesmo tempo, agrega-se municípios relativamente independentes como Campo Largo com cidades-dormitórios como Piraquara, e mesmo partes dos municípios de Colombo e Almirante Tamandaré.

Provavelmente o fluxo migratório havido para a região, atingiu de forma diferenciada esses municípios, contribuindo para maior ou menor crescimento da sua população vinculada às atividades produtivas e mesmo para alterações na distribuição entre os vários setores de atividade.

Estas inferências não poderão ser comprovadas neste estudo, embora ele venha a contribuir para o conhecimento dessas áreas, uma vez que praticamente inexitem análises e informações.

Em 1976, a população urbana dos outros municípios representava pouco mais de 15% da população urbana da região, somando 147.700 pessoas. O volume dessa população em idade de trabalhar representava 70,9% da população total, ou seja 104.801 pessoas. Destas, 48,8% estavam vinculadas ao mercado de trabalho e 50,8% eram inativas.

No total da população em idade ativa, os migrantes representam 66,9% para apenas 33,0% naturais. No total da PEA a participação dos migrantes ainda é maior (69,6%), e, é óbvio, um pouco menor entre os inativos (64,5%), segundo tabela A.36.

Pelo fato dos outros municípios representarem uma parcela pequena da população da RMC, verifica-se que os mesmos participam em apenas 13,8% tanto da PIA metropolitana como dos inativos e da PEA e em 13,7% dos inativos naturais. Os naturais representam 12,6% da PIA e 14,4% da PEA e 11,4% dos inativos total, enquanto os migrantes participam em 14,5 da PIA metropolitana. Embora a participação interna dos migrantes na PEA dos outros municípios tenha crescido, o seu ritmo não foi semelhante ao da RMC como um todo, pois participam em 13,6% da PEA total e em 15,4% dos inativos.

Do total de população em idade ativa, os que se encontravam fora do mercado de trabalho (inativos), somavam como já foi visto 53.186 pessoas. A maioria (24.309 pessoas) estava ocupada em afazeres domésticos, o que representava 23,2% do total da PIA dos outros municípios da região, em 1976. Nesse sentido, tinha-se de população estudando 14,3% do total e com outra condição de atividade 13,3%.

Em relação aos que estavam ligados aos afazeres domésticos, a população migrante predominava, compondo 72,2%. De toda a população que estava estudando, migrantes e naturais tinham quase que a mesma parcela de representatividade, sendo a diferença relativa entre as parcelas de um e de outro, pouco mais que 1% a favor dos migrantes. No total de pessoas em outras condições (13.924) a população migrante significava 65,9%. Como para 1976, os dados de outra condição de atividade vêm desmembrados em subgrupos, vale ressaltar que dentro deles, o subgrupo mais numeroso é o de pessoas sem ocupação (9.204), sendo que destes, 65,4% são migrantes, embora na distribuição dos migrantes a sua representatividade seja de 8,6% e na de naturais alcance 9,2%.

Observando-se a distribuição interna dos inativos naturais, verifica-se que a parcela estudantil é a maior em termos absolutos e relativos, representando 21,4% do total da PIA, embora os afazeres domésticos representassem quase o mesmo tanto (19,4%).

Nesse sentido, quando se verifica a distribuição dos inativos migrantes, o quadro é bem outro, não só com a predominância de afazeres domésticos (25,0%), como principalmente com uma pequena representatividade de estudantes (10,8%).

Da mesma forma que em Curitiba, na distribuição dos homens e mulheres por faixa etária verifica-se que a PEA feminina é relativamente mais jovem que a masculina. Das 13.613 mulheres inseridas no mercado de trabalho, 28,4% tem de 10 a 19 anos para apenas 17,7% dos 37.578 homens. (tabela A.37). Por

isso, a proporção de homens com idade entre 20 a 39 anos é 5 pontos percentuais mais alta que a de mulheres. Da mesma forma, entre os homens 27,3% têm mais de 40 anos para apenas 21,1% das mulheres. Isso significa que nas faixas mais jovens a quantia de homens e mulheres na PEA é mais proporcional que entre os adultos e entre os mais velhos. Nesses dois grupos, de cada 10 pessoas economicamente ativa, mais de 7 são homens (tabela A.38).

Das 51.191 pessoas que compõem a PEA, 35.613 são migrantes. Dentre os homens, a participação dos migrantes é superior à encontrada para as mulheres: 70,6% e 66,8%, respectivamente. Isso indica que nos outros municípios os homens migrantes participam mais da PEA que em Curitiba.

Também nos outros municípios da RMC, da mesma forma que para a região com um todo, a proporção de naturais jovens no mercado de trabalho é maior que o de migrantes. Em outras palavras, 24,1% dos naturais têm de 10 a 19 anos para 18,9% dos migrantes. Em consequência, a população de 20 a 39 anos tem participação menor, em termos relativos, entre os naturais que entre os migrantes.

As maiores diferenças na distribuição por idade, se dão entre os homens naturais e migrantes. Na faixa dos jovens encontram-se 21,6% dos naturais para 16% dos migrantes. Para as mulheres, a diferença a favor das naturais, na participação das jovens na PEA total, é de apenas 2,5 pontos percentuais.

De maneira geral, a distribuição da PEA por sexo e idade, nos 13 municípios aqui em análise, não se diferencia mui-

to da encontrada para Curitiba, ou seja, predomínio de homens, de migrantes e de população, cuja idade varia de 20 a 39 anos. O único comportamento diferente é que a PEA feminina tem uma participação mais destacada entre a população jovem, caindo progressivamente nas idades mais altas.

Dada a menor representatividade das mulheres na PEA total, a sua taxa de participação na população total de cada grupo etário é muito menor que a dos homens, conforme se observa na tabela 3 (10) a seguir.

TABELA 3 (10) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAL E MIGRANTE POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976

FAIXA ETÁRIA	PEA/PIA								
	Naturais			Migrantes			Total		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
10 - 19	31,1	19,3	25,5	40,4	23,6	32,0	36,7	22,0	29,5
20 - 29	92,7	37,4	65,5	97,0	29,4	63,3	95,7	31,7	64,0
30 - 39	97,6	40,3	67,2	96,9	31,4	65,4	97,1	34,0	66,0
40 e +	74,4	20,9	48,4	77,4	22,2	49,9	76,4	21,8	49,4
TOTAL	61,2	25,6	43,7	75,0	25,4	50,7	70,9	26,3	48,9

FONTE: Tabelas A.7 e A.37.

Por esta tabela, verifica-se que tanto os homens como as mulheres conseguem seu maior índice de inserção no mercado nas faixas de 20 a 39 anos, sendo que os homens migrantes e as mulheres naturais são os que apresentam maior participação em cada um dos sexos separadamente.

Comparando-se estas taxas com as encontradas para Curitiba tem-se que os homens, tanto naturais como migrantes, apresentam maior grau de inserção no mercado que os homens de Curitiba. Entre as mulheres, as residentes em Curitiba têm maior participação na força de trabalho que as residentes nos outros municípios da região.

Analisando-se a inserção no mercado através do Vínculo Empregatício das pessoas, verifica-se a predominância relativa e absoluta de pessoal na categoria de empregados: 37.466 pessoas, ou seja, 73,2% do total. Não é pequeno, no entanto, o número dos classificados como autônomos, pois somam 8.787 pessoas e representavam 17,1% (tabela A.39).

Em decorrência dessa distribuição da maioria da população economicamente ativa, tem-se um restante de 2,1% atuando como empregadores, 1,7% como membros não-remunerados e 2,3% sob vínculo mal definido.

Tanto entre os empregados, como entre os autônomos, a parcela de migrantes sobressai em importância, significando 71,1% e 65,7%, respectivamente. O mesmo ocorre com relação ao total de empregadores - 1.098 pessoas, dos quais 722 (65,8%) eram migrantes. No que se refere aos membros não-remunerados, migrantes e naturais tinham quase que a mesma representatividade, sendo 49,1% naturais e 50,9% migrantes do total de pessoal classificado nesta categoria.

Das 1.157 pessoas trabalhando sob vínculo mal definido, 846 eram migrantes (73,1%) e ainda das 1.820 pessoas que não

informaram o vínculo 1.195 eram migrantes, ou seja, 65,7%.

Em termos de distribuição da população economicamente ativa natural, verifica-se que o pessoal empregado representava quase 70% daquele total. Assim como os autônomos, chegavam a quase 20%, de tal forma que, empregados e autônomos somados representavam cerca de 90% do total da PEA natural.

Em relação ao total de migrantes segundo o vínculo empregatício, os empregados representam 74,8% e os autônomos 16,2%, somando juntos 91,0% do total da População economicamente Ativa migrante.

Em relação à distribuição relativa interna do total da População Economicamente Ativa natural e migrante, existem diferenças, embora pequenas, nas categorias de empregados e autônomos. Enquanto para os naturais os empregados representavam 69,4%, para os migrantes este percentual era de 74,8%. Em relação aos autônomos a relação é inversa, ficando os naturais com 19,4% e os migrantes com 16,2%.

A distribuição da População Economicamente Ativa pelos Ramos de Atividades nos outros municípios da Região Metropolitana, tem uma estrutura com algumas diferenças da encontrada em Curitiba.

A Prestação de Serviços continua sendo o Ramo que mais absorve população, concentrando 23,9% dos economicamente ativos. Na distribuição relativa do total da População Economicamente Ativa este percentual está um ponto acima do encontrado em Cu-

Curitiba (tabela A.40).

As atividades industriais absorvem 19% da força de trabalho. Em Curitiba este percentual é de 13,7%. Em números absolutos, em Curitiba existem 43.667 pessoas trabalhando na indústria e nos outros municípios 9.746. Mas, estes são números, quando comparados ao total da população economicamente ativa, mostram uma outra relação. Em Curitiba, para cada grupo de 100 pessoas, 14 trabalham na indústria, nos outros municípios a proporção é de 19 em 100. Logicamente, Curitiba concentra a maior parte das indústrias existentes na Região Metropolitana, mas a Refinaria da PETROBRÁS e Centro Industrial de Araucária, as indústrias de Campo Largo, enfim, as atividades industriais nos outros municípios da RMC, têm um peso maior na absorção de pessoal em relação ao total da PEA residente nestes municípios do que as indústrias de Curitiba em relação a PEA residente em Curitiba.

O mesmo fato acontece em relação à Construção Civil. Em Curitiba, de cada 100 pessoas, 9 estão neste Ramo. Nos outros municípios esta relação é de 16 para 100.

O Comércio de Mercadorias absorve relativamente menor força de trabalho nos outros municípios do que em Curitiba. Em relação ao total da PEA em Curitiba, este ramo absorve 17,8% e nos outros municípios absorve 11,9%.

Comparando-se a absorção entre naturais e migrante, observa-se que, se em Curitiba e na Região Metropolitana a Construção Civil e a Prestação de Serviços incorporam mais migran-

tes, nos outros municípios esta incorporação diferenciada entre naturais e migrantes é ainda mais marcante. Do total da PEA migrante, 20,1% estão na Construção Civil e na PEA natural esta participação é de 8%. Em relação à Prestação de Serviços o percentual da PEA migrante é 25,9% e o da PEA natural é 19,1%.

A comparação entre naturais e migrantes fica mais clara, quando se observa a distribuição em grupos de 100 pessoas:

- Prestação de Serviços - 26 migrantes - 19 naturais
- Construção Civil - 20 migrantes - 8 naturais
- Atividades Industriais - 17 migrantes - 25 naturais
- Comércio de Mercadorias - 12 migrantes - 13 naturais
- Administração Pública - 5 migrantes - 9 naturais
- Demais Ramos - 20 migrantes - 16 naturais

Em relação à renda pessoal, os outros municípios da Região Metropolitana também apresentam uma distribuição fortemente desigual, embora com algumas diferenças entre Curitiba e o total da área metropolitana.

Uma dessas diferenças é a de que estes municípios apresentam, em relação à sua PEA total, uma concentração mais acentuada de pessoas nas faixas de renda mais baixas. Enquanto em Curitiba o percentual da PEA que tem renda de até 5 salários mínimos é de 65,1%, nos outros municípios esta participação é de 81,8% (tabela A.41). Ou seja, de cada 100 pessoas 82 recebem até 5 salários mínimos. Além disso, a concentração na faixa de até 2 salários também é maior: 37,7% em Curitiba e 55,1% nos outros municípios.

Paralelamente, o número de pobres, conforme definidos anteriormente, é maior em relação ao total da PEA. Em Curitiba eles representam 18,6% e nos outros municípios 26,3%.

Conseqüentemente, a participação nas faixas mais altas de renda vai ser menor: entre 5 e 10 salários situam-se 7% da PEA (Curitiba - 13,9%), entre 10 e 15 estão apenas 1% (Curitiba - 4,8%) e acima de 15 existem apenas 1,2% (Curitiba - 4,4%) (ver Gráfico 18).

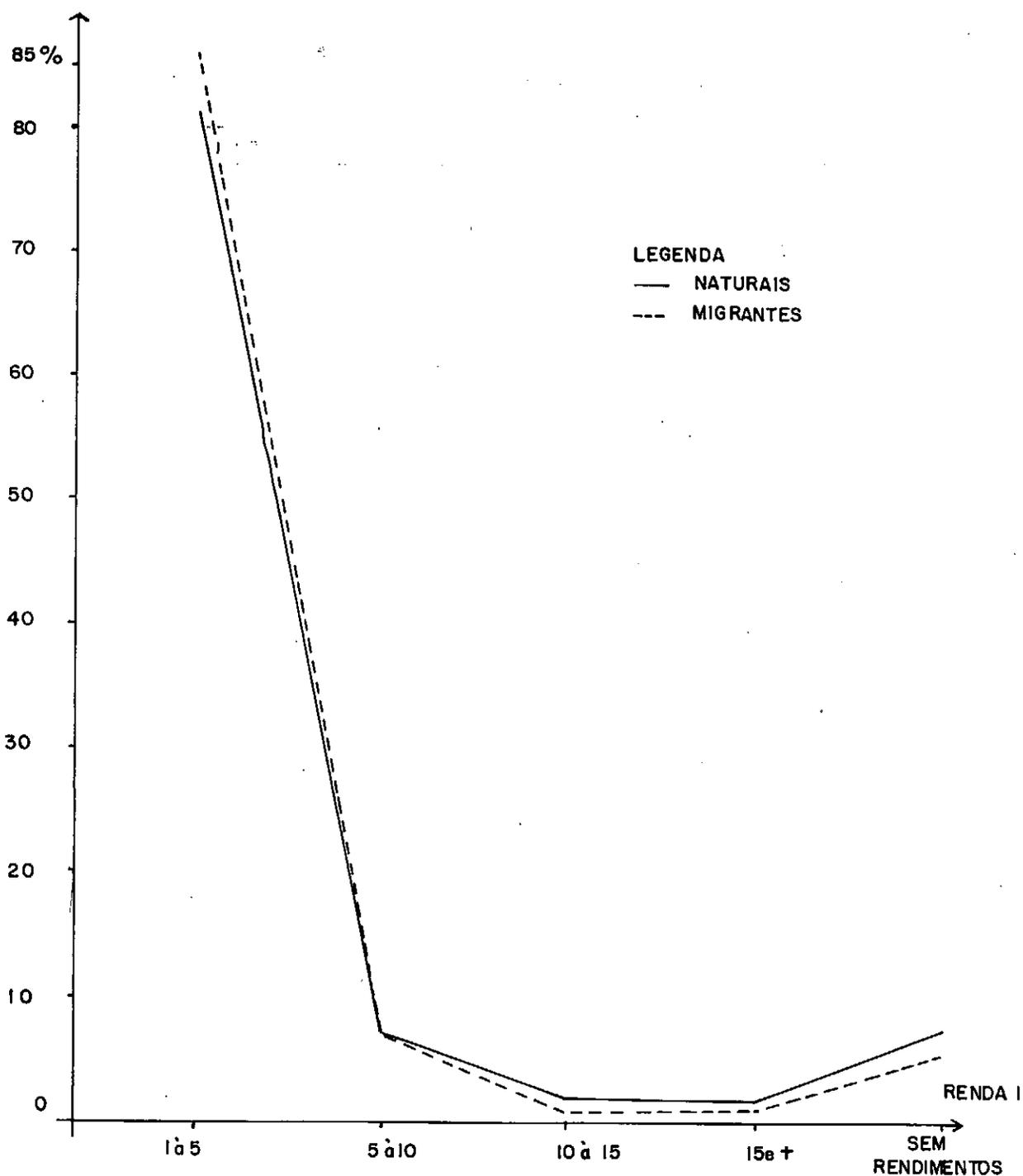
Os outros municípios concentram, portanto, uma parcela maior, em números relativos, de pobres e de população de baixa renda. Isso faz levantar a hipótese de que Curitiba, através de mecanismos que não foram possíveis detectar com os dados disponíveis atualmente, expulsa a população de menor renda para os outros municípios da área metropolitana. Esta hipótese fica um pouco mais evidenciada quando se comparam os grupos de migrantes e não-migrantes:

	Naturais		Migrantes
pobres	- 28,5%	-	25,2%
baixa renda	- 78,6%	-	83,1%
5 a 10 salários	- 7,3%	-	6,8%
10 a 15 salários	- 1,8%	-	0,7%
mais de 15 salários	- 1,7%	-	1,0%

Por estas informações verifica-se que a participação relativa dos migrantes de baixa renda, em relação à PEA total migrante, é maior nos outros municípios do que em Curitiba. Isto reforça uma das conclusões de análise dos fluxos migratórios, que verificou a existência de uma parcela significativa de mi-

GRÁFICO 18

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E
MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - OUTROS MUNICÍPIOS
DA RMC - 1976**



FONTE: IPARDES - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL DA RMC - 1978 - TABULAÇÕES ESPECIAIS

NOTA 1 - EM SALÁRIOS MÍNIMOS APROXIMADOS

grantes que se dirigem para Curitiba em um primeiro momento e não encontrando condições de fixação* são compelidos a buscar moradia nos outros municípios, onde o custo da habitação é mais baixo, embora isto não signifique que toda esta população esteja empregada nos municípios onde residem.

Por outro lado, pode-se supor, embora as contabulações não permitam a verificação desta hipótese, que parcela dos migrantes de baixa renda residentes nos outros municípios, seja composta por pessoas naturais de Curitiba que também foram expulsas do centro da área metropolitana para as regiões periféricas.

Conforme já foi visto, a população nos outros municípios apresenta em alguns aspectos, situações diferentes das encontradas para a Região Metropolitana. Entre as diferenciações destaca-se o fato de que a proporção de homens migrantes economicamente ativos é maior do que a proporção de homens naturais, ou seja, a proporção de migrantes integrados ao mercado de trabalho é maior.

Conseqüentemente, as mulheres participam em menor proporção na força de trabalho do que em Curitiba. Uma das hipóteses que podem ser levantadas neste sentido é a de que Curitiba oferece melhores oportunidades de trabalho, principalmente na categoria de Serviços Domésticos Remunerados. Outra diferença em relação à PEA feminina é a de que a população jovem tem

*As "Condições de Fixação" referem-se exclusivamente a moradia, por ser este o único aspecto estudado, através do "Diagnóstico Habitacional da RMC".

participação mais destacada, caindo progressivamente nas idades mais avançadas.

Do total de migrantes, 74,8% são empregados e para os naturais esta participação é de 69,4%. Se em Curitiba a absorção na Construção Civil é diferenciada, nos outros municípios ela é em nível maior, pois do total da PEA migrante, 20,1% estão na Construção Civil, enquanto que a participação do total de naturais neste ramo é de 8%.

Outra diferenciação é que a indústria tem um peso maior na absorção da força de trabalho nestes municípios do que em Curitiba.

Mas a diferenciação mais importante é a que ocorre em relação à distribuição da renda. Os outros municípios concentram uma parcela maior em relação ao total da PEA, de pobres e de população de baixa renda, e concentram também, em números relativos, uma proporção maior de migrantes pobres.

Existe, portanto, uma situação inferiorizada da população residente fora do núcleo central (Curitiba) da Região Metropolitana, que atinge mais diretamente a população migrante. Além das hipóteses já levantadas sobre o assunto, deve-se levar em conta que estas informações demonstram que, na competição pelos espaços urbanos "os segmentos mais carentes da população são empurrados para as localidades que, por serem mais distantes, inacessíveis, desprovidas de recursos ou, de outra forma indesejáveis, não despertam os interesses dos grupos

econômicos dominantes".¹⁵

3.5 - MIGRANTES E NATURAIS - UM PROBLEMA DESLOCADO

Uma das constatações mais importantes que as informações demonstram é que as migrações não podem ser avaliadas apenas do ponto de vista de uma suposta deteriorização do meio social urbano.

Ao se constatar que a população migrante no núcleo da região metropolitana não difere em profundidade da população natural em relação à situação ocupacional, vínculo empregatício, Ramo de Atividade e Renda, fica a certeza de que a sua contribuição para a geração de riquezas é mais importante do que a contribuição da população natural. Dessa maneira, os movimentos migratórios não podem ser compreendidos isoladamente das transformações econômicas geradas pelo processo de acumulação de capital, que tem como característica penetrar e se reproduzir em espaços diferentes e de forma desigual, provocando com isso modificações na estrutura de absorção de mão-de-obra.

Estas conclusões confirmam o que MARTINE e PELIANO¹⁶ afirmaram em estudos referentes às nove Regiões Metropolitanas do país:

"Quando enfocados sob a ótica do impacto da migração na estrutura sócio-econômica dos grandes centros urbanos,

¹⁵Op. Cit. nota 9, p. 187.

¹⁶Op. Cit. nota 9 - p. 161-162.

um primeiro aspecto a destacar seria a alta funcionalidade da migração para o sistema produtivo vigente. Considerando a primazia das RM na geração do produto nacional e a dependência do processo produtivo sobre a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, não resta dúvida que a migração intensa para as RM tem contribuído significativamente para a geração de excedente e para a manutenção de altas taxas de crescimento econômico. (...) Neste raciocínio, a funcionalidade das migrações para a estrutura produtiva das RM brasileiras fica caracterizada pelo fato de que esta se assenta na existência e manutenção de uma reserva abundante de mão-de-obra. A presença dessa reserva, em grande parte nutrida pelo afluxo maciço de migrantes em busca de melhores condições de vida, serve para pressionar o lado da oferta e assim reduzir os custos do fator trabalho. Esta argumentação pode ser ilustrada pelo desempenho do setor de construção civil, o maior absorvedor de mão-de-obra migrante, onde os salários são determinados, predominantemente, pela pressão da mão-de-obra migrante em disponibilidade".

As discussões sobre os problemas sociais atribuídos às migrações deve-se ressaltar um outro ângulo: condições de sobrevivência do próprio migrante. Ele tem uma taxa de participação maior na força de trabalho, principalmente entre a população masculina, além de se integrar a ela em idade jovem. Portanto, o migrante vem para a cidade para trabalhar e efetivamente trabalha, só que é obrigado a arcar com os altos custos da habitação, que faz os mais pobres deslocarem-se para regiões mais periféricas; com as consequências derivadas da impossibilidade de seus filhos terem uma educação formal, pois eles ingressam mais cedo no mercado, e com uma baixa remuneração de seu trabalho.

Mas não se pode isolar o fato de que as famílias naturais também vivem estes problemas, pois a constatação mais importante em relação à distribuição da renda pessoal é a concentração de grande parte de todos os grupos populacionais, independente de serem migrantes ou não-migrantes, nas faixas de

baixa renda.

Isto evidencia que o "caos urbanos" é antes consequência da estrutura econômica das atividades urbanas, e não das sucessivas levas de migrantes.

4 - CONCLUSÕES

As informações relativas ao ingresso de migrantes na RMC evidenciam em primeiro lugar o papel da região, representado principalmente pela cidade de Curitiba, de área de destino para um contingente expressivo de pessoas que se põem em movimento.

Ficou evidente também o caráter de metrópole regional, isto é, os migrantes que para cá se dirigem percorreram curtas e/ou médias distâncias, como é o caso dos próprios paranaenses, gaúchos e catarinenses. Nesse sentido Curitiba se diferencia das metrópoles nacionais - Rio de Janeiro e São Paulo - que por serem os centros industriais do país, têm uma capacidade maior de absorção de população, inclusive os migrantes oriundos de áreas mais distantes.

Entretanto, mesmo a nível regional, Curitiba tem recebido populações de origens distintas, de acordo com as informações disponíveis. Até 1970, os dados de entrada acumulada de população, indicavam um fluxo maior de paranaenses, seguidos de catarinenses e gaúchos, sendo a maioria constituída de migrantes vindos de zona urbana. Em 1976, as informações sobre a população residente em zona urbana demonstram que a participação de paranaenses cresce, ao mesmo tempo que aumenta o fluxo de

pessoas vindas diretamente de zona rural, embora o volume de migrantes urbanos continue maior.

Esta alteração na origem do fluxo e manutenção no ritmo de entrada de população tem seus determinantes nas condições concretas de vida da população que migra. Na verdade, Curitiba não apresenta nenhum atrativo especial que gere este movimento populacional. O que ocorre são mudanças nas relações de produção no Estado do Paraná, e em particular na agricultura, onde o volume de pessoas necessárias para desempenhar as atividades econômicas, é cada vez menor, comparado ao volume disponível. Isto gera um empobrecimento progressivo da população, que para sobreviver tem que se por em movimento, em busca de condições mínimas de subsistência.

Outra constatação é o caráter seletivo da migração. Pelos dados de estrutura etária e sexo da população migrante comparada à natural, verifica-se que dos que migram, os jovens e mulheres têm maior peso. Isso indica que embora o ato de migrar não deva ser entendido como uma decisão individual, mas como resultado concreto de alterações nas condições de vida de grupos sociais, quem primeiro se põe em movimento são aqueles com maiores condições de conseguir um emprego. É o caso dos homens mais jovens e das mulheres de maneira geral. Os primeiros vêm engrossando o contingente de operários urbanos e as mulheres irão ser incorporadas no serviço doméstico.

Pelas informações sobre tempo de residência dos migrantes, verifica-se que praticamente sete em cada dez migrantes entraram na região nas duas últimas décadas. Esta caracte-

rística de uma migração recente é mais significativa nos outros municípios da RMC, exceto Curitiba.

Considerando-se que a população que migra para cá procura, em primeiro lugar, fixar-se na cidade de Curitiba, pois aí é que se localizam as maiores oportunidades de trabalho, esta cidade, entretanto, vem se tornando cada vez mais inacessível para um grupo considerável de migrantes. O que efetivamente está deslocando esta população para fora da cidade=núcleo não é a existência de trabalho e melhores oportunidades de vida nos outros municípios. Na verdade, o crescimento urbano verificado na capital, dificulta a fixação da população mais carente, expulsando-a para fora de seus limites. O custo da moradia em Curitiba é o principal fator de crescimento populacional nos outros municípios, principalmente aqueles com que se limita geograficamente.

Nesse processo de crescimento e de reordenação do espaço urbano, a população atingida não é apenas o migrante de baixa renda, mas também o natural. A cada melhoria que a cidade recebe a nível de infra-estrutura, a área atingida sofre crescente valorização e é acompanhada por um processo de expulsão da população mais pobre que não pode arcar com os custos dessa pretensa melhoria.

A criação e expansão de cidades-dormitórios, como Piraquara, os "Jardins e Vilas" que surgem em Colombo e Almirante Tamandaré, são alguns dos exemplos desse processo de exclusão da população mais pobre no núcleo da área metropolitana.

A diminuição relativa no ritmo de entrada de população migrante em Curitiba, não é condição suficiente para que se desenvolva, nos municípios que recebem maior volume de migrantes, atividades produtivas que possam absorver toda a oferta de mão-de-obra. À exceção de Araucária, Campo Largo e Rio Branco do Sul, que possuem atividades industriais de maior significado, na maioria dos municípios, a existência de somente alguns serviços coletivos básicos e pequeno comércio é insuficiente para absorver toda a força de trabalho disponível. Nesse sentido, Curitiba não arca com a fixação da população de mais baixa renda, embora grande parte dela se vincule à capital como mão-de-obra barata. Para a cidade-núcleo, o ingresso de migrantes na região é altamente vantajoso, pois significa colocar à disposição do processo produtivo local maior número de braços para o trabalho.

Nos outros municípios, o ingresso de migrantes tem um sentido diferente. Sendo menos dotados de infra-estrutura urbana¹⁸ e com menor poder para conseguí-la, cada leva de população que aí passa a residir, o faz em condições mais precárias. Por não existirem empregos locais num nível que permitisse reduzir o desajuste entre a oferta e a demanda de mão-de-obra, esta população, para garantir sua sobrevivência, tem que se deslocar a Curitiba para trabalhar, aumentando ainda mais o seu desgaste enquanto força de trabalho. Entretanto, na ótica do

¹⁸ IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - caps. 8/9/10.

sistema, isto não se constitui num problema relevante, pois com uma oferta abundante de mão-de-obra, estes trabalhadores podem ser substituídos pelos considerados inativos - jovens e mulheres.

Com relação à população, entretanto, esses problemas se tornam vitais, pois o fato de residirem longe do seu local de trabalho se de um lado reduz seus gastos com moradia, por outro representa um custo adicional na medida em que não só terão que gastar mais com transportes, como residirão sem condições sanitárias básicas, e com menores condições de acesso aos serviços coletivos como saúde e educação.

Mesmo considerando a heterogeneidade dos municípios da região, em termos de vinculação à Curitiba e de atividades econômicas, essas observações são válidas para a RMC. Se Balsa Nova, Mandirituba, Contenda, Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul não podem ser englobadas como local de residência para os migrantes que se inserem no mercado de trabalho curitibano, na verdade são muito pouco expressivos na RMC, representando apenas 1% da população total.

Com relação à inserção dos migrantes e não-migrantes no mercado de trabalho urbano, a sua caracterização sócio-econômica indica mais semelhanças que diferenças. Na verdade, menos que uma questão de naturalidade, o que existe é desajuste entre a oferta e a demanda por mão-de-obra, na medida que tanto migrantes como naturais se somam entre os mais carentes, nivelando por baixo as suas condições de vida. Dessa forma, o que se tem de mais significativo nos dados analisados é que o prin-

principal problema, mais uma vez constatado, é de uma crescente concentração da renda e das riquezas, uma exclusão acelerada das camadas mais pobres das "benesses" das cidades e uma exploração da mão-de-obra em sua quase totalidade. Em outros termos, trata-se dos efeitos do modelo de desenvolvimento adotado, para o qual pouco importa a naturalidade - o que interessa é que o processo de acumulação mantenha seu ritmo.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO PARANÁ E CURITIBA - 1900 - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 -
(ABSOLUTOS)

POPULAÇÃO		1900	1940	1950	1960	1970
	POP. URBANA	-	302.272	528.288	1.327.982	2.546.899
PARANÁ	POP. URBANA	-	934.004	1.587.259	2.968.393	4.382.969
	POP. TOTAL	327.136	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.929.868
	POP. URBANA	-	101.488	141.222	351.259	584.481
CURITIBA	POP. RURAL	-	25.790	39.353	10.050	24.545
	POP. TOTAL	40.755	127.278	180.575	361.309	609.026

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos /Análise da Mão-de-Obra no Estado do Paraná - 1975/ Ensino de 1º grau em Curitiba. Caracterização, Oferta e Demanda - 1975/ Geografia do Brasil - Região Sul.

TABELA A.2 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO MUNICÍ-
PIOS DA RMC - 1970 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL					
	URBANA		RURAL		TOTAL	
Almir Tamandaré	4.288	28,0	11.011	72,0	15.299	100,0
Araucária	5.473	32,0	11.644	68,0	17.117	100,0
Balsa Nova	1.234	26,8	3.470	73,2	4.704	100,0
Boc. do Sul	1.408	13,2	9.289	86,8	10.697	100,0
Campina G.do Sul	319	4,0	7.572	96,0	7.891	100,0
Campo Largo	15.927	46,3	18.478	53,7	34.405	100,0
Colombo	1.092	5,7	18.166	94,3	19.258	100,0
Contenda	1.122	15,5	6.102	84,5	7.224	100,0
Curitiba	584.481	96,0	24.545	4,0	609.026	100,0
Mandirituba	1.364	12,4	9.672	87,6	11.036	100,0
Piraquara	12.113	57,0	9.140	43,0	21.253	100,0
Quatro Barras	1.105	27,2	2.961	72,8	4.066	100,0
Rio Branco do Sul	5.068	20,2	20.065	79,8	25.133	100,0
S.J. dos Pinhais	21.475	62,9	12.649	37,1	34.124	100,0
TOTAL DA RMC	656.469	79,9	164.764	20,1	821.233	100,0

TABELA A.3 - POPULAÇÃO TOTAL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).

FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE RESIDÊNCIA																	
	CURITIBA						OUTROS MUNICÍPIOS						TOTAL RMC					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL		HOMENS		MULHERES		TOTAL		HOMENS		MULHERES		TOTAL	
Até 9	76.117	25,9	75.644	24,0	151.761	24,9	31.953	29,3	31.378	30,5	63.331	29,9	108.070	26,8	107.022	25,6	215.092	26,2
10 - 19	64.301	21,9	70.446	22,4	134.747	22,1	24.809	22,7	23.812	23,1	48.621	22,9	89.110	22,1	94.258	22,5	183.368	22,3
20 - 29	51.862	17,6	58.001	18,4	109.863	18,0	17.107	15,7	16.222	15,7	33.329	15,7	68.969	17,1	74.223	17,8	143.192	17,4
30 - 39	40.025	13,6	42.336	13,5	82.361	13,5	13.043	11,9	12.045	11,7	25.088	11,8	53.068	13,1	54.381	13,0	107.449	13,1
40 - 49	29.537	10,0	30.800	9,8	60.337	9,9	9.623	8,8	8.812	8,6	18.435	8,7	39.160	9,7	39.612	9,5	78.772	9,6
50 - 59	17.614	6,0	18.493	6,2	37.107	6,1	6.687	6,1	5.834	5,6	12.521	5,9	24.301	6,0	25.327	6,1	49.628	6,1
60 - 69	9.745	3,3	11.361	3,6	21.106	3,5	3.909	3,6	3.162	3,1	7.071	3,3	13.654	3,4	14.523	3,5	28.177	3,4
70 e mais	4.522	1,5	6.082	1,9	10.604	1,8	1.890	1,7	1.552	1,5	3.442	1,6	6.412	1,6	7.634	1,8	14.046	1,7
Idade Ignorada	563	0,2	577	0,2	1.140	0,2	190	0,2	179	0,2	369	0,2	753	0,2	756	0,2	1.509	0,2
TOTAL	294.286	100,0	314.740	100,0	609.026	100,0	109.211	100,0	102.996	100,0	212.207	100,0	403.497	100,0	417.736	100,0	821.233	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

TABELA A.4 - POPULAÇÃO TOTAL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	LOCAL DE RESIDÊNCIA																	
	CURITIBA						OUTROS MUNICÍPIOS						TOTAL RMC					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL		HOMENS		MULHERES		TOTAL		HOMENS		MULHERES		TOTAL	
Atê 9	92.216	23,0	84.331	19,6	176.547	21,2	20.997	28,2	21.034	28,7	42.031	28,4	113.213	23,8	105.365	20,9	218.578	22,3
10 - 19	95.470	23,8	101.977	23,7	197.447	23,7	18.154	24,4	17.564	23,9	35.718	24,2	113.624	23,9	119.541	23,7	233.165	23,8
20 - 29	73.256	18,3	83.235	19,3	156.491	18,8	12.447	16,8	12.245	16,7	24.692	16,7	85.703	18,0	95.480	18,9	181.183	18,5
30 - 39	49.533	12,3	56.175	13,0	105.708	12,7	9.028	12,1	8.800	12,0	17.828	12,1	58.561	12,3	64.975	12,9	123.536	12,6
40 - 49	39.587	9,9	45.648	10,6	85.235	10,3	6.386	8,6	6.155	8,4	12.541	8,5	45.973	9,7	51.803	10,3	97.776	10,0
50 - 59	27.498	6,9	31.177	7,2	58.675	7,1	3.597	4,9	3.613	4,9	7.210	4,9	31.095	6,6	34.790	6,9	65.885	6,7
60 - 69	15.738	3,9	16.668	3,9	32.406	3,9	2.433	3,3	2.333	3,2	4.766	3,2	18.171	3,8	19.001	3,8	37.172	3,8
70 e mais	7.685	1,9	11.606	2,7	19.291	2,3	988	1,3	1.023	1,4	2.011	1,4	8.673	1,8	12.629	2,5	21.302	2,2
Idade Ignorada	-	-	-	-	-	-	327	0,4	576	0,8	903	0,6	327	0,1	576	0,1	903	0,1
TOTAL	400.983	100,0	430.817	100,0	831.800	100,0	74.357	100,0	73.343	100,0	147.700	100,0	475.340	100,0	504.160	100,0	979.500	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.5 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976.- (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO TOTAL								
	Homens			Mulheres			T O T A L		
	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total
Até 9	28.316	84.897	113.213	24.879	80.486	105.365	53.195	165.383	218.578
	25,0 10,9	75,0 39,2	100,0 23,8	23,6 8,9	76,4 35,7	100,0 20,9	24,3 9,9	75,7 37,4	100,0 22,3
10 - 19	49.567	64.057	113.624	53.863	65.678	119.541	103.430	129.735	233.165
	43,6 19,1	56,4 29,6	100,0 23,9	45,1 19,3	54,9 29,2	100,0 23,7	44,4 19,2	55,6 29,4	100,0 23,8
20 - 29	56.454	29.249	85.703	64.640	30.840	95.480	121.094	60.089	181.183
	65,9 21,8	34,1 13,5	100,0 18,0	67,7 23,2	32,3 13,7	100,0 18,9	66,8 22,5	33,2 13,5	100,0 18,5
30 - 39	45.783	12.778	58.561	50.362	14.613	64.975	96.145	27.391	123.536
	78,2 17,7	81,8 5,9	100,0 12,3	77,5 18,1	22,5 6,5	100,0 12,9	77,8 17,9	22,2 6,2	100,0 12,6
40 - 49	36.868	9.105	45.973	38.958	12.845	51.803	75.826	21.950	97.776
	80,2 14,2	19,8 4,3	100,0 9,7	75,2 14,0	24,8 5,7	100,0 10,3	77,6 14,1	22,4 5,0	100,0 10,0
50 - 59	22.304	8.791	31.095	24.783	10.007	34.790	47.087	18.798	65.885
	71,7 3,6	28,3 4,1	100,0 6,5	71,2 8,9	28,8 4,4	100,0 6,9	71,5 8,7	28,5 4,3	100,0 6,7
60 - 69	13.801	4.370	18.171	12.936	6.065	19.001	26.737	10.435	37.172
	75,9 5,3	24,1 2,0	100,0 3,8	68,1 4,6	31,9 2,7	100,0 3,7	71,9 5,1	28,1 2,4	100,0 3,8
70 e mais	5.847	2.826	8.673	8.450	4.179	12.629	14.297	7.005	21.302
	67,4 2,3	32,6 1,3	100,0 1,8	66,9 3,0	33,1 1,9	100,0 2,5	67,1 2,6	32,9 1,6	100,0 2,2
Idade ignorada	89	238	327	94	482	576	183	720	903
	27,2 0,1	72,8 0,1	100,0 0,1	16,3 0,0	83,7 0,2	100,0 0,1	20,3 0,0	79,7 0,2	100,0 0,1
TOTAL	259.029	216.311	475.340	278.965	225.195	504.160	537.994	441.506	979.500
	54,5	45,5	100,0	55,3	44,7	100,0	54,9	45,1	100,0

TABELA A:6 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1976. - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO TOTAL																	
	Homens			Mulheres			TOTAL											
	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total									
Até 9	19.448	21,1	72.768	78,9	92.216	100,0	15.369	18,2	68.962	81,8	84.331	100,0	34.817	19,7	141.730	80,3	176.547	100,0
		9,0		39,1		23,0		6,5		35,3		19,6		7,7		37,1		21,2
10 - 19	39.074	40,9	56.396	59,1	95.470	100,0	43.289	42,4	58.688	57,6	101.977	100,0	82.363	41,7	115.084	58,3	197.447	100,0
		18,2		30,3		23,8		18,4		29,9		23,7		18,3		30,1		23,7
20 - 29	47.729	65,2	25.527	34,8	73.256	100,0	55.994	67,3	27.241	32,7	83.235	100,0	103.723	66,3	52.768	33,7	156.491	100,0
		22,2		13,7		18,3		23,9		13,9		19,3		23,1		13,8		18,8
30 - 39	38.810	78,4	10.723	21,6	49.533	100,0	43.894	78,1	12.281	21,9	56.175	100,0	82.704	78,2	23.004	21,8	105.708	100,0
		18,1		5,8		12,3		18,7		6,2		13,0		13,4		6,0		12,7
40 - 49	32.246	81,5	7.341	18,5	39.587	100,0	34.608	75,8	11.040	24,2	45.648	100,0	66.854	78,4	18.381	21,6	85.235	100,0
		15,0		3,9		9,9		14,7		5,6		10,6		14,9		4,8		10,2
50 - 59	20.060	73,0	7.438	27,0	27.498	100,0	22.338	71,6	8.839	28,4	31.177	100,0	42.398	72,3	16.277	27,7	58.675	100,0
		9,3		4,0		6,8		9,5		4,5		7,2		9,4		4,3		7,1
60 - 69	12.171	77,3	3.567	22,7	15.738	100,0	11.381	68,3	5.287	31,7	16.668	100,0	23.552	72,7	8.854	27,3	32.406	100,0
		5,7		1,9		3,9		4,9		2,7		3,9		5,2		2,3		3,9
70 e mais	5.211	68,3	2.423	31,7	7.634	100,0	7.718	66,8	3.832	33,2	11.550	100,0	12.929	67,4	6.255	32,6	19.184	100,0
		2,4		1,3		1,9		3,3		1,9		2,7		2,9		1,6		2,3
Idade ignorada	51	100,0	-	-	51	100,0	56	100,0	-	-	56	100,0	107	100,0	-	-	107	100,0
		0,0				0,0		0,0				0,0		0,0				0,0
TOTAL	214.800	53,6	186.183	46,4	400.983	100,0	234.647	54,5	196.170	45,5	430.817	100,0	449.447	54,0	382.353	46,0	831.800	100,0

TABELA A.7 - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO, NATURAIS E MIGRANTES SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO TOTAL																	
	Homens			Mulheres			Total											
	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total	Migrantes	Naturais	Total									
Até 9	8.868	42,2	12.129	57,8	20.997	100,0	9.510	45,2	11.524	54,8	21.034	100,0	18.378	43,7	23.653	56,3	42.031	28,5
		20,0		40,2		28,2		21,5		39,7		28,7		20,8		40,0		
10 - 19	10.493	57,8	7.661	42,2	18.154	100,0	10.574	60,2	6.990	39,8	17.564	100,0	21.067	59,0	14.651	41,0	35.718	24,2
		23,7		25,4		24,4		23,9		24,1		23,9		23,8		24,8		
20 - 29	8.725	70,1	3.722	29,9	12.447	100,0	8.646	70,6	3.599	29,4	12.245	100,0	17.371	70,4	7.321	29,6	24.692	16,7
		19,7		12,3		16,7		19,5		12,4		16,7		19,6		12,4		
30 - 39	6.973	77,2	2.055	22,8	9.028	100,0	6.468	73,5	2.332	26,5	8.800	100,0	13.441	75,4	4.387	24,6	17.828	12,1
		15,8		6,8		12,1		14,6		8,0		12,0		15,2		7,4		
40 - 49	4.622	72,4	1.764	27,6	6.386	100,0	4.350	70,7	1.805	29,3	6.155	100,0	8.972	71,5	3.569	28,5	12.541	8,5
		10,5		5,9		8,6		9,8		6,2		8,4		10,1		6,0		
50 - 59	2.244	62,4	1.353	37,6	3.597	100,0	2.445	67,7	1.168	32,3	3.613	100,0	4.689	65,0	2.521	35,0	7.210	4,9
		5,1		4,5		4,8		5,5		4,0		4,9		5,3		4,2		
60 - 69	1.630	67,0	803	33,0	2.433	100,0	1.555	66,6	788	33,3	2.333	100,0	3.185	66,8	1.581	33,2	4.766	3,2
		3,7		2,7		3,3		3,5		2,7		3,2		3,6		2,7		
70 e mais	636	64,4	352	35,6	988	100,0	732	71,6	291	28,4	1.023	100,0	1.368	63,0	643	32,0	2.011	1,4
		1,4		1,2		1,3		1,7		1,0		1,4		1,5		1,1		
Idade ignorada	38	11,6	289	38,4	327	100,0	38	6,6	538	93,4	576	100,0	76	8,4	827	91,6	903	0,5
		0,1		1,0		0,4		0,1		1,8		0,8		0,1		1,4		
TOTAL	44.229	59,5	30.128	40,5	74.357	100,0	44.318	60,4	29.025	39,6	73.343	100,0	88.547	60,0	59.153	40,0	147.700	100,0

FONTE: IPARDES Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.8 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO A REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

REGIÃO DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO MIGRANTE																	
	CURITIBA					OUTROS MUNICÍPIOS					TOTAL DA RMC							
	Homens		Mulheres		TOTAL	Homens		Mulheres		TOTAL	Homens		Mulheres		TOTAL			
Região I (RO,AC,AM,RR,PA,AP)	325	0,2	295	0,2	620	0,2	43	0,2	18	0,1	61	0,1	368	0,2	313	0,2	681	0,2
Região II (MA,PI)	241	0,2	170	0,1	411	0,1	11	0,0	8	0,0	19	0,0	252	0,1	178	0,1	430	0,1
Região III (CE,RN,PB,PE,AL,FN)	2.629	1,9	1.888	1,3	4.517	1,6	455	1,7	247	1,0	702	1,4	3.084	1,9	2.135	1,2	5.219	1,5
Região IV (SE,BA)	1.709	1,2	1.142	0,8	2.851	1,0	318	1,2	193	0,8	511	1,0	2.027	1,2	1.335	0,8	3.362	1,0
Região V (MG, ES)	4.321	3,2	4.108	2,8	8.429	2,9	1.025	3,7	743	3,0	1.768	3,4	5.346	3,3	4.851	2,8	10.197	3,0
Região VI (RJ,GB)	2.252	1,6	2.214	1,5	4.466	1,6	167	0,6	104	0,4	271	0,5	2.419	1,5	2.318	1,3	4.737	1,4
Região VII (SP)	11.402	8,3	11.049	7,4	22.451	7,9	1.433	5,2	1.221	5,0	2.654	5,1	12.835	7,8	12.270	7,1	25.105	7,4
Região VIII (PR)	68.695	50,2	76.730	51,7	145.425	51,0	17.771	65,1	16.514	67,4	34.285	66,2	86.466	52,6	93.244	53,9	179.710	53,3
Região IX (SC,RS)	36.567	26,7	43.047	29,0	79.614	27,9	5.183	19,0	4.820	19,7	10.003	19,3	41.750	25,4	47.867	27,7	89.617	26,6
Região X (MT,GO,DF)	768	0,6	745	0,5	1.513	0,5	52	0,2	57	0,2	109	0,2	820	0,5	802	0,5	1.622	0,5
Brasileiros Naturalizados	2.026	1,5	1.370	0,9	3.396	1,2	229	0,8	110	0,4	339	0,7	2.255	1,5	1.480	0,9	3.735	1,1
Outro País	6.016	4,4	5.650	3,8	11.666	4,1	628	2,3	479	2,0	1.107	2,1	6.644	4,0	6.129	3,5	12.773	3,8
TOTAL	136.951	100,0	148.408	100,0	285.359	100,0	27.315	100,0	24.514	100,0	51.829	100,0	164.266	100,0	172.922	100,0	337.188	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

TABELA A.9 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO REGIÃO DE NASCIMENTO - RMC - 1976
(ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

REGIÃO DE NASCIMENTO	POPULAÇÃO MIGRANTE									
	Curitiba		Outros Municípios		RMC					
					Homens		Mulheres		Total	
Região I (RO,AC,AM,RR,PA,AP)	674	0,2	22	0,0	420	0,2	276	0,1	696	0,1
Região II (MA,PI)	350	0,1	65	0,1	321	0,1	94	0,0	415	0,1
Região III (CE,RN, PB, PE,AL, FN)	7.207	1,6	1.673	1,9	5.290	2,0	3.590	1,3	8.880	1,6
Região IV (SE,BA)	3.401	0,8	1.290	1,5	2.209	0,8	2.482	0,9	4.691	0,9
Região V (MG,ES)	14.851	3,3	3.842	4,3	9.630	3,7	9.063	3,2	18.693	3,5
Região VI (RJ,GB)	6.516	1,5	632	0,7	3.936	1,5	3.212	1,2	7.148	1,3
Região VII (SP)	37.847	8,4	4.085	4,6	21.069	8,1	20.863	7,5	41.932	7,8
Região VIII (PR)	245.141	54,5	63.249	71,4	145.067	56,0	163.323	58,5	308.390	57,3
Região IX (SC,RS)	110.310	24,5	12.468	14,1	58.199	22,5	64.579	23,1	122.778	22,8
Região X (MT,GO,DF)	2.818	0,6	198	0,2	1.710	0,7	1.306	0,5	3.016	0,6
Outro País	19.862	4,4	973	1,1	10.893	4,3	9.942	3,6	20.835	3,9
NS-NR	470	0,1	50	0,1	285	0,1	235	0,1	520	0,1
TOTAL	449.447	100,0	88.547	100,0	259.029	100,0	278.965	100,0	537.994	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.10 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU- RMC - 1970.
(ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	POPULAÇÃO MIGRANTE					
	Curitiba		Outros municípios		RMC	
	Absolutos-	%	Absolutos	%	Absolutos	%
REGIÃO I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	351	0,1	29	0,1	380	0,1
REGIÃO II (MA, PI)	211	0,1	22	0,0	233	0,1
REGIÃO III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	2.304	0,8	233	0,4	2.537	0,7
REGIÃO IV (SE, BA)	1.355	0,5	166	0,3	1.521	0,4
REGIÃO V (MG, ES)	4.506	1,6	728	1,4	5.234	1,6
REGIÃO VI (RJ, GB)	5.553	1,9	193	0,4	5.746	1,7
REGIÃO VII (SP)	19.699	6,9	1.922	3,7	21.621	6,4
REGIÃO VIII (PR)	166.070	58,2	40.611	78,4	206.681	61,3
REGIÃO IX (SC, RS)	74.849	26,2	7.002	13,5	81.851	24,3
REGIÃO X (MT, GO, DF)	1.646	0,6	34	0,1	1.680	0,5
Outro país	8.811	3,1	879	1,7	9.690	2,9
T O T A L	285.355	100,0	51.819	100,0	337.174	100,0

TABELA A.II - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LUGAR DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976.
(ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	POPULAÇÃO MIGRANTE					
	Curitiba		Outros Municípios		RMC	
	Absolutos	%	Absolutos	%	Absolutos	%
REGIÃO I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	1.347	0,3	26	0,0	1.373	0,3
REGIÃO II (MA, PI)	1.398	0,3	102	0,1	1.500	0,3
REGIÃO III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	2.194	0,5	182	0,2	2.376	0,4
REGIÃO IV (SE, BA)	458	0,1	16	0,0	474	0,1
REGIÃO (MG, ES)	5.544	1,2	164	0,2	5.708	1,1
REGIÃO VI (RJ, GB)	10.216	2,3	659	0,7	10.875	2,0
REGIÃO VII (SP)	31.285	7,0	2.536	2,9	33.821	6,3
REGIÃO VIII (PR)	281.469	62,6	76.807	86,8	358.276	66,6
REGIÃO IX (SC, RS)	102.364	22,8	7.611	8,6	109.975	20,4
REGIÃO X (MT, GO, DF)	4.146	0,9	171	0,2	4.317	0,8
Outro país	9.026	2,0	273	0,3	9.299	1,7
TOTAL	449.447	100,0	88.547	100,0	537.994	100,0

TABELA A.12 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR REGIÃO DE NASCIMENTO, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976.- (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

Ultimo Lugar Onde Morou	POPULAÇÃO MIGRANTE												Outro País	TOTAL												
	NS-N.R	REGIÃO I (RO, AC (AM, RR, PA, AP))		REGIÃO II (MA, AP)		REGIÃO III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)		REGIÃO IV (SE, BA)		REGIÃO V (MG, ES)		REGIÃO VI (RJ, GB)			REGIÃO VII (SP)		REGIÃO VIII (PR)		REGIÃO IX (SC, RS)		REGIÃO X (MT, GO, DF)					
REGIÃO I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	-	488	35,5 70,1	-	-	-	-	-	229	16,7 1,2	-	-	150	10,9 0,0	506	36,9 0,4	-	-	-	-	1.373	0,3				
REGIÃO II (MA, PI)	-	-	-	257	17,1 61,9	1.162	17,1 13,1	-	-	15	1,0 0,1	-	66	4,4 0,2	-	-	-	-	-	-	1.500	0,3				
REGIÃO III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	-	-	-	12	0,5 2,9	1.627	68,5 18,3	16	0,7 0,3	-	-	14	0,6 0,2	99	4,2 0,2	514	21,6 0,2	94	3,9 0,1	-	-	2.376	0,4			
REGIÃO (SE, BA)	-	-	-	-	-	-	-	442	93,2 9,4	-	-	-	-	-	32	6,8 0,0	-	-	-	-	474	0,1				
REGIÃO V (MG, ES)	-	-	-	89	1,6 21,5	114	2,0 1,3	13	0,2 0,3	2.917	51,1 15,7	295	5,2 4,1	117	2,0 0,3	530	9,3 0,2	1.142	2,0 0,9	30	0,5 1,0	461	8,1 2,2	5.708	1,1	
REGIÃO VI (RJ, GB)	22	0,2 4,3	39	0,8 12,8	42	0,4 10,1	370	3,4 4,2	456	4,2 9,7	316	5,7 3,3	3.889	35,7 54,4	280	2,6 0,7	2.554	23,5 0,8	1.332	12,2 1,2	203	1,9 6,7	1.022	9,4 4,9	10.875	2,0
REGIÃO VII (SP)	307	0,9 59,0	-	-	-	428	1,3 4,8	267	0,8 5,7	1.230	3,6 6,6	544	1,6 7,6	18.053	53,4 43,0	7.199	21,3 2,3	2.248	6,6 1,8	730	2,1 24,2	2.815	8,3 13,6	33.821	6,3	
REGIÃO VIII (PR)	191	0,0 36,7	69	0,0 9,9	15	0,0 3,6	4.780	1,3 53,8	3.264	0,9 69,6	13.165	3,7 70,4	1.427	0,4 20,0	21.365	6,0 50,9	282.969	79,0 91,8	23.867	6,7 19,4	458	0,1 15,2	6.706	1,9 32,2	358.276	66,6
REGIÃO IX (SC, RS)	-	-	50	0,0 7,2	-	-	152	0,1 1,7	94	0,1 2,0	323	0,3 1,7	878	0,8 12,3	1.704	1,5 4,1	12.020	10,9 3,9	93.100	84,7 75,8	-	-	1.654	1,5 7,9	109.975	20,4
REGIÃO X (MT, GO, DF)	-	-	-	-	-	247	5,7 2,8	139	3,2 3,0	158	3,7 0,8	12	0,3 0,2	213	4,9 0,5	1.635	37,9 0,5	249	5,8 50,2	1.595	36,9 52,9	69	1,6 0,3	4.317	0,8	
Outro País	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	0,4 0,2	89	0,9 1,2	35	0,4 0,1	787	8,5 0,3	240	2,6 0,2	-	-	8.108	87,2 38,9	9.299	1,7	
TOTAL	520	0,1	696	0,1	415	0,1	8.880	1,7	4.691	0,9	18.693	3,5	7.148	1,3	41.932	7,8	308.390	57,2	122.778	22,8	3.016	0,6	20.835	3,9	537.994	00,0

TABELA A.13 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 - (ABSOLUTOS)

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	LOCAL DE RESIDÊNCIA											
	CURITIBA				Outros Municípios				RMC			
	Proced. Urbana	Proced. Rural	S/decl. de proc.	Total	Proced. Urbana	Proced. Rural	S/decl. de proc.	Total	Proced. Urbana	Proced. Rural	S/decl. de proc.	Total
Região I (RO,AC, AM,RR,PA,AP)	1.259	89	-	1.347	22	4	-	26	1.280	93	--	1.373
Região II (MA,PI)	1.309	89	-	1.398	22	79	11	102	1.331	168	11	1.500
Região III (CE, RN,PB,PE,AL,FN)	1.941	253	-	2.194	175	4	3	182	2.116	257	3	2.376
Região IV (SE,BA)	179	279	-	458	16	-	-	16	195	279	-	474
Região V (MG,ES)	4.520	1.022	2	5.544	115	49	-	164	4.635	1.071	2	5.708
Região VI (RJ,GB)	10.180	36	-	10.216	569	89	1	659	10.749	125	1	10.875
Região VII (SP)	28.921	2.263	101	31.285	2.306	230	-	2.536	31.227	2.493	101	33.821
Região VIII (PR)	183.218	91.572	6.679	281.469	21.637	19.336	35.834	76.807	204.855	110.908	42.513	358.276
Região IX (SC,RS)	79.457	22.907	-	102.364	4.689	2.735	187	7.611	84.146	25.642	187	109.975
Região X (MT,GO, DF)	3.898	248	-	4.146	32	139	-	171	3.930	387	-	4.317
Outro País	8.194	795	37	9.026	212	45	16	273	8.406	840	53	9.299
TOTAL	323.075	119.553	6.819	449.447	29.795	22.710	36.042	88.547	352.870	142.263	42.861	537.994

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.14 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 - PERCENTUAIS

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	LOCAL DE RESIDÊNCIA								
	CURITIBA (1)			OUTROS MUNICÍPIOS (2)			RMC (3)		
	Proced. Urbana	Proced. Rural	Total	Proced. Urbana	Proced. Rural	Total	Proced. Urbana	Proced. Rural	Total
REGIÃO I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	0,4	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,4	0,1	0,3
REGIÃO II (MA, PI)	0,4	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,4	0,1	0,3
REGIÃO III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	0,6	0,2	0,5	0,6	0,4	0,2	0,6	0,2	0,4
REGIÃO IV (SE, BA)	0,1	0,2	0,1	0,0	-	0,0	0,1	0,2	0,1
REGIÃO V (MG, ES)	1,4	0,8	1,2	0,4	0,1	0,2	1,3	0,7	1,1
REGIÃO VI (RJ, GB)	3,2	0,0	2,3	1,9	0,4	0,7	3,0	0,1	2,0
REGIÃO VII (SP)	8,9	1,9	7,0	7,8	1,0	2,9	8,8	1,7	6,3
REGIÃO VIII (PR)	56,7	76,6	62,6	72,6	85,1	86,7	58,1	78,0	66,6
REGIÃO IX (SC, RS)	24,6	19,1	22,8	15,7	12,0	8,7	23,8	18,0	20,4
REGIÃO X (MT, GO, DF)	1,2	0,2	0,9	0,1	0,6	0,2	1,1	0,3	0,8
Outro País	2,5	0,7	2,0	0,7	0,1	0,3	2,4	0,6	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 - Estão excluídas 6.819 que não declararam procedência

2 - Estão excluídas 36.042 que não declararam procedência

3 - Estão excluídas 42.861 que não declararam procedência

FONTE: Tabela A.13

TABELA A.15 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL - RMC -
1970 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO		MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA											
		Menos de 1 ano		De 1 a 2 anos		De 3 a 5 anos		De 6 a 10 anos		11 anos e mais		TOTAL	
Curitiba	H	15.909	11,6	28.422	20,8	13.775	10,1	24.244	17,7	54.601	39,8	136.951	100,0
	M	17.936	12,1	30.785	20,7	14.787	10,0	25.676	17,3	59.224	39,9	148.408	100,0
	T	33.845	11,9	59.207	20,7	28.562	10,0	49.920	17,5	113.825	39,9	285.359	100,0
Outros Municípios	H	6.064	22,2	8.091	29,6	2.949	10,8	3.716	13,6	6.495	23,8	27.315	100,0
	M	5.491	22,4	7.207	29,4	2.878	11,7	3.417	13,9	5.521	22,5	24.514	100,0
	T	11.555	22,3	15.298	29,5	5.827	11,2	7.133	13,8	12.016	23,2	51.829	100,0
RMC	H	21.973	13,4	36.513	22,2	16.724	10,2	27.960	17,0	61.096	37,2	164.266	100,0
	M	23.427	13,5	37.992	22,0	17.665	10,2	29.093	16,8	64.745	37,4	172.922	100,0
	T	45.400	13,5	74.505	22,1	34.389	10,2	57.053	16,9	125.841	37,3	337.188	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970

TABELA A.16 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SEXO E LUGAR DE RESIDÊNCIA ATUAL - RMC - 1976. (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

LUGAR DE RESIDÊNCIA E SEXO	MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA													
	NS - NR	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	11 anos e mais	TOTAL							
Curitiba	H	1.388	0,6	23.020	10,7	28.052	13,1	27.687	12,9	52.116	24,3	82.537	38,4	214.800
	M	1.699	0,7	23.615	10,1	27.510	11,7	36.098	15,4	49.474	21,1	96.251	41,0	234.647
	T	3.087	0,7	46.635	10,4	55.562	12,4	63.785	14,2	101.590	22,6	178.788	39,8	449.447
Outros Municípios	H	1.088	2,5	8.073	18,2	10.825	24,5	9.421	21,3	8.043	18,2	6.779	15,3	44.229
	M	1.507	3,4	7.750	17,5	10.559	23,8	9.094	20,5	7.909	17,8	7.499	16,9	44.318
	T	2.595	2,9	15.823	17,9	21.384	24,1	18.515	20,9	15.952	18,0	14.278	16,1	88.547
RMC	H	2.476	1,0	31.093	12,0	38.877	15,0	37.108	14,3	60.159	23,2	89.316	34,5	259.029
	M	3.206	1,1	31.365	11,2	38.069	13,6	45.192	16,2	57.383	20,6	103.750	37,2	278.965
	T	5.682	1,1	62.458	11,6	76.946	14,3	82.300	15,3	117.542	21,8	193.066	35,9	537.994

TABELA A.17 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU - RMC - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

ÚLTIMO LUGAR ONDE MOROU	MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA											TOTAL		
	NS - NR	Ménos de 1 ano	De 1 a 2 anos	de 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	11 anos e mais								
PARANÁ	3.914	1,1 68,9	46.071	12,8 73,8	14.068	12,3 57,3	67.966	19,0 82,6	79.897	22,3 68,0	116.360	32,5 60,3	358.276	100,0 66,6
Santa Catarina e Rio Grande do Sul	606	0,6 10,7	9.549	8,7 15,3	15.875	14,4 20,6	8.522	7,7 10,3	26.559	24,2 22,6	48.864	44,4 25,3	109.975	100,0 20,4
SÃO Paulo	-		4.463	13,2 7,1	8.289	24,5 10,8	3.052	9,0 3,7	5.728	16,9 4,9	12.289	36,3 6,4	33.821	100,0 6,3
Outras Regiões	1.162	3,2 20,4	2.375	6,6 3,8	8.714	24,2 11,3	2.760	7,7 3,4	5.358	14,9 4,5	15.553	43,3 8,0	35.922	100,0 6,7
TOTAL	5.682	1,1 100,0	62.458	11,6 100,0	76.946	14,3 100,0	82.300	15,3 100,0	117.542	21,8 100,0	193.066	35,9 100,0	537.994	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.18 - POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR - 1976 - RMC (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR	MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA										
	NS - NR	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 10 anos	11 anos e mais	TOTAL				
Procedência Rural	738 0,5 13,0	17.545 12,3 28,1	30.842 21,7 40,1	15.891 11,2 19,3	35.113 24,7 29,9	42.134 29,6 21,8	142.263 26,4				
Procedência Urbana	2.586 0,7 45,5	37.335 10,6 59,8	46.104 13,1 59,9	53.244 15,1 64,7	78.445 22,2 66,7	135.156 38,3 70,0	352.870 65,6				
Sem Declaração de Procedência	2.358 5,5 41,5	7.578 17,7 12,1	-	13.165 30,7 16,0	3.984 9,3 3,4	15.776 36,8 8,1	42.861 8,0				
T O T A L	5.682 1,1	62.458 11,6	76.946 14,3	82.300 15,3	117.542 21,8	193.066 35,9	537.994 100,0				

FONTE: IPARDES-Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.19 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - RMC - 1976 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA							
	NATURAIS		MIGRANTES		NS-NR		TOTAL	
Afazeres Domésticos	40.261	26,0 14,6	114.636	74,0 23,6	83	0,0 18,5	154.980	100,0 20,4
Estudantes	94.944	64,5 34,5	52.156	35,5 10,8	16	0,0 3,5	147.116	100,0 19,3
Aposentado ou Reformado	9.107	31,1 3,3	20.200	68,9 4,2	-	-	29.307	100,0 3,9
Vive de Rendas	1.622	29,1 0,6	3.953	70,9 0,8	-	-	5.575	100,0 0,7
Doente ou Inválido	1.356	26,3 0,5	3.782	73,4 0,8	12	0,2 2,7	5.150	100,0 0,7
Sem Ocupação	18.033	39,4 6,6	27.743	60,5 5,7	62	0,1 13,8	45.838	100,0 6,0
Sub-Total Inativos	165.323	42,6 60,1	222.470	57,3 45,9	173	0,1 38,5	387.966	100,0 51,0
Sub-Total População Economicamente Ativa	108.836	29,3 39,6	261.836	70,6 54,0	276	0,1 61,5	370.948	100,0 48,8
NS - NR	754	70,1 0,3	322	30,9 0,1	-	-	1.076	100,0 0,2
Total População Em Idade Ativa	274.913	36,2 100,0	484.628	63,8 100,0	449	0,0 100,0	759.990	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.20 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976. (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA											
	NS - NR			NATURAIS			MIGRANTES			T O T A L		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 - 14	16 0,4 28,6	-	16 0,2 5,8	1.899 47,1 2,7	1.307 33,6 3,4	3.206 40,5 2,9	2.116 52,5 1,2	2.585 66,4 3,1	4.701 59,3 1,8	4.031 100,0 1,6	3.892 100,0 3,2	7.923 100,0 2,1
15 - 19	16 0,1 28,6	120 0,5 54,6	136 0,2 49,3	13.239 39,9 18,8	9.329 41,8 24,3	22.568 40,7 20,7	19.882 60,0 11,1	12.875 57,7 15,6	32.757 59,1 12,5	33.137 100,0 13,3	22.324 100,0 18,5	55.461 100,0 15,0
20 - 29	12 0,0 21,4	57 0,1 25,9	69 0,1 25,0	25.143 32,1 35,7	15.569 36,8 40,6	40.712 33,8 37,4	53.091 67,9 29,6	26.661 63,1 32,3	79.752 66,1 30,5	78.246 100,0 31,3	42.287 100,0 35,0	120.533 100,0 32,5
30 - 39	12 0,0 21,4	22 0,1 10,0	34 0,1 12,3	12.658 21,2 14,4	5.508 21,2 14,4	18.166 21,8 16,7	44.521 77,9 24,8	20.482 78,7 24,8	65.003 78,1 24,8	57.191 100,0 22,9	26.012 100,0 21,5	83.203 100,0 22,4
40 - 49	-	21 0,1 9,5	21 0,0 7,6	8.690 20,2 12,3	3.456 20,8 9,0	12.146 20,4 11,2	34.279 79,8 19,1	13.149 79,1 16,0	47.428 79,6 18,1	42.969 100,0 17,2	16.626 100,0 13,7	59.595 100,0 16,1
50 - 59	-	-	-	6.407 26,3 7,3	2.793 36,6 7,3	9.200 28,8 8,5	17.912 73,7 10,0	4.841 63,4 5,9	22.753 71,2 8,7	24.319 100,0 9,7	7.634 100,0 6,3	31.953 100,0 8,6
60 - 69	-	-	-	2.066 23,4 2,9	343 20,0 0,9	2.409 22,8 2,2	6.771 76,6 3,8	1.375 80,0 1,7	8.146 77,2 3,1	8.837 100,0 3,5	1.718 100,0 1,4	10.555 100,0 2,8
70 e +	-	-	-	423 33,2 0,6	28 5,6 0,1	451 25,5 0,4	852 66,8 0,4	468 94,4 0,6	1.320 74,5 0,5	1.275 100,0 0,5	496 100,0 0,4	1.771 100,0 0,5
TOTAL	56 0,0 100,0	220 0,2 100,0	276 0,1 100,0	70.525 28,2 100,0	38.333 31,7 100,0	108.858 29,3 100,0	179.424 71,8 100,0	82.436 68,1 100,0	261.860 70,6 100,0	250.005 100,0 100,0	120.989 100,0 100,0	370.994 100,0 100,0

TABELA A.21 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA											
	NS - NR			NATURAIS			MIGRANTES			T O T A L		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 - 14	100,0	-	100,0	59,2	40,8	100,0	45,0	55,0	100,0	50,9	49,1	100,0
15 - 19	11,8	88,2	100,0	58,7	41,3	100,0	60,7	39,3	100,0	59,8	40,2	100,0
20 - 29	17,4	82,6	100,0	61,8	38,2	100,0	66,6	33,4	100,0	64,9	35,1	100,0
30 - 39	35,3	64,7	100,0	70,0	30,0	100,0	68,5	31,5	100,0	68,7	31,3	100,0
40 - 49	-	100,0	100,0	71,6	28,4	100,0	72,3	27,7	100,0	72,1	27,9	100,0
50 - 59	-	-	-	69,6	30,4	100,0	78,7	21,3	100,0	76,1	23,9	100,0
60 - 69	-	-	-	85,8	14,2	100,0	83,1	16,9	100,0	83,7	16,3	100,0
70 e +	-	-	-	93,8	6,2	100,0	64,6	35,4	100,0	72,0	28,0	100,0
TOTAL	20,3	79,7	100,0	64,8	35,2	100,0	68,5	31,5	100,0	67,4	32,6	100,0

TABELA A.22 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - RMC - 1976 (PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA								
	NATURAIS			MIGRANTES			T O T A L		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
10-- 19	23,6	16,2	19,9	44,4	28,7	36,2	32,7	21,8	27,2
20 - 29	86,0	50,5	67,8	94,0	41,2	65,9	91,3	44,2	66,7
30 - 39	99,1	37,7	66,3	97,2	40,7	67,6	97,3	40,0	67,4
40 e mais	70,1	20,0	41,6	75,9	23,3	48,6	74,5	22,4	28,0
T O T A L	53,7	26,5	39,4	77,9	32,4	54,0	69,1	30,3	37,9

TABELA A.23 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES - RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	PEA							
	Migrantes		NATURAIS		NS-NR		TOTAL	
Empregados	183.610	70,3 70,1	77.268	29,6 71,0	207	0,1 75,0	261.085	100,0 70,4
Autônomos	43.701	72,4 16,7	16.681	27,6 15,3	-	-	60.382	100,0 16,3
Empregadores	8.568	72,3 3,3	3.276	27,7 3,0	-	-	11.844	100,0 3,2
Membros não remunerados	3.777	63,1 1,4	2.208	36,9 2,0	-	-	5.985	100,0 1,6
Outro	13.313	70,7 5,1	5.464	29,0 5,0	57	0,3 20,7	18.834	100,0 5,1
NS/NR	8.888	69,1 3,4	3.959	30,8 3,6	12	0,1 4,3	12.859	100,0 3,4
TOTAL DA PEA	261.857	70,6 100,0	108.856	29,3 100,0	276	0,1 100,0	370.989	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC-1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.24 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - RMC - 1976 (ABSÓLUTOS E PERCENTUAIS)

RAMO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA							
	Migrantes		Naturais		NS - NR		TOTAL	
Atividades Industriais	38.811	72,7 14,8	14.590	27,3 13,4	12	0,0 4,3	53.413	100,0 14,4
Construção Civil	31.357	81,3 12,0	7.224	18,7 6,6	-	-	38.581	100,0 10,4
Comércio de Mercadorias	43.115	68,5 16,5	19.859	31,5 18,2	16	0,0 5,8	62.990	100,0 17,0
Prestação de Serviços	63.987	75,0 24,4	21.169	24,8 19,5	200	0,2 72,2	85.356	100,0 23,0
Transporte, Comunicação e Armazenagem	19.114	68,5 7,3	8.783	31,4 8,1	21	0,1 7,6	27.918	100,0 7,6
Atividades Sociais	16.570	65,9 6,3	8.577	34,1 7,9	-	-	25.147	100,0 6,8
Administração Pública	20.462	59,1 7,8	14.140	40,9 13,0	-	-	34.602	100,0 9,3
Profissionais Liberais	4.458	66,1 1,7	2.290	33,9 2,1	-	-	6.748	100,0 1,8
Outras Atividades	10.431	65,1 4,0	5.583	34,9 5,1	-	-	16.014	100,0 4,3
Setor Primário	3.899	60,7 1,5	2.527	39,3 2,3	-	-	6.426	100,0 1,7
NS - NR	9.653	70,0 3,7	4.115	29,8 3,8	28	0,2 10,1	13.796	100,0 3,7
TOTAL	261.857	70,6 100,0	108.857	29,3 100,0	277	0,1 100,0	370.991	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.25 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - RMC - 1976. (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

RENDA ¹	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA							
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR		T O T A L	
Até 1	14.026	31,0 12,9	31.149	68,8 11,9	87	0,2 31,4	45.262	100,0 12,2
1 a 2	29.814	28,8 27,4	73.678	71,2 28,1	12	0,0 4,3	103.504	100,0 27,9
2 a 3	13.866	27,4 12,7	36.789	72,6 14,0	-	-	50.655	100,0 13,7
3 a 4	6.916	30,3 6,3	15.878	69,7 6,1	-	-	22.794	100,0 6,2
4 a 5	8.225	29,5 7,6	19.641	70,5 7,5	-	-	27.866	100,0 7,5
5 a 8	10.206	28,9 9,4	25.159	71,1 9,6	-	-	35.365	100,0 9,5
8 a 10	3.290	25,9 3,0	9.414	74,1 3,6	-	-	12.704	100,0 3,4
10 a 15	4.440	27,8 4,1	11.526	72,2 4,4	-	-	15.966	100,0 4,3
15 e mais	4.819	32,7 4,4	9.937	67,3 3,8	-	-	14.756	100,0 4,0
Sem rendi- mentos	8.832	32,1 8,1	18.546	67,3 7,1	166	0,6 60,0	27.544	100,0 7,4
NS - NR	4.422	30,3 4,1	10.138	69,6 3,9	12	0,1 4,3	14.572	100,0 3,9
T O T A L	108.856	29,3 100,0	261.855	70,6 100,0	277	0,1 100,0	370.988	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978

NOTA 1 - Em salários mínimos aproximados.

TABELA A.26 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA -
1976 - 70 = 100

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA									
	NATURAIS			MIGRANTES			NS - NR	TOTAL		
	1970	1976	Taxa de crescim.	1970	1976	Taxa de Crescim.	1976	1970	1976	Taxa de Crescim.
Afazeres Domésticos	49.539	33.552	- 32,3	71.278	97.084	36,2	35	120.817	130.671	8,2
Estudantes	56.804	87.569	54,2	33.241	44.594	34,2	-	90.045	132.163	46,8
Outra Ocupação	15.140	25.370	67,6	19.193	46.502	142,3	74	34.333	71.946	109,6
Sub-Total População Inativa	121.483	146.491	20,6	123.712	188.180	52,1	109	245.195	334.780	36,5
PEA	79.749	93.331	17,0	132.357	226.226	70,9	201	212.106	319.758	50,8
NS - NR	-	547	-	-	104	-	-	-	651	-
TOTAL PIA	201.232	240.369	19,5	256.069	414.510	61,9	310	457.301	665.189	43,3

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970 - Tabulações Especiais
IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.27 -DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1970-1976 (PERCENTUAIS)

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA						
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR	TOTAL	
	1970	1976	1970	1976	1976	1970	1976
Afazeres Domésticos	24,6	14,0	27,8	23,4	11,3	26,4	19,9
Estudantes	28,3	36,4	13,0	10,8	-	19,7	20,2
Outra Ocupação	7,5	10,6	7,5	11,2	23,9	7,5	11,0
Sub-total População Inativa	60,4	61,0	48,3	45,4	35,2	53,6	51,1
Sub-total População Economicamente Ativa	39,6	38,8	51,7	54,6	64,3	46,4	48,8
NS - NR	-	0,2	-	0,0	-	-	0,1
Total População em Idade Ativa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 3.8

TABELA A.28 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1970-1976. (PERCENTUAIS)

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA						
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR	TOTAL	
	1970	1976	1970	1976	1976	1970	1976
Afazeres Domésticos	41,0	25,7	59,0	74,3	0,0	100,0	100,0
Estudantes	63,1	66,3	36,9	33,7	-	100,0	100,0
Outra Ocupação	44,1	35,3	55,9	64,6	0,1	100,0	100,0
Sub-total População Inativa	49,6	43,8	50,4	56,2	0,0	100,0	100,0
Sub-total População Economicamente Ativa	37,6	29,2	62,4	70,7	0,1	100,0	100,0
NS - NR	-	84,0	-	16,0	-	100,0	100,0
Total - População em idade Ativa	44,0	36,7	56,0	63,3	0,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 3.8.

TABELA A.29 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES; SEGUNDO OUTRA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

OUTRA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA							
	NS	NR	Naturais		Migrantes		TOTAL	
Aposentado ou reformado	-	-	7.959	30,6 3,3	18.055	69,4 4,4	26.014	100,0 4,0
Doente ou inválido	12	0,3 3,9	1.069	27,6 0,5	3.085	74,0 0,7	4.166	100,0 0,6
Sem Ocupação	62	0,2 20,0	14.846	40,5 6,2	21.726	59,3 5,2	36.634	100,0 5,6
Vive de Rendas	-	-	1.496	29,2 0,6	3.636	70,8 0,9	5.132	100,0 0,8
Sub-Total	74	0,1 23,9	25.370	35,3 10,6	46.502	64,6 11,2	71.946	100,0 11,0
Total - População em Idade Ativa	310	0,0 100,0	240.369	36,7 100,0	414.510	63,3 100,0	655.189	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.30 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA TOTAL POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA											
	HOMENS				MULHERES				TOTAL			
	1970		1976		1970		1976		1970	1976		
10 a 14	1.575	42,9 1,1	3.011	48,6 1,4	2.099	57,1 3,3	3.183	51,4 3,0	3.674	100,0 1,7	6.194	100,0 1,9
15 a 19	15.499	55,2 10,5	27.501	59,1 13,0	12.551	44,8 19,6	19.061	40,9 17,8	28.050	100,0 13,2	46.562	100,0 14,6
20 a 29	45.791	67,2 30,9	66.320	63,4 31,2	22.399	32,8 34,9	38.347	36,6 35,8	68.190	100,0 32,2	104.667	100,0 32,8
30 a 39	38.522	74,0 26,0	48.414	67,8 22,8	13.573	26,0 21,2	23.018	32,2 21,4	52.095	100,0 24,6	71.432	100,0 22,3
40 a 64	43.999	77,3 29,7	64.185	74,1 30,2	12.895	22,7 20,1	22.495	25,9 21,0	56.894	100,0 26,8	86.680	100,0 27,1
65 e mais	2.304	83,2 1,6	2.972	73,1 1,4	464	16,8 0,7	1.093	26,9 1,0	2.768	100,0 1,3	4.065	100,0 1,3
NS-NR	296	68,7 0,2	-	-	135	31,3 0,2	-	-	431	100,0 0,2	-	-
TOTAL	147.986	69,8 100,0	212.403	66,5 100,0	64.116	30,2 100,0	107.197	33,5 100,0	212.102	100,0 100,0	319.600	100,0 100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970 - Tabulações Especiais

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.31 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MIGRANTE. POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970-1976
(ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MIGRANTE											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	1970		1976		1970		1976		1970		1976	
10 a 14	754	38,3 0,8	1.498	41,7 1,0	1.214	61,7 3,0	2.097	58,3 2,9	1.968	100,0 1,5	3.595	100,0 1,6
15 a 19	7.982	52,0 8,7	16.262	60,0 10,6	7.356	48,0 18,2	10.862	40,0 14,8	15.338	100,0 11,6	27.124	100,0 12,0
20 a 29	28.040	66,1 30,5	44.628	64,9 29,2	14.389	33,9 35,6	24.123	35,1 32,9	42.429	100,0 32,1	68.751	100,0 30,4
30 a 39	25.196	74,0 27,4	37.762	67,2 24,7	8.859	26,0 21,9	18.451	32,8 25,1	34.055	100,0 25,7	56.213	100,0 24,8
40 a 64	28.366	77,4 30,9	50.222	74,9 32,8	8.293	22,6 20,5	16.877	25,1 23,0	36.659	100,0 27,7	67.099	100,0 29,7
65 e mais	1.507	85,8 1,6	2.528	73,0 1,7	249	14,2 0,6	937	27,0 1,3	1.756	100,0 1,3	3.465	100,0 1,5
NS - NR	97	63,8 0,1	-	-	55	36,2 0,2	-	-	152	100,0 0,1	-	-
TOTAL	91.942	69,5 100,0	152.900	67,6 100,0	40.415	30,5 100,0	73.347	32,4 100,0	132.357	100,0 100,0	226.247	100,0 100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970 - Tabulações Especiais

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.32 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NATURAL. POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - CURITIBA - 1970-1976.
(ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NATURAL											
	Homens				Mulheres				TOTAL			
	1970		1976		1970		1976		1970	1976		
10 a 14	821	48,1 1,5	1.513	58,2 2,5	885	51,9 3,7	1.086	41,8 3,2	1.706	100,0 2,1	2.599	100,0 2,8
15 a 19	7.517	59,1 13,4	11.239	57,8 18,9	5.195	40,9 21,9	8.199	42,2 24,2	12.712	100,0 15,9	19.438	100,0 20,8
20 a 29	17.751	68,9 31,7	21.692	60,4 36,5	8.010	31,1 33,8	14.224	39,6 42,0	25.761	100,0 32,3	35.916	100,0 38,5
30 a 39	13.326	73,9 23,8	10.652	70,0 17,9	4.714	26,1 19,9	4.567	30,0 13,5	18.040	100,0 22,6	15.219	100,0 16,3
40 a 64	15.633	77,3 27,9	13.963	71,3 23,5	4.602	22,7 19,4	5.618	28,7 16,7	20.235	100,0 25,4	19.581	100,0 21,0
65 e mais	797	78,8 1,4	444	74,0 0,7	215	21,2 0,9	156	26,0 0,4	1.012	100,0 1,3	600	100,0 0,6
NS - NR	199	71,3 0,3	-	-	80	28,7 0,4	-	-	279	100,0 0,4	-	-
TOTAL	56.044	70,3 100,0	59.503	63,7 100,0	23.701	29,7 100,0	33.850	36,3 100,0	79.745	100,0 100,0	93.353	100,0 100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970 - Tabulações Especiais

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.33 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - CURITIBA - 1970 - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA													
	MIGRANTES				NATURAIS				NS - NR		TOTAL			
	1970		1976		1970		1976		1976		1970		1976	
Empregados	106.157	62,5	156.975	70,2	63.580	37,5	66.511	29,7	133	0,1	169.737	100,0	223.619	100,0
Autônomos	19.186	62,1	37.925	73,5	11.692	37,9	13.670	26,5	-	-	30.878	100,0	51.595	100,0
Empregadores	2.704	62,1	7.846	73,0	1.653	37,9	2.900	27,0	-	-	4.357	100,0	10.746	100,0
Membros não remunerados	1.618	61,5	3.337	65,2	1.014	38,5	1.784	34,8	-	-	2.632	100,0	5.121	100,0
Outro	-	-	12.467	70,5	-	-	5.153	29,2	57	0,3	-	-	17.677	100,0
NS - NR	2.692	59,8	7.693	69,7	1.810	40,2	3.334	30,2	12	0,1	4.502	100,0	11.039	100,0
Total de PEA	132.357	62,4	226.243	70,7	79.749	37,6	93.352	29,2	202	0,1	212.106	100,0	319.797	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1970 - Tabulações Especiais

IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.34 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - CURITIBA - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

RAMO DE ATIVIDADE	Migrantes		Naturais		NS - NR		TOTAL	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Atividade Industrial	32.859	75,3 14,5	10.796	24,7 11,6	12	0,0 5,9	43.667	100,0 13,7
Construção Civil	24.200	80,2 10,7	5.977	19,8 6,4	-	-	30.177	100,0 9,4
Comércio de Mercadorias	38.985	68,5 17,2	17.916	31,5 19,2	-	-	56.901	100,0 17,8
Prestação de Serviços	54.772	74,9 24,2	18.213	24,9 19,5	158	0,2 77,8	73.143	100,0 22,9
Transporte, Comunicação e Armazenagem	16.537	69,1 7,3	7.386	30,8 7,9	21	0,1 10,4	23.944	100,0 7,5
Atividades Sociais	15.426	65,8 6,8	8.035	24,2 8,6	-	-	23.461	100,0 7,3
Administração Pública	18.540	59,3 8,2	12.738	40,7 13,7	-	-	31.278	100,0 9,8
Profissionais Liberais	4.261	66,1 1,9	2.183	33,9 2,3	-	-	6.444	100,0 2,0
Outras Atividades	9.988	64,7 4,4	5.451	35,3 5,8	-	-	15.439	100,0 4,8
Setor Primário	2.393	64,4 1,1	1.324	35,6 1,4	-	-	3.717	100,0 1,2
NS - NR	8.286	71,3 3,7	3.332	28,6 3,6	12	0,1 5,9	11.630	100,0 3,6
TOTAL	226.247	70,7 100,0	93.351	29,2 100,0	203	0,1 100,0	319.801	100,0 100,0

TABELA A.35 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - CURITIBA - 1976. (ABSOLUTOS E PORCENTUAIS)

RENDA ¹	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA							
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR		TOTAL	
até 1	10.716	30,8 11,5	24.049	69,1 10,6	32	0,1 15,9	34.797	100,0 10,9
1 a 2	24.628	28,7 26,4	61.115	71,3 27,0	12	0,0 5,9	85.755	100,0 26,8
2 a 3	11.517	27,1 12,3	30.951	72,9 13,7	-	-	42.468	100,0 13,3
3 a 4	6.212	31,3 6,6	13.627	68,7 6,0	-	-	19.839	100,0 6,2
4 a 5	7.584	29,9 8,1	17.783	70,1 7,9	-	-	25.367	100,0 7,9
5 a 8	9.346	28,6 10,0	23.318	71,4 10,3	-	-	32.664	100,0 10,2
8 a 10	3.021	25,5 3,2	8.830	74,5 3,9	-	-	11.851	100,0 3,7
10 a 15	4.158	26,9 4,5	11.282	73,1 5,0	-	-	15.440	100,0 4,8
15 e mais	4.561	32,2 4,9	9.587	67,8 4,2	-	-	14.148	100,0 4,4
Sem rendi- mentos	7.715	31,5 8,3	16.658	67,9 7,4	146	0,6 72,3	24.519	100,0 7,7
NS - NR	3.893	30,1 4,2	9.045	69,8 4,0	12	0,1 5,9	12.950	100,0 4,1
T O T A L	93.351	29,2 100,0	226.245	70,7 100,0	202	0,1 100,0	319.798	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais
 NOTA 1 - Em Salários mínimos aproximados.

TABELA A.36 - POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, NATURAL E MIGRANTE, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC 1976. (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA			
	Naturais	Migrantes	NS - NR	TOTAL
Afazeres Domésticos	6.709 27,6 19,4	17.552 72,2 25,0	48 0,2 34,5	24.309 100,0 23,2
Estudantes	7.375 49,3 21,4	7.562 50,6 10,8	16 0,1 11,5	14.953 100,0 14,3
Aposentado ou reformado	1.148 34,9 3,3	2.145 65,1 3,1	-	3.293 100,0 3,2
Doente ou inválido	287 29,2 0,8	697 70,8 1,0	-	984 100,0 0,9
Sem Ocupação	3.187 34,6 9,2	6.017 65,4 8,6	-	9.204 100,0 8,8
Vive de Rendas	126 28,4 0,4	317 71,6 0,4	-	443 100,0 0,4
Sub-Total População Inativa	18.832 35,4 54,5	34.290 64,5 48,9	64 0,1 46,0	53.186 100,0 50,8
Sub-Total População Economicamente Ativa	15.505 30,3 44,9	35.610 69,6 50,8	75 0,1 54,0	51.190 100,0 48,8
NS - NR	207 48,7 0,6	218 51,3 0,3	-	425 100,0 0,4
Total População em Idade Ativa	34.544 33,0 100,0	70.118 66,9 100,0	139 0,1 100,0	104.801 100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A.37 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, POR SEXO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA												TOTAL		
	NS - NR			NATURAIS			MIGRANTES			TOTAL					
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total			
10 - 14	16 1,6 50,0	-	16 0,9 21,9	386 37,8 3,5	221 31,2 4,9	607 35,1 3,9	618 60,6 2,3	488 68,8 5,4	1.106 64,0 3,1	1.020 100,0 2,7	709 100,0 5,2	1.729 100,0 3,4			
15 - 19	16 0,3 50,0	19 0,6 46,3	35 0,4 48,0	2.000 35,5 18,1	1.130 35,7 25,2	3.130 35,6 20,2	3.620 64,2 13,7	2.013 63,7 22,1	5.633 64,0 15,8	5.636 100,0 15,0	3.162 100,0 23,2	8.798 100,0 17,2			
20 - 29	-	-	-	3.451 29,0 31,3	1.345 34,6 30,0	4.796 30,4 30,9	8.463 71,0 31,9	2.538 65,4 27,9	11.001 69,6 30,9	11.914 100,0 31,7	3.883 100,0 28,5	15.797 100,0 30,9			
30 - 39	-	22 0,7 53,7	22 0,2 30,1	2.006 22,9 18,2	941 31,4 21,0	2.947 25,1 19,0	6.759 77,1 25,5	2.031 67,9 22,4	8.790 74,7 24,7	8.765 100,0 23,3	2.994 100,0 22,0	11.759 100,0 23,0			
40 - 49	-	-	-	1.638 28,2 14,9	490 28,2 10,9	2.128 28,2 13,7	4.178 71,8 15,7	1.250 71,8 13,8	5.428 71,8 15,2	5.816 100,0 15,5	1.740 100,0 12,8	7.556 100,0 14,7			
50 - 59	-	-	-	1.087 36,5 9,9	255 31,2 5,7	1.342 35,3 8,7	1.895 63,5 7,1	563 68,8 6,2	2.458 64,7 6,9	2.982 100,0 7,9	818 100,0 6,0	3.800 100,0 7,4			
60 - 69	-	-	-	372 28,7 3,4	94 38,5 2,1	466 30,3 3,0	923 71,3 3,5	150 61,5 1,6	1.073 69,7 3,0	1.295 100,0 3,5	244 100,0 1,8	1.539 100,0 3,0			
70 e +	-	-	-	82 54,7 0,7	7 11,1 0,2	89 41,8 0,6	68 45,3 0,3	56 88,9 0,6	124 58,2 0,4	150 100,0 0,4	63 100,0 0,5	213 100,0 0,4			
TOTAL	32 0,1 100,0	41 0,3 100,0	73 0,1 100,0	11.022 29,3 100,0	4.483 32,9 100,0	15.505 30,3 100,0	26.524 70,6 100,0	9.089 66,8 100,0	35.613 69,6 100,0	37.578 100,0 100,0	13.613 100,0 100,0	51.191 100,0 100,0			

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais

TABELA A. 38 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, POR SEXO - SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (PERCENTUAIS)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA											
	NS - NR			NATURAIS			MIGRANTES			T O T A L		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
10 - 14	100,0	-	100,0	63,6	36,4	100,0	55,9	44,1	100,0	59,0	41,0	100,0
15 - 19	45,7	54,3	100,0	63,9	36,1	100,0	64,3	35,7	100,0	64,1	35,9	100,0
20 - 29	-	-	-	72,0	28,0	100,0	76,9	23,1	100,0	75,4	24,6	100,0
30 - 39	-	100,0	100,0	68,1	31,9	100,0	76,9	23,1	100,0	74,5	25,5	100,0
40 - 49	-	-	-	77,0	23,0	100,0	77,0	23,0	100,0	77,0	23,0	100,0
50 - 59	-	-	-	81,0	19,0	100,0	77,1	22,9	100,0	78,5	21,5	100,0
60 - 69	-	-	-	79,8	20,2	100,0	86,0	14,0	100,0	84,2	15,8	100,0
70 +	-	-	-	92,1	7,9	100,0	54,8	45,2	100,0	70,4	29,6	100,0
T O T A L	43,8	56,2	100,0	71,1	28,9	100,0	74,5	25,5	100,0	73,4	26,6	100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações - Especiais

TABELA A.39 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O VÍNCULO EMPREGATÍCIO - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1979 - (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA					
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR	TOTAL
Empregados	10.757	28,7 69,4	26.635	71,1 74,8	74 100,0	37.466 100,0 73,2
Autônomos	3.011	34,3 19,4	5.776	65,7 16,2	-	8.787 100,0 17,1
Empregadores	376	34,2 2,4	722	65,8 2,0	-	1.098 100,0 2,1
Membros não remunerados	424	49,1 2,7	440	50,9 1,2	-	864 100,0 1,7
Outros	311	26,9 2,0	846	73,1 2,4	-	1.157 100,0 2,3
NS - NR	625	34,3 4,1	1.195	65,7 3,4	-	1.820 100,0 3,6
Total da PEA	15.504	30,3 100,0	35.614	69,6 100,0	74 100,0	51.192 100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978

TABELA A.40 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS E MIGRANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976 (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS).

Ramo de Atividade	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
	Migrantes	Naturais	NS - NR	TOTAL
Atividades Industriais	5.952 61,1 16,7	3.794 38,9 24,5	-	9.746 100,0 19,0
Construção Civil	7.157 85,2 20,1	1.247 14,8 8,0	-	8.404 100,0 16,4
Comércio de Mercadorias	4.130 67,8 11,6	1.943 31,9 12,5	16 0,3 21,6	6.089 100,0 11,9
Prestação de Serviços	9.215 75,5 25,9	2.956 24,2 19,1	42 0,3 56,8	12.213 100,0 23,9
Transporte, Comunicação e Armazenagem	2.577 64,9 7,2	1.397 35,1 9,0	-	3.974 100,0 7,8
Atividades Sociais	1.144 67,9 3,2	542 32,1 3,5	-	1.686 100,0 3,3
Administração Pública	1.922 57,8 5,4	1.402 42,2 9,0	-	3.324 100,0 6,5
Profissionais Liberais	197 64,8 0,6	107 35,2 0,7	-	304 100,0 0,6
Outras atividades	443 77,0 1,3	132 23,0 0,9	-	575 100,0 1,1
Setor Primário	1.506 55,6 4,2	1.204 44,4 7,8	-	2.710 100,0 5,3
NS - NR	1.367 63,1 3,8	783 36,2 5,0	16 0,7 21,6	2.166 100,0 4,2
TOTAL	35.610 69,6 100,0	15.507 30,3 100,0	74 0,1 100,0	51.191 100,0 100,0

FORNTE: IPARDÉS - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulações Especiais.

TABELA A.41 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NATURAIS, E MIGRANTES, SEGUNDO A RENDA - OUTROS MUNICÍPIOS DA RMC - 1976. (ABSOLUTOS E PERCENTUAIS)

RENDA ¹	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA							
	NATURAIS		MIGRANTES		NS - NR		T O T A L	
até 1	3.310	31,6 21,3	7.100	67,9 19,9	55	0,5 73,3	10.465	100,0 20,4
1 a 2	5.186	29,2 33,5	12.563	70,8 35,3	-	-	17.749	100,0 34,7
2 a 3	2.349	28,7 15,2	5.838	71,3 16,4	-	-	8.187	100,0 16,0
3 a 4	704	23,8 4,5	2.251	76,2 6,3	-	-	2.955	100,0 5,8
4 a 5	641	25,6 4,1	1.858	74,4 5,2	-	-	2.499	100,0 4,9
5 a 8	860	31,8 5,6	1.841	68,2 5,2	-	-	2.701	100,0 5,3
8 a 10	269	31,5 1,7	584	68,5 1,6	-	-	853	100,0 11,7
10 a 15	282	53,6 1,8	244	46,4 0,7	-	-	526	100,0 1,0
15 e mais	258	42,4 1,7	350	57,6 1,0	-	-	608	100,0 1,2
Sem rendi- mentos	1.117	36,9 7,2	1.888	62,4 5,3	20	0,7 26,7	3.025	100,0 5,9
NS - NR	529	32,6 3,4	1.093	67,4 3,1	-	-	1.622	100,0 3,1
T O T A L	15.505	30,3 100,0	35.610	69,6 100,0	75	0,1 100,0	51.190	100,0 100,0

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978 - Tabulação Especiais.

NOTA 1 - Em salários mínimos aproximados.

ANEXO METODOLÓGICO - ESQUEMA DE AMOSTRAGEM UTILIZADO PARA
OBTENÇÃO DOS DADOS DE 1976*

4 - ESQUEMA DE AMOSTRAGEM

Nesta pesquisa foi adotado um esquema de amostragem desenvolvido em dois estágios sendo que, para o dimensionamento da amostra, pretendeu-se obter representatividade por zona.

Foi feito um levantamento preliminar de dados relativos a número de domicílios, estimativa da população, mapas de arruamento e Imposto Predial, no IPPUC, URBS, FIBGE e Prefeituras Municipais.

Através do exame destes dados, estabeleceu-se que o tamanho da amostra nas zonas 1 a 6 seria calculado utilizando-se os dados do Imposto Predial, e que seria feita uma contagem rápida dos domicílios das demais zonas.

No primeiro estágio do esquema de amostragem, cada zona foi dividida em partes contendo cerca de 100 domicílios. Es-

* Trata-se da reprodução do Capítulo 4 - Esquema de Amostragem, pags. 41 a 44 - vol. 1 - Diagnóstico Habitacional da RMC - 1978.

tas áreas geográficas foram denominadas de UPAS - Unidades Primárias de Amostragem.

As UPAS foram constituídas de um ou mais quarteirões, uma face ou trecho de rua, parte de um edifício, etc., tendo-se o cuidado de que, na medida do possível, possuissem limites de fácil identificação.

Após a divisão de cada zona em UPAS, estas foram selecionadas, sistematicamente, com uma fração de amostragem f_1 .

Os domicílios particulares ocupados, constituintes das UPAS selecionadas, foram denominadas de USAS - Unidades Secundárias de Amostragem.

No segundo estágio do esquema, foi extraído, sistematicamente, um certo número de USAS de cada UPA selecionada, utilizando-se uma fração de amostragem f_2 .

As frações de amostragem foram fixadas após a divisão da área da pesquisa em UPAS, levando-se em conta toda a informação disponível, assim como um coeficiente de confiança e um erro máximo admissível, fixados a priori.

Em se tratando de uma pesquisa de Diagnóstico Habitacional, em que um dos principais objetivos é o conhecimento das pretensões das famílias em relação à habitação, para diversas faixas de renda da população, uma variável muito importante que foi considerada é a renda. Como a pesquisa também tem por objetivo estimar proporções, a nível de zona, a amostra, para ca-

da zona, foi dimensionada, considerando-se um esquema de amostragem aleatória simples. Assim,

a) para estimar a média,

$$n = \frac{Nz_0^2 \gamma^2}{z_0^2 \gamma^2 + NEr^2} \cdot 2$$

b) para estimar uma proporção P,

$$n = \frac{Nz_0^2 (1 - P)}{z_0^2 (1 - P) + NPEr^2}$$

sendo:

N - tamanho da população

n - tamanho da amostra

α - nível de significância

z_0 - coeficiente de confiança referente ao nível de confiança $(1 - \alpha)$

γ - desvio padrão relativo

Er - erro relativo de amostragem.

Como, em cada zona, as quantidades de USAs extraídas de cada UPA selecionada são aproximadamente iguais, e como:

$$V(\hat{\bar{X}}_{cl}) = (\hat{\bar{X}}_{ran}) (1 + (\bar{n} - 1) \rho)$$

ρ = coeficiente de correlação intraclasses

$V(\hat{\bar{X}}_{cl})$ e $V(\hat{\bar{X}}_{ran})$ = variâncias das médias das amostras de conglomerados e aleatória simples, respectivamente.

\bar{n} = número de USAs extraídas de cada UPA selecionada, e não conhecíamos ρ , consideramos o tamanho da amostra aleatória simples como uma indicação do tamanho da amostra do esquema de conglomerados, utilizado na pesquisa.

Como foi desejado estimar-se para cada zona:

- a) Renda média com erro relativo de amostragem $E_r=0.10$ e
- b) Proporções $P=0.15$ com erro relativo de amostragem $E_r=0.20$

a amostra, em cada zona, foi constituída por cerca de 500 USAs, considerando-se $\alpha=0.05$, e desvio padrão relativo da variável renda, para cada zona, aproximadamente igual a 1.0.¹

Sendo:

f1 - fração de amostragem de 1º estágio e

f2 - fração de amostragem do 2º estágio, o número de domicílios particulares ocupados foi estimado em:

Zona	f1	f2	Tamanho Obser do na amostra	Domicílios particulares ocupados
01	25/62	1/5	493	5.964
02	21/87	1/5	412	8.534
03	23/76	1/5	454	7.501
04	50/285	1/10	527	30.039
05	50/445	1/10	492	43.788
06	50/767	1/10	547	83.908
07	30/59	17/100	518	5.992
08	53/118	1/10	554	12.356
09	16/18	30/100	405	1.515
10	30/82	17/100	552	8.875
11	26/71	19/100	493	7.085
TOTAL			5.447	215.558

FONTE: IPARDES - Diagnóstico Habitacional - RMC - 1978

¹FONTE: FIBGE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BALAN, Jorge. Migrações internas no desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico-comparativo. In: _____. Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, s.d. p.109-84.
02. CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et alii. Crescimento e pobreza. 5. ed. São Paulo, Loyola, 1975.
03. CASTELLS, Manuel. Pobreza urbana e organização social: análise comparativa de movimentos sociais em assentamentos espontâneos na América Latina. Recife, 1978. Apresentado no Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, de Recife.
04. COMNINOS, Constantino. Aspectos demográficos da urbanização do Paraná. R. Paran. Desenvolv., Curitiba, (5):47-57, mar./abr. 1978.
05. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (FAMEPAR). Municípios do Paraná: dados estatísticos e informações úteis. 2. ed. Curitiba, 1977. (Documento 10)
06. FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico do Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1973.
07. _____. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. v. 21.
08. _____. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, 1977. v. 5
09. FUNDAÇÃO IPARDES. Diagnóstico habitacional da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1978.
10. _____. Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná; terceira fase análise da mão-de-obra no Paraná - condições determinantes da oferta de mão-de-obra - particularização da oferta e demanda de mão-de-obra do setor agro-industrial. Curitiba, 1975. 3 v.
11. _____. O trabalho rural volante no estado do Paraná. Curitiba, 1978. 3 v.
12. GRÁFICA EDITORA PARANÁ CULTURAL LTDA. (GRAFIPAR). História do Paraná. 2. ed. Curitiba, Grafipar, 1969. v. 4.
13. HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1977.
14. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). Pré-diagnóstico da área metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1969.
15. _____. O processo de crescimento urbano. In: _____. Ensino de 1º grau em Curitiba: caracterização, oferta e demanda. Curitiba, 1975. p.4-144

16. KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
17. _____. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: _____. Cidades usos e abusos. São Paulo, Brasiliense, 1978.
18. LODDER, Celsius A. Distribuição de renda nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976. 118 p. (Relatório de Pesquisa, 31)
19. MADEIRA, Felícia R. & SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil 1920-1970. São Paulo, CEBRAP, 1973. 62 p. (Cadernos CEBRAP, 13)
20. MARTINE, George. Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? Brasília, IPEA, 1976. (Relatório Técnico, 30) Projeto de Planejamento de Recursos Humanos.
21. MARTINE, George & PELIANO, José Carlos P. Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Brasília, IPEA/IPLAN, 1978. 216 p. (Serie Estudos para o Planejamento, 19)
22. MATA, Milton da. Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970. Rio de Janeiro, IPEA/INPES; 1979. (Relatório de Pesquisa, 41)
23. NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luis org. Populações "marginais". São Paulo, Duas cidades, 1978. p. 73-141.
24. OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro et alii. Contadições urbanas e movimentos sociais. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978. p. 65-76.
25. SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. 151 p.
26. SUDESUL. O fenômeno migratório na Região Sul. Porto Alegre, 1975. SUDESUL/UFRGS, Contrato 02/71.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - IPARDES (Órgão vinculado à Secretaria de Estado do Pla-
nejamento)

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE: Ruy Neves Ribas

COORDENADOR TÉCNICO: Augusto Cesar de Camargo Fayet

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO

FÁTIMA MOHAMED ABRÃO - Socióloga

ISAÍAS DECKER - Acadêmico de Ciências Econômicas

MARIA TARCISA SILVA BÉGA - Socióloga (Coordenadora)

PARTICIPAÇÃO PARCIAL

GRACIA M. VIECELLI - Socióloga

HILÁRIA ZIMOVSKI - Socióloga